

PROSA DISPERSA DE JORGE BARBOSA



HILARINO CARLOS RODRIGUES DA LUZ
ORGANIZAÇÃO E INTRODUÇÃO

FICHA TÉCNICA

Título
Prosa dispersa de Jorge Barbosa

Organização e introdução
Hilarino Carlos Rodrigues da Luz

Posfácio
Rui Guilherme Silva

Colecção
CHAM eBooks // Estudos #3

Director científico da colecção
João Luís Lisboa

Edição
CHAM – Centro Humanidades
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade
NOVA de Lisboa
Universidade dos Açores
Av. de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa – Portugal
www.cham.fcsh.unl.pt | cham@fcsh.unl.pt

Director
João Luís Lisboa
Sub-Director (Pelouro Editorial)
João de Figueirôa-Rêgo

Coordenação Editorial
Cátia Teles e Marques
Inês Cristóvão

Arbitragem científica externa
Alberto Duarte Carvalho (Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa)
Foi aceite para publicação em Setembro de 2021.

Imagem da capa
Jorge Barbosa, escultura de Leão Lopes, 2015.
Parque dos Poetas, Oeiras, Portugal.
© Inês Cristóvão

ISBN: 978-989-8492-86-9

Projecto gráfico e paginação
José Domingues | UNDO

Data de publicação
Dezembro de 2022

Apoio
 **Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia**

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSh, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UID/HIS/04666/2013, UIDB/04666/2020 e UIDP/04666/2020.

COPYRIGHT:
Esta é uma obra em acesso aberto, distribuída sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).



As afirmações proferidas em cada capítulo e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

5 INTRODUÇÃO

33 ANTOLOGIA

I. ARTIGOS E UMA RECENSÃO CRÍTICA

- 34 Eugénio – Tópicos de uma Monografia
 - 36 Variações – Algumas Palavras sobre o nosso Problema Cultural
 - 38 Variações – Escrever Bem
 - 40 Variações – Imprensa Caboverdeana
 - 42 Indolência Caboverdeana
 - 46 Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano
 - 55 Uma História da Literatura Brasileira
-

II. ENTREVISTAS

- 58 Uma Tarde com Jorge Barbosa
 - 62 O Ambiente Literário Cabo-verdiano e a Influência Brasileira segundo o Poeta Jorge Barbosa
 - 65 A Propósito do Lugre – Motor “Senhor das Areias”
(Uma Entrevista com o Capitão dos Portos da Província)
-

III. CARTAS

- 69 Uma Carta de Jorge Barbosa ao Augusto Miranda
 - 70 Carta de Jorge Barbosa ao Secretário do Presidente do Conselho
 - 71 Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira e Baltasar Lopes
 - 73 Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira
-

IV. CRÓNICAS DE S. VICENTE

- 74 Porto Grande – Velho Tema
- 77 O Transatlântico Vera Cruz
- 80 Santa Cruz em Salamansa
- 81 Ainda o Porto Grande
- 82 Serviços [I]
- 83 Comemoração de Camões
- 85 Acontecimento Desportivo
- 86 A Propósito de uma Notícia
- 87 O Porto Grande e a Shell
- 89 Homenagem ao Governador da Província

90	Radiodifusão em S. Vicente
92	Inauguração de um Parque para Jogos
93	102 Mil Contos
94	Música & Músicos de S. Vicente
96	Carta para Jorge Barbosa
100	A Propósito de uma Carta
101	Nada Aqui Acontece
102	Serviçais [II]
103	Navegador Solitário
104	Ecos das Chuvas
106	Mar Novo
107	Véspera do Natal
108	Nota sobre Januário Leite
109	Depois das Chuvas
110	Nós e Gilberto Freyre
113	Registo
114	Funcionários da Shell no Mindelo
115	Ti Lopes
117	O Caboverdeano e o Mar
118	O Caboverdeano e a Árvore
120	A Propósito de uma Palestra
123	Resposta a um Artigo
125	Cabo Verde e o Plano do Fomento
128	Ainda a Propósito de uma Palestra
131	Nota sobre a Instrução Primária em Cabo Verde
133	Transatlântico Santa Maria
134	Chuvas
135	Os Nossos Barquinhos
136	Uma Antologia, ou Talvez Não

V. CONTOS

138	Conversa Interrompida
142	5 Vidas num Escritório

147 POSFÁCIO

158 BIBLIOGRAFIA

*À memória do meu pai Carlos Alberto da Luz,
da minha avó Carolina Andrade
e do meu tio Vicente Nobre.*

INTRODUÇÃO*

HILARINO CARLOS RODRIGUES DA LUZ**

Rememorar Jorge Barbosa

Jorge Vera Cruz Barbosa, conhecido por *Nhô Jorge*, nasceu na ilha de Santiago, no dia 22 de maio de 1902 e faleceu em Portugal, na Cova da Piedade, no dia 6 de janeiro de 1971, vítima de um problema de coração. Foi sepultado no cemitério do Monte da Caparica, no dia 7 de janeiro, pelas 16 horas. Posteriormente, o seu corpo foi trasladado para a cidade da Praia, numa cerimónia organizada pelo governo de Cabo Verde. Morreu poucos anos depois de se ter aposentado, em 1967, como “reverificador” da alfândega, na ilha do Sal, onde viveu e trabalhou durante parte da sua vida, facto que o fez contactar e conviver com muitos intelectuais estrangeiros que por ali passaram.

Jorge Barbosa foi Diretor das Alfândegas, por duas vezes, durante três anos na ilha de S. Vicente, e durante cerca de oito anos em Espargos, na ilha do Sal, Vogal das câmaras municipais do Fogo e da Praia e Presidente da Comissão Local das Comemorações Henriquinas, na ilha do Sal. Em 1970, pretendeu, sem sucesso, ser nomeado Delegado do Governo de Cabo Verde junto de uma sociedade turística que tinha sido criada na referida ilha.

Terminados os estudos primários em Cabo Verde, estudou até ao 3.º ano, equivalente ao 7.º ano atual, no Liceu Gil Vicente, em Lisboa, tendo

* O autor agradece à família de Jorge Barbosa, em especial, a Solange Barbosa e Jorge Pedro Barbosa, pelo apoio à publicação deste livro; a Elsa Rodrigues dos Santos; aos colegas do CHAM – Centro de Humanidades – que apoiaram este projeto; ao avaliador científico, pelas sugestões de melhoria do trabalho; a sua família; e aos poetas José Luís Hopffer Alamada e José Luís Tavares.

** CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5694-5781>. E-mail: hluz@fcsb.unl.pt.



regressado a Cabo Verde e continuado os seus estudos liceais até ao 5.º ano, que não chegou a concluir. Foi autodidata e sabia falar francês. Quando ia a S. Vicente, apresentava um ar apressado e um jeito irrequieto, dando a sensação de que estava sempre ocupado e a ser solicitado pelos amigos. Por razões profissionais, teve pouco convívio físico com alguns intelectuais da sua geração, mormente Manuel Lopes, explicando a intensa troca de cartas entre os dois.

Era o filho mais velho de Simão Barbosa, antigo Reitor do Liceu Gil Eanes, na ilha de S. Vicente, e de Eugénia Vera Cruz Barbosa. Em 1930, casou-se com Ida Barbosa tendo tido com ela cinco filhos: Jorge Pedro Barbosa (viria a ser poeta como o pai), que veio a residir nos Estados Unidos da América até à sua morte ocorrida em janeiro de 2022; Rita Teresa Feijó Barbosa, que casou com um americano; Jorge Eduardo Pereira Barbosa, já falecido, que foi assistente na Universidade de Lovaina; Zilda Teresa Barbosa, que mais tarde casou com Celso Estrela, igualmente falecido em novembro de 2021, e residente na ilha do Sal; e Maria Solange Barbosa Machadinho, mais conhecida por Solange Barbosa, que, atualmente divorciada de João Machadinho, também vive nos Estados Unidos da América.

Embora não gostasse de honrarias, em 1955, Jorge Barbosa aceitou o prémio Camilo Pessanha, no valor de 10 contos cabo-verdianos, e foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem do Império Português. Tratando-se de uma das principais figuras da cultura cabo-verdiana, a sua morte mereceu alguns destaques na imprensa portuguesa, nomeadamente no jornal *O Século* e na revista *o Mundo Português*.

A colectânea

A publicação do presente volume¹, que teve origem no trabalho de recolha e análise de textos dispersos de Jorge Barbosa que desenvolvi na minha

¹ Esta publicação respeita a originalidade dos textos, através da manutenção da grafia e da sintaxe. As páginas indicadas remetem para a presente antologia.

tese de Doutoramento, intitulada *O Imaginário e o Quotidiano Cabo-verdianos na Produção Literária de Jorge Barbosa*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, visa dar a conhecer a faceta de prosador do autor. São textos que asseguram o seu rompimento com a tradição clássica de reminiscência oitocentista que se lia na produção literária cabo-verdiana, antes da instauração da modernidade literária em Cabo Verde, ocorrida na ilha de S. Vicente, em março de 1936, com a publicação da revista *Claridade – Revista de Arte e Letras*.

Trata-se de um autor cuja produção literária é constituída por poesia e prosa, que reflete a dimensão quotidiana do autor, sobretudo algumas circunstâncias vivenciadas em Cabo Verde e a sua experiência profissional como alfandegário, uma profissão que lhe permitiu construir um vaivém constante na sua obra e contactar com intelectuais que passavam pelo país. Na poesia publicou as obras *Arquipélago* (S. Vicente, 1935), *Ambiente* (Praia, 1941), *Caderno de um Ilhéu* (Lisboa, 1956), obra com que ganhou o referido prémio Camilo Pessanha, e deixou um conjunto de poemas inéditos com amigos e dispersos em revistas e jornais, como *Jornal da Europa*; *Seara Nova*; *Presença*; *Diabo*; *Cabo Verde*; *África*; *Mundo Português*; *Momento*; *Presença*; *Descobrimento*; *Cadernos de Poesia*; *Atlântico*; *Aventuras*; *Notícias de Cabo Verde*; *Mensagem*; *Boletim de Cabo Verde*; *Fradique*; *Claridade*; e *Diário de Notícias*.

Esses textos, com a exceção de seis poemas, encontram-se reunidos na *Obra Poética*, organizada por Elsa Rodrigues dos Santos e Arnaldo França (Barbosa 2002), que assim concretizaram num sonho antigo do autor, o qual pretendia juntar as três obras publicadas (*Arquipélago*, *Ambiente* e *Caderno de um Ilhéu*) e alguns inéditos num único volume intitulado *Poesia Possível*, coincidindo, segundo o próprio, com as “bodas de prata” (p. 73) do livro *Arquipélago* (1935).

Esta obra marcou uma rutura na literatura cabo-verdiana, uma vez que rompeu com os modelos europeus praticados no arquipélago e passou a valorizar as motivações nacionais, como “o sentimento do ilhéu da nostalgia do longe, o tormento da alma, o mar, a falta de chuvas, a consequente estiagem, a fome, a emigração e a contradição constante entre o estar preso na ilha e querer partir e a necessidade imperiosa da aventura

da partida por esses mares fora com a dor e morte na alma” (Barbosa 2002, 13). Simone Caputo Gomes considera que “com esta obra, as Ilhas enveredam pelo caminho estético contemporâneo, num *corpus* revolucionário em forma e (embrionariamente) em conteúdo” (Gomes 1993, 35-36). Foi por isso considerado o autor que deu o primeiro passo na instauração da modernidade literária nas ilhas.

Aí, Jorge Barbosa utiliza uma linguagem atualizada conforme as novas temáticas, marcadas por contornos regionais e nacionais, e pela maturação de uma consciência telúrica, que o terá motivado a revalorizar o que o circundava, oferecendo-nos um relato quase “fotográfico” das ilhas. Reforça a sua condição de insular, retratado como um *flâneur*, através da coabitação do visual e da experiência, e, ainda, do empréstimo dos seus olhos de autor privilegiado aos leitores.

Em virtude dessa mesma conjugação, a sua faceta de prosador, pouco conhecida, ganha uma dimensão de capital importância na sua obra. Com efeito, além da sua experiência literária, também incorpora nesses textos a vivência do quotidiano cabo-verdiano, em consequência de uma observação atenta do que acontecia no arquipélago, tendo como principal propósito revelar acontecimentos que pareciam ocultos, assumindo assim um importante papel na construção de uma literatura engajada e comprometida, atenta à anotação de aspetos das ocorrências mais simples das ilhas.

Deste modo, *Prosa Dispersa de Jorge Barbosa*, está dividida em cinco capítulos fundamentais. O primeiro reúne seis artigos e uma revisão crítica; o segundo três entrevistas; o terceiro quatro cartas; o quarto agrupa trinta e nove *Crônicas de S. Vicente*; e o quinto dois contos.

O primeiro capítulo, artigos, reúne os textos “Eugénio – Tópicos de uma Monografia”; “Variações – Algumas Palavras sobre o Nosso Problema Cultural”; “Variações – Escrever Bem”; “Variações – Imprensa Caboverdeana”; “Indolência Caboverdeana”; “Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano”. Reúne, ainda, a revisão crítica “Uma História da Literatura Brasileira”.

Assim, em “Eugénio – Tópicos de uma Monografia” o autor propõe-nos elementos para um estudo de Eugénio Tavares, um dos principais

representantes da cultura cabo-verdiana. Trata-se de uma figura que viveu de forma intensa “a sua terra” (p. 34). Esse sentimento, em sua opinião, ficou expresso na “obra que deixou, dispersa pelos jornais, pelos panfletos, pelas mornas que cantamos e dançamos, a sua adoração à terra de Cabo Verde, o seu amor devotado à gente patricia, amor sempre sincero e forte, fotografado no estilo másculo do polemista” (*Idem*).

Referindo-se ao seu estilo, por vezes, descuidado, considera-o um polemista, um panfletário, e um grande representante do *caboverdianismo* e que conquistou a admiração dos cabo-verdianos, ao ter escrito quer em português quer em crioulo, abordando várias temáticas, como: o amor; a natureza da sua ilha Brava; a mulher da Brava; o conflito psicológico dos apaixonados; a tristeza dos emigrantes; as camponesas; as flores que nasciam e cresciam de forma espontânea pelos caminhos da ilha; o fundo pedregoso dos vales. Era padrinho de muitas crianças da ilha da Brava, para quem compunha algumas das suas mornas de improviso.

O redundante amor pela sua ilha fê-lo ser amado por todos os jovens e odiado pelos que não corroboravam com a sua posição nativista, visto que “toda a sua vida, a par do ardor amoroso, foi de combate sem tréguas contra a prepotência e contra os poderes descaminhados da retidão” (p. 35). Está descrito como um temível, que usava a sua pena para revelar a voz inquieta e para reivindicar o direito de os cabo-verdianos serem tratados com dignidade. As suas palavras tocavam a todos, daí que mereça ser recordado como uma lenda porque, além de ter a alma de um eleito, sofreu muitas perseguições injustas por parte do regime colonial, facto que aconteceu com muitos intelectuais cabo-verdianos da época.

Em “Variações – Algumas Palavras sobre o Nosso Problema Cultural”, o autor destaca que se refletia pouco em Cabo Verde. Nesse sentido, defende que os intelectuais cabo-verdianos sofriam de um mal de pensar, que os fazia dar pouco trabalho ao raciocínio. Havia um grupo de pessoas com um elevado grau intelectual, mas faltava-lhe uma atividade produtiva constante. Defendeu, por isso, a necessidade desses intelectuais aparecerem e se pronunciarem sobre questões comuns através da imprensa, de folhetos, de ensaios, de livros, de conferências, de exposições de arte, para

intervirem ativamente nos assuntos administrativos, na vida política e, desta forma, resolverem alguns problemas que os afetavam.

No que concerne ao artigo “Variações – Escrever Bem”, aborda a necessidade de os escritores se desligarem do passado e destaca que “escrever bem” (p. 38-39) reside na capacidade de desenvolver ideias, com clareza e com elegância, de modo equilibrado e apropriado. Trata-se de uma expressão que usou para criticar o modelo de escrita praticado no ano de 1934. Era necessário, em seu entender, que se escrevesse sobre assuntos que despertassem debates entre os leitores. Também critica o modelo de oratória usado e o apego ao passado.

Esta abordagem revela a sua intenção de procurar despertar um novo modelo de escrita nas ilhas. Para que tal acontecesse, era necessário eliminar a preocupação por um estilo gramatical perfeito, retratando as ideias com clareza e elegância, mas sem tradicionalismo. Destaca, ainda, a importância do abandono da rima e do formalismo literário, e valoriza os assuntos de interesse comum. Procura agitar o meio literário cabo-verdiano, convocando a juventude para que utilize o seu espírito combativo, com o desígnio de contagiar a população e de provocar uma outra mentalidade.

Em “Variações – Imprensa Caboverdeana”, Jorge Barbosa exige uma revista apta para reformar os costumes e o civismo cabo-verdianos. Era imprescindível um periódico discrepante dos que tinham emergido, visto que os que havia desapareciam em pouco tempo. O seu mal residia numa certa inércia dos cabo-verdianos e em “outras preocupações não menos dominantes” (p. 40). Sustenta, assim, que devia despontar um periódico com o intento de “educar o público caboverdeano, obrigando-o a rasgar os preconceitos e as velharias e arejando-lhe saudavelmente o espírito com os exemplos da civilização” (p. 41). Teria, por isso, que ser um periódico capaz de promover uma remodelação espiritual, intelectual, cívica e material em Cabo Verde.

Em “Indolência Caboverdeana”, o autor justifica alguma pouca produtividade existente no arquipélago com o baixo salário auferido pelos trabalhadores. Para si, trabalhar constitui uma obrigatoriedade com implicações diretas na sobrevivência das pessoas, ao promover uma melhoria

na situação económica e financeira, o que o faz ver esse ato como uma espécie de sacerdócio. Similarmente sustenta que a defesa da sobrevivência, a aspiração, o progresso e o bem do homem estão na base do incentivo ao trabalho. Porém, em Cabo Verde o homem tem como incentivo apenas a sua sobrevivência porque não ganha o suficiente para ter uma vida desafogada.

O autor conclui que o homem cabo-verdiano não é indolente. Essa posição encontra-se fundamentada no empenho quotidiano e na cansaça dos marinheiros, pescadores e agricultores das ilhas. Vê-se, analogamente, nas mulheres que fazem grandes trajetos com cargas de lenha e dejetos de animais à cabeça. Robustece essa posição com a realidade das crianças pobres que são impedidas de se divertir porque são forçadas a auxiliar os seus pais nos afazeres caseiros. Há referência, ainda, às carregadeiras do cais da ilha de S. Vicente que levam, entre outras cargas, sacos de farinha à cabeça em troca de uma recompensa pecuniária. Essa temática é recuperada em “Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano”, uma “mesa redonda” que conta com a contribuição de Jorge Barbosa, Augusto Miranda, Júlio Monteiro, Almerindo Lessa, Baltasar Lopes e Teixeira de Sousa.

Quanto à receção crítica “Uma História da Literatura Brasileira”, Jorge Barbosa aborda a publicação desse livro por parte de José Osório Oliveira. Considerado “um precioso documentario crítico que faz passar á nossa leitura, com pressa mas com análise, os literatos do Brasil, desde ‘o escrivão da armada por Pedro Alvares Cabral’ até os escritores dos nossos dias” (p. 55), também evidencia o gosto que o autor tinha pelo Brasil, sobretudo por ter vivido parte da sua infância nesse país, facto que não teve nenhuma interferência na sua isenção como crítico literário, na sua probidade e na sua responsabilidade de escritor. Jorge Barbosa aponta alguns aspetos menos positivos do estudo e enaltece a valorização que o autor fez do impacto dessa literatura na cabo-verdiana. O autor conclui referindo que o volume foi publicado numa altura em que a literatura brasileira estava a despertar interesse e que acrescentou um contributo valioso “ao intercâmbio espiritual” (p. 57) existente entre Portugal e Brasil. A obra foi redigida num estilo claro, uma qualidade intrínseca ao autor.

O segundo capítulo desta nossa antologia compreende três entrevistas: “Uma Tarde com Jorge Barbosa”; “O Ambiente Literário Cabo-verdiano, a Influência Brasileira segundo o Poeta Jorge Barbosa” e “A Propósito do Luge – Motor ‘Senhor das Areias’ (Uma Entrevista com o Capitão dos Portos da Província)”. Na primeira entrevista, “Uma Tarde com Jorge Barbosa”, o escritor, que se encontrava em Portugal, concedeu uma entrevista a Maria Helena Spencer. Foi publicada na revista *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, num estilo “sonhador, cuja distração entrou [...] no domínio da anedota” (p. 58). Jorge Barbosa fala do seu percurso literário e da sua influência nas gerações seguintes, inclusivamente junto do seu filho Jorge Pedro, tendo abordado ainda alguns aspetos da intelectualidade e do meio literário cabo-verdianos, do seu desejo de conhecer diferentes países, e do começo do seu percurso literário, confirmando que se deu quando tinha entre treze e catorze anos de idade. Igualmente admite que iniciou a sua escrita com quadrinhas ingênuas, que foi modificada através do conhecimento de novas práticas literárias, com a leitura de obras nacionais e estrangeiras e com a consciencialização da realidade cabo-verdiana.

Na segunda entrevista, “O Ambiente Literário Cabo-verdiano e a Influência Brasileira segundo o Poeta Jorge Barbosa”, aborda o ambiente literário do arquipélago e salienta que as edições feitas constituíam factos isolados, devido à escassa produtividade literária, à existência de poucos poetas e prosadores, e à carência de uma revista literária. Nessa altura, 1954, a única revista que existia era o *Boletim de Cabo Verde*, dirigido por Bento Levy. Embora tivesse o desígnio de fomentar conteúdos gerais, não negligenciou assuntos literários, tendo, por exemplo, na altura dessa entrevista, promovido dois concursos de contos e projetado um outro concurso de poesia.

Jorge Barbosa destacou a importância dessa revista e alertou para a necessidade de o governo português criar um outro boletim cultural, com o pressuposto de reunir os representantes da cultura do país, tendo como Diretor Jaime de Figueiredo. Sugeriu a necessidade de se formar no país um organismo que impulsionasse investigações sobre o folclore das ilhas, recolhesse a música tradicional, estimulasse o estudo da sua história e

organizasse o arquivo nacional. Carecia, ainda, de um museu, de espírito de ação, de meios materiais para realizar o projeto e de um orçamento mais adequado à realidade de Cabo Verde. Analogamente, aborda a sua passagem por Lisboa, sonho de 16 anos, e refere, com algum humor, a eventualidade de aí regressar, em 1990, rigorosamente 10 anos antes da entrada no novo século.

Em “A Propósito do Lugre – Motor ‘Senhor das Areias’ (Uma Entrevista com o Capitão dos Portos da Província)”, Jorge Barbosa dá-nos a conhecer um convite que recebeu do Comandante dos Portos da Província de Cabo Verde, Raul de Sousa Machado, para visitar o lugre-motor “Senhor das Areais”, no estaleiro da Wilson, na véspera do seu lançamento, após algumas obras de melhoramento que recebeu no seu casco. Foi pintado de vermelho vivo e recebeu alguns retoques no “arcaboijo bojudo” (p. 65), o que fez o autor pensar que iria ressurgir mais valente. Após a introdução ao assunto da entrevista, assistimos, ao longo do texto, a um diálogo entre Jorge Barbosa e o referido comandante. O autor manifesta a sua desconfiança face à qualidade das obras feitas no barco Areias, enquanto o comandante defende o papel da província na sua recuperação, julgando-o preferível a gastar dinheiro com um particular para garantir a ligação entre as ilhas.

Quando questionado sobre a funcionalidade do barco, o comandante respondeu-lhe dizendo que apenas estava em condições de garantir a sua flutuabilidade, visto que tinha sido amputado o seu sistema de navegação à vela e que o “motor é demasiado fraco para a garantia de um regular deslocamento” (p. 67). Tratava-se de um barco que acarretava dois problemas: obrigava a adiar constantemente as datas da sua saída, devido à má qualidade dos seus motores, e não tinha horas para chegar ao destino. O comandante admite ter resolvido o primeiro em consequência da referida intervenção. O próprio aborda a possibilidade de o equipar com um motor de 300 cavalos que, com um custo de 500 contos, poderia resolver alguns dos seus problemas.

Essa entrevista termina com Jorge Barbosa a apresentar uma espécie de conclusão e a referir que, além das chuvas, o caso Areias era muito

abordado no arquipélago por estar associado ao problema dos transportes com que os cabo-verdianos se deparavam e pelas avarias constantes que o caracterizavam. Manifesta ainda a sua confiança na vontade e inteligência do comandante da província de Cabo Verde, considerando-o um homem que “tem qualidades e condições, com que poderá realizar algo de útil e de proveitoso numa terra em que as iniciativas raramente se revelam” (p. 68).

As *Cartas*, reunidas no terceiro capítulo, facultam algumas informações da sua vida e o seu propósito literário. Em “Uma Carta de Jorge Barbosa ao Augusto Miranda” clareia que não assinava com as iniciais J. B. e que quaisquer textos seus teriam a sua assinatura ou o pseudónimo de Jorge Sant'Iago. Numa postura de honestidade intelectual, explicava que determinados artigos difundidos sobre a ilha de Santo Antão não eram da sua autoria e emitia a hipótese de que essa atribuição indevida se devesse ao facto de ter vivido na ilha durante algum tempo.

Numa “Carta de Jorge Barbosa ao Secretário do Presidente do Conselho” –, Jorge Barbosa manifesta a sua vontade de ser nomeado Delegado do Governo numa sociedade de turismo recém-criada, com capitais nacionais e estrangeiros, na ilha do Sal, onde trabalhou durante muitos anos, como alfandegário. Entende que se sentia capaz para desempenhar essa função, em virtude da sua experiência profissional adquirida, durante 43 anos, como funcionário do Estado. Julgava-se detentor de uma “idoneidade moral e social” (p. 70) compatíveis com o cargo. Uma vez que a nomeação para essa função era da alçada do Governador de Cabo Verde, pede ao “Exmo. Senhor Marcelo Caetano” (*Idem*) para encaminhar o seu caso ao Ministro do Ultramar, se assim o entendesse.

Em “Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira e Baltasar Lopes”, aborda a edição da obra *Ambiente*, onde incluiu “dois poemas que se destinavam a ‘Estiagem’” (p. 71), uma obra que desistiu de publicar. Admite que publicá-la-ia em Lisboa, caso conseguisse um editor. Admite, ainda, que ambicionava “colocar em Cabo Verde uns 200 exemplares” (*Idem*), visto que quando publicou o referido livro *Arquipélago*, em 1936, mesmo sem grande atividade literária, alcançou esse número. Quando redigiu esta

carta encontrava-se a “dactilografar” *Intervalos* (p. 71), que na sua conspeção iria ser distinto de *Ambiente*, e o romance *Bia Graça*, que não chegou a terminar.

Quanto à “Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira”, além de revelar a sua intenção em editar uma obra completa que reúna os seus três livros publicados (*Arquipélago*, *Ambiente* e *Caderno de um Ilhéu*), adverte José Osório de Oliveira pelo facto de ter deixado de escrever sobre as Ilhas e destaca-o a par de Armando Xavier da Fonseca e Augusto Casimiro como sendo os melhores amigos de Cabo Verde. Refira-se que José Osório de Oliveira, um autor português que passou pelo arquipélago, teve um papel decisivo no progresso literário de Jorge Barbosa, conforme o próprio admitiu, a partir de uma conversa que tiveram na praia da Mاتيota, na ilha de S. Vicente.

O quarto capítulo desta publicação, *Crónicas de S. Vicente*, é constituído pelos textos: “Porto Grande – Velho Tema”; “O Transatlântico Vera Cruz”; “Santa Cruz em Salamansa”; “Ainda o Porto Grande”; “Serviçais” [I]; “Comemoração de Camões”; “Acontecimento Desportivo”; “A Propósito de uma Notícia”; “O Porto Grande e a Shell”; “Homenagem ao Governador da Província”; “Radiodifusão em S. Vicente”; “Inauguração de um Parque para Jogos”; “102 Mil Contos”; “Música & Músicos de S. Vicente”; “Carta para Jorge Barbosa”; “A Propósito de uma Carta”; “Nada Aqui Acontece”; “Serviçais” [II]; “Navegador Solitário”; “Ecos das Chuvas”; “Mar Novo”; “Véspera do Natal”; “Nota sobre Januário Leite”; “Depois das Chuvas”; “Nós e Gilberto Freyre”; “Registo”; “Funcionários da Shell no Mindelo”; “Ti Lopes”; “O Caboverdeano e o Mar”; “O Caboverdeano e a Árvore”; “A Propósito de uma Palestra”; “Resposta a um Artigo”; “Cabo Verde e o Plano do Fomento”; “Ainda a Propósito de uma Palestra”; “Notas sobre a Instrução Primária em Cabo Verde”; “Transatlântico Santa Maria”; “Chuvas”; “Os Nossos Barquinhos” e “Uma Antologia, ou Talvez Não”.

Na primeira crónica, “Porto Grande – Velho Tema”, Jorge Barbosa destaca o impacto desse porto na economia nacional e a sua confiança em ver materializadas algumas obras que o pudessem capacitar para receber barcos de grande porte. Este assunto tem origem na excelente localização

geográfica do Porto Grande do Mindelo, ilha S. Vicente, que com os seus estabelecimentos de combustíveis e com a instalação dos depósitos de carvão, determinou os momentos altos e baixos da economia cabo-verdiana. Foi, durante muito tempo, a capital de todas as atividades mais importantes em Cabo Verde, principalmente a navegação, devido ao comércio, aos telégrafos e correios, à indústria, à educação e à existência de cabos submarinos.

Contudo, a execução de obras de melhoramento nos portos vizinhos, aliada ao uso de outros combustíveis, como o fuel, fez com que esse porto entrasse em declínio, o que desencadeou uma grande crise económica e financeira na ilha de S. Vicente e consequentemente no país. Por essa razão, passou-se a exigir algumas obras de melhoramento. Assim, Jorge Barbosa chama atenção para o facto de ter ouvido falar da importância do Porto Grande para a economia da província e reclama a execução das obras projetadas desde os tempos dos seus avós e que, infelizmente, não se concretizavam.

Na sua perspetiva, tratava-se de uma discussão que constantemente estimulava as conversas quotidianas, motivo que o levou a mencionar que todos a denominaram de “velho tema” (p. 74). Os responsáveis por essas discussões eram, por vezes, emigrantes regressados de Lisboa, ou seus familiares e amigos, que recebiam alguma carta da metrópole. Essa discussão foi retomada, em 1952, especialmente pelo autor, o que o fez referir que: “Agora anda, novamente, o Porto Grande na baila. As conversas, os artigos dos jornais (este meu é um exemplo) retomaram o assunto. Só não houve ainda discursos” (p. 75). Todavia, dessa vez, a expectativa era maior, por estar o projeto nas mãos do Ministro do Ultramar, Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (1950-1955) que tinha “um passado colonial e administrativo cheio de realizações e de experiência” (*Idem*), e deixado obra realizada em África, sobretudo na Guiné. Jorge Barbosa sugere, ainda, uma certa familiaridade com o Ministro, ao indicar que esta informação lhe tinha sido transmitida pelo próprio.

A reestruturação desse porto demorava, devido ao elevado investimento que teria que se fazer. O autor manifestou a sua confiança na vontade,

perseverança, energia e inteligência do ministro em a executar. Assim, dirigindo-se ao referido Ministro do Ultramar, conta o seu sonho e prevê a concretização dessas obras, que, na sua imaginação, seriam marcadas pelo ruído dos apitos, dos barcos, dos motores e dos guindastes. Iria fazer o seu acompanhamento a partir do Alto de Monte Cara, posição privilegiada que lhe iria permitir ter uma visão panorâmica da cidade do Mindelo, na medida em que esse monte é uma elevação na ilha de S. Vicente, com 490 metros de altitude, a oeste da baía do Porto Grande, em frente à cidade do Mindelo.

Numa outra crónica, “O Transatlântico Vera Cruz”, testemunha a passagem desse transatlântico pelo arquipélago, na sua viagem inaugural, às 20 horas do dia 20 de abril de 1952, tendo aí permanecido até ao dia seguinte. Com uma lotação de 1.242 passageiros, saiu de Portugal no dia 20 de março de 1952 e passou por alguns países, como Brasil, Argentina, Uruguai e Cabo Verde. A sua chegada ao arquipélago era muito desejada, razão que explica o contentamento do povo ao vê-lo atracar no Porto Grande do Mindelo. Cumpriu uma missão cultural, ao ter levado professores, cientistas, escritores e diretores de jornais, representando alguns periódicos, nomeadamente *Comércio do Porto*; *Diário Popular*; *Diário do Norte*; *Novidades*; e *República*. Foi ainda responsável pela entrada e saída de pessoas de todas as classes sociais que viam a emigração como sendo uma solução para os seus problemas, que nem sempre conseguiam resolver.

A Companhia Colonial de Navegação (CCN)², sob a presidência de Bernardino Ribeiro, ofereceu, no Salão de primeira classe do transatlântico, um jantar, tendo sido convidados autoridades locais, militares, civis, comerciantes, chefes de repartição e representantes da imprensa. Esse jantar foi acompanhado de discursos. O primeiro a intervir foi o Comandante Militar, que dirigiu a sua intervenção ao Capitão Teófilo Duarte e ao Presidente da Administração da referida Companhia Colonial de Navegação, Bernardino Correia. Este, respondendo-lhe, abordou

² Essa companhia foi criada em Angola, no dia 3 de julho de 1922, com o propósito de assegurar, preferencialmente, a ligação marítima entre Portugal e as suas colónias.

a hipótese de o “Vera Cruz” prosseguir a sua escala no Porto do Mindelo, dada a sua importância na economia e cultura da ilha de S. Vicente, conforme “as forças vivas” (p. 78) de Cabo Verde já tinham mencionado ao referido Comandante Pereira Viana, Presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante. Também agradeceu a presença dos convidados e abordou o esforço que representou a construção desse transatlântico, tendo ainda lembrado que dependia da ilha de S. Vicente o seu serviço de abastecimento de combustível.

A intervenção do Presidente da Comissão Colonial da Navegação, Bernardino Correia, coadunou-se com a pretensão dos cabo-verdianos, ao ter garantido que o transatlântico iria continuar a fazer escala no arquipélago desde que lhe fosse garantido o abastecimento de óleo para as suas caldeiras em pouco tempo. Discursaram outras individualidades, como o capitão Teófilo Duarte, o Presidente da Associação Comercial, Carlos Wahnnon, que, além de saudar e felicitar a Companhia Colonial de Navegação, abordou questões económicas das ilhas, e o Diretor do jornal *Notícias de Cabo Verde*, Raul Ribeiro, que se referiu a assuntos administrativos e ao capitão Teófilo Duarte. Também testemunha o discurso do comerciante Celso Leão³ que, em representação do arquipélago, dirigiu uma mensagem ao Presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante, Comandante Pereira Viana.

Em “Santa Cruz em Salamansa”, destaca o impacto da materialização de uma viagem para o estrangeiro na situação financeira dos que partem e dos seus familiares que permanecem no arquipélago. Tanto mais que, o mar que os leva, por vezes, causa sofrimento, ao impedi-los de chegarem aos seus destinos e aos pescadores de regressarem a casa, uma vez que “o mar, outrossim, por vezes traz o luto à gente caboverdeana. Tira de quando em quando um pouco daquilo que dá constantemente. É o caso do bote

³ Celso Godinho da Silva Leão nasceu em Portugal e foi para a ilha de S. Vicente com 16 anos, onde abriu o seu primeiro estabelecimento comercial, a Papelaria, que rapidamente se transformou num estabelecimento de referência. Surgiram outros estabelecimentos, como a Drogaria do Leão, a Farmácia do Leão, a Adega do Leão, a Casa Rádio e Discos e a Casa da Moda.

que partiu, não há ainda muito tempo, na faina da pesca, rumo à Santa Luzia, e não mais voltou” (p. 80). Esse acidente deu origem a uma onda de solidariedade que ficou atestada na entrega de donativos e um bote aos pescadores, no dia de Santa Cruz em Salamansa, S. Vicente.

Relativamente à crónica “Ainda o Porto Grande”, o autor recupera a temática do Porto Grande e assume o seu desígnio de agitar as discussões atinentes ao assunto, dada a ausência de condições técnicas da Shell para abastecer barcos com grandes quantidades de combustível em pouco tempo. Igualmente referencia a pequenez das lanchas que eram designadas a esse serviço e não se ajustavam às condições do porto, que, por sua vez, precisava de um plano inclinado onde pudessem ser arrastadas e arranjadas. Daí ter reclamado, de novo, a urgência na execução das tão esperadas obras. Baseando-se nos dados de abastecimento do transatlântico “Vera Cruz”, Jorge Barbosa reafirma a incapacidade da Shell em fornecer combustível aos navios de grande dimensão num curto espaço de tempo, cuja consequência seria o seu desvio para os portos de Las Palmas, nas Canárias, e de Dakar, no Senegal.

Em “Serviçais” [I] destaca um grupo de homens e mulheres que seguem no barco “Lugela” em direção a Angola. Na sua perspetiva, saíam do arquipélago centenas de homens, mulheres e crianças rumo a Angola, com a esperança de encontrarem uma realidade díspar da de Cabo Verde. Iam cantando as mornas durante essa longa viagem para o desconhecido, onde a fé em Deus era a única certeza que tinham.

“Comemoração de Camões” é dedicada à celebração do dia de Luís de Camões, 10 de junho, ocorrida no prestigiado Liceu Gil Eanes, na ilha de S. Vicente, presidida pelo Governador da Província. A crónica aborda o discurso proferido pelo professor Cruz Pinto, com o título “Camões, símbolo da gente portuguesa” (p. 83). Além de recordar alguns aspetos literários do poeta e alguns dos seus feitos como soldado, faz alusão a alguns dos motivos que incentivaram Portugal a lançar-se na expansão, nomeadamente o “alargamento pátrio, de expansão nacional” (*Idem*). Encontramos, ainda, a ideia de que Luís de Camões, homem, marinheiro e soldado português “seguiu o rumo comum a todo o português pobre do século XVI” (*Idem*), o

que se espelha “inteiramente na sua poesia, onde revive e recria a epopeia lusitana” (p. 84).

“Acontecimento Desportivo” evoca a recepção, de forma apoteótica, da seleção de futebol de Barlavento que fora jogar com a Guiné, em 1952. A equipa foi comandada pelo professor de educação física Daniel Leite. Embora se tivessem defrontado com rudeza no campo da Fontinha, em S. Vicente, os jogadores fizeram uma boa exibição. Por isso, foram recebidos com muita alegria por parte da população e pelo Vice-Presidente da Câmara de S. Vicente, Dr. Manuel Rodrigues.

A crónica “A Propósito de uma Notícia” aborda uma notícia que dá conta de uma homenagem prestada aos médicos Manuel da Costa Lereno e Júlio Barbosa Nunes Pereira, na biblioteca hospitalar da cidade da Praia, por terem exercido a sua profissão de modo solícito, desinteressado e com a “preocupação de bem servir” (p. 86). Aproveita para manifestar a sua admiração pelo incansável médico Joaquim Esmeraldo Nobre, que também ajudou muitos pacientes na ilha de Santo Antão, “sua terra” (*Idem*), mesmo nas zonas mais encravadas da ilha. Tendo sido considerado um espírito superior e um exemplo de abnegação em prol dos outros, Jorge Barbosa sugere que a sua memória também seja recordada na dita ilha em analogia com o que aconteceu com os outros médicos.

“O Porto Grande e a Shell” reitera a incapacidade técnica da Shell em abastecer os grandes barcos em combustível e num curto espaço de tempo, fundamentada na apresentação de alguns dados estatísticos de três abastecimentos feitos ao transatlântico Vera Cruz. Reivindica, de novo, a urgência na realização das tão esperadas (e já abordadas) obras no Porto Grande do Mindelo, na ilha de S. Vicente.

Os dados aduzidos preocupavam-no porque, segundo o próprio, “tudo o que lhe diz respeito está intimamente ligado às condições e ao futuro da nossa vida económica” (p. 87). A sua insatisfação aumentou quando soube que a Shell tinha aconselhado a Companhia Colonial de Navegação a desviar essa rota para os portos referenciados anteriormente, o que, mesmo acontecendo, não a aliviaria das suas responsabilidades e de procurar atenuar essa situação, com graves consequências para a economia nacional.

Reivindicou, por isso, a necessidade da capacitação desse porto, que desfrutava de uma boa localização geográfica. Ao criticar os equipamentos da Shell, recomendou a entrada de uma nova empresa de óleos no dito porto.

Em “Homenagem ao Governador da Província”, menciona um preito feito ao governador do arquipélago, Carlos Alves Roçadas, que se mostrava amigo do país e que estava a realizar um excelente trabalho. Tratando-se da comemoração do terceiro ano da data em que iniciou as suas funções, houve uma enorme adesão da população de todas as classes sociais, facto que impressionou as autoridades locais.

Jorge Barbosa admite que o governador estimulou algumas iniciativas locais, apoiou os valores culturais cabo-verdianos, ajudou os pobres e mostrou a sua solidariedade para com a população da ilha do Fogo aquando de uma erupção vulcânica, “percorrendo os sítios de maior perigo, levantando a coragem abalada do povo, naqueles dias angustiosos de pânico em que o vulcão, derramando lavas, aniquilava povoados, sacudia e ameaçava a ilha” (p. 89).

Quanto à crónica “Radiodifusão em S. Vicente”, aborda a radioemissão na ilha de S. Vicente, tendo destacado os nomes de Mário Moutinho e Mendo Barbosa como sendo dos primeiros a conseguirem a transmissão da voz pela telefonia na dita ilha, referindo ainda a Rádio Pedro Afonso, a Rádio do Mindelo e a Rádio Clube de Cabo Verde. Testemunha as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que, mesmo com problemas económicos, conseguiram construir pequenas emissoras que se faziam ouvir.

Assim, dá-nos a conhecer o surgimento da Rádio de Pedro Afonso que, apesar de ter funcionado de forma experimental, cumpriu o propósito de difundir a música e o folclore nas ilhas. No que se refere à Rádio do Mindelo, inaugurada no dia 28 de maio de 1947, o autor procura compará-la com a Emissora Rádio Clube de Cabo Verde, da cidade da Praia, que, além do seu lado recreativo, divulga a poesia, a música, projetando e valorizando aspetos cabo-verdianos fora do arquipélago. Nessa ótica reivindica uma rádio para a ilha de S. Vicente que se possa ouvir em Lisboa, na Guiné, no Dakar, em Angola e na América.

“Inauguração de um Parque para Jogos” é pretexto para referir as iniciativas desportivas feitas na ilha de S. Vicente: a inauguração de um parque desportivo e o desejo de Carlos Alves Roçadas em ajudar a Associação Académica. Trata-se de um “empreendimento com importância e relevo, visto que, além do parque, com seus recintos para ténis, basket, hokey em patins, modalidade esta ainda não praticada pelos nossos desportistas, se projecta a construção de um prédio destinado à instalação agremiativa” (p. 92). Relata que o Presidente da Académica de S. Vicente, João Gomes Barbosa Júnior, apresentou o programa que o clube pretendia implementar, tendo o referido governador manifestado o seu apoio “dentro das possibilidades orçamentais” (*Idem*) do Governo da Província.

Na crónica “102 Mil Contos”, menciona a atribuição de uma verba de “cento e dois mil contos” (p. 93) a Cabo Verde e o entusiasmo que causou na população, ao permitir a reconstrução económica do arquipélago. Reconhecendo a importância que essa verba iria ter na mudança do destino dos cabo-verdianos, parte dela estava destinada à agricultura, aos transportes marítimos, terrestres e aéreos, e à execução das ambicionadas obras no Porto Grande.

Em “Música & Músicos de S. Vicente”, critica o barulho que alguns grupos musicais faziam na ilha de S. Vicente, com exceção da banda musical do Mindelo que, constituída por crianças com vocação para cantar, merecia a sua simpatia. O problema dos outros grupos era a desastrosa imitação que faziam da música brasileira, considerando uma lástima ouvir a música desses cantores. Chega a afirmar que eles gritam em vez de cantar e que a morna perdeu algumas das suas qualidades, sobretudo a doçura e a ternura. No entanto, o que mais lhe entristecia era “a decadência dos [...] tocadores de violão” (p. 94), facto que o fez questionar a Faia Torres e Perico a razão de lhes não ensinarem a tocar.

Relativamente à crónica “Carta para Jorge Barbosa”, Orlando Levy, seu amigo, critica algumas referências feitas por Jorge Barbosa à radiodifusão no Mindelo, discordando da ideia de que a rádio de S. Vicente iria ser “a melhor e a mais simples mensagem do arquipélago” (p. 97). Respondendo a essa carta, Jorge Barbosa escreveu “A Propósito de uma Carta”,

justificando a sua posição e destacando a sua amizade com Orlando Levy, locutor da Rádio Clube de Cabo Verde, um cargo que em seu entender ocupava com mestria. Clarifica o motivo da controvérsia e refere que não pretendeu estabelecer uma comparação entre as duas rádios, havendo assim um desencontro na interpretação.

Na crónica “Nada Aqui Acontece”, evidencia a monotonia nas ilhas, ao considerar que nelas “nada [...] acontece” (p. 101). Por isso, sente que o cabo-verdiano vive limitado nas suas ações, visto que só se depara com as secas e as desgraças de sempre, e que tudo chega atrasado, apesar de a rádio amenizar as distâncias. Viver num país rodeado pelo mar restringe os seus habitantes a um quotidiano enfadonho e estimula-os a uma partida idealizada com o propósito de adquirirem novas experiências e de reduzirem as suas dificuldades económicas. É nesses países que se deparam com novidades, desde descarrilamento de comboios às notícias de crianças prodígios.

Em uma outra crónica denominada “Serviçais” [II], aborda a saída de centenas de cabo-verdianos para as roças de S. Tomé. Tratando-se de uma “cena triste” (p. 102) admite que nunca assistiu a essa partida porque se sentia incapaz de os ajudar. Realça, contudo, que “levam violões e cantigas pela viagem” (*Idem*) e que, apesar de tudo vão cantando “as mornas, quase sempre irónicas e contentes” (*Idem*).

Quanto a “Navegador Solitário”, Jorge Barbosa testemunha a chegada de um navegador ao cais de S. Vicente, sorridente, espadaúdo, de barba crescida, acompanhado de um cão, que foi o seu companheiro de uma viagem que demorou três meses. Não o conseguiu entrevistar, mas deduziu que lhe iria falar de assuntos que já lhe eram familiares, através da vida e dos livros, e que teriam um “sabor a poesia” (p. 103).

“Ecos das Chuvas” testemunha a queda da chuva que deixa as ruas alagadas, impedindo a passagem das pessoas. Elas são obrigadas a desviar-se das poças de água de forma heróica, sendo que os largos são os mais complicados de transpor. Contam, nessa travessia, com a ajuda dos audaciosos que as carregam às costas, por vezes, sem roupa, em troca de cinquenta centavos, numa trajetória comparada à de S. Cristóvão, que aceitou ajudar algumas pessoas a atravessar um rio perigoso, no qual muitas já tinham

sucumbido. O povo, não tendo nada para ocupar o seu dia, deambula de um lado para o outro debaixo da chuva, com a roupa toda molhada e agarrada ao corpo. Muitas das suas casas são tomadas e derrubadas pela violência e constância da queda da chuva. Contudo, segundo o autor, “os moradores prontamente encontram remédio para o percalço: – continuar lá dentro mesmo assim” (p. 105).

“Mar Novo” inclui referências ao barco destinado ao transporte de água de mesa da ilha de Santo Antão para S. Vicente, embora ainda não estivesse completo porque “faltam-lhe os tanques, que se vão fazer, e faltam ainda na cidade e nos subúrbios os depósitos e a canalização para receber e distribuir o precioso líquido por vários pontos do Mindelo” (p. 106). Também transporta passageiros e cargas.

No texto “Véspera do Natal”, Jorge Barbosa alude aos diversos brinquedos nas montras e ao entusiasmo das crianças nas vésperas do Natal. Os brinquedos referidos são: aviões, comboios, automóveis de corda, pacotes, bonecas, soldados de chumbo. Também inclui diferentes espécies de animais e mobiliários. Quanto aos animais, fala de ursos ferozes e fel-pudos, macacos articulados e hilares, serpentes. No que se refere aos brinquedos mobiliários, destaca camas, sofás, cadeiras, guarda louças, pianos, fogões e maquinas de costura. Além da euforia das crianças aguardando um presente do Pai Natal, também inclui as montras de alimentos e de bebidas alcoólicas, tais como: broas, nozes, castanhas, amêndoas, presuntos, chouriços, champanhe, vinho do Porto, *whisky* e o *gin*.

“Nota sobre Januário Leite” referencia o livro *Poesias*, de Januário Leite, publicado pela Associação Académica do Mindelo, e que, embora não tenha revelado os seus melhores textos, divulgou um autor e o seu sentimentalismo, muito comum à época. Encontramos, segundo o próprio, a inocência, o afeto e a angústia de um poeta que viveu uma vida boémia e sofredora. Essa publicação foi uma das poucas que teve impacto no arquipélago nessa altura. Por isso, propôs uma maior divulgação do pensamento cabo-verdiano que se limitava mormente aos escritores modernos.

Em “Depois da Chuva”, Jorge Barbosa conta que, apesar de alguns estragos causados pela queda da chuva, o ano promete alimento em

abundância. Esse acontecimento de alegria ficará patente na multiplicação dos bailes e na voz dos instrumentos que animarão essas festividades. Essas festas serão acompanhadas de foguetes, da aguardente, o famoso grogue de Cabo Verde, e os “cavaleiros cruzarão os caminhos das ilhas, em louca correria, montando cavalos fogosos, equilibrando-se, exímios, no dorso de mulas respingonas” (p. 109).

Esses momentos de felicidade são seguidos pela estiagem, que acaba por influenciar a partida dos cabo-verdianos para São Tomé e Angola. Para resolver essa situação, sugere uma intervenção nas condições climáticas das ilhas, através da implementação de um sistema de arborização maciça, como sendo uma forma científica para atrair a chuva. Para o efeito, sugere a utilização de uma parte da verba de 102 mil contos atribuídos ao arquipélago, um assunto abordado na crónica “102 Mil Contos”, anteriormente referida.

A crónica “Nós e Gilberto Freyre” mostra a sua discordância com algumas afirmações feitas pelo sociólogo brasileiro, numa entrevista concedida ao jornalista e escritor Virgílio Lemos, publicada nos números 14 e 15 do mensário moçambicano *Império*. Tratando-se de uma entrevista que fala dos “homens de letras de Cabo Verde” (p. 110), o escritor cabo-verdiano mostra o seu desagrado com umas afirmações que esse sociólogo fez: “A influência brasileira é manifesta. Prejudicial porque dela os intelectuais de Cabo Verde não souberam libertar-se. Falta-lhes portanto originalidade. Falta-lhes personalidade. Uma literatura própria, diferenciada, não se cria pela insistência na escolha de temas locais. É necessário ir mais longe, trazer esses temas para o plano universal” (*Idem*). Jorge Barbosa acusa-o de não ter obtido elementos suficientes que o pudessem ajudar a ter uma visão positiva do arquipélago, ao ter passado pouco tempo nas ilhas e ao ter tido pouco contacto com os intelectuais do arquipélago.

Admite a influência da literatura brasileira na sua geração, no entanto, desvaloriza uma situação de dependência, visto que os cabo-verdianos construíram o seu próprio caminho literário e que essa influência adveio mormente do “exemplo dos escritores brasileiros ao se debruçarem sobre a terra natal e sobretudo a gente irmã, onde foram encontrar os temas das

suas obras. Deles aproveitamos, pois, a descoberta e a experiência que nos contagiaram com o seu entusiasmo de coisa nova” (p. 111). Reconhecendo haver uma parecença entre o povo cabo-verdiano e brasileiro, devido a sua formação étnica idêntica de raízes africanas, o autor defende, contudo, a universalidade da literatura cabo-verdiana, assim contrariando Gilberto Freyre quando este referia que estava focada apenas nos assuntos locais.

“Registo” destaca um certo prestígio do cabo-verdiano fora do país e aborda as consequências de algumas afirmações feitas por Gilberto Freire sobre Cabo Verde. Chama a atenção para o facto de não ser prática corrente no ambiente cultural cabo-verdiano a reprodução de “referências elogiosas” (p. 113) feitas em jornais, revistas, em conferências e em livros “com o louvável e patriótico intuito de as fazer distribuir por quantos se interessam pelas coisas espirituais, nem de copiar, com o mesmo objectivo, qualquer escrito nosso” (*Idem*). Manifesta, por isso, a sua surpresa pela rapidez com que a opinião menos positiva de Gilberto Freyre sobre a literatura cabo-verdiana foi posta a circular no arquipélago.

“Funcionários da Shell no Mindelo” dá testemunho do entusiasmo da população aquando da chegada de cinco funcionários da companhia a S. Vicente e da vontade de ver a Shell a fornecer combustíveis à navegação. A sua esperança e a dos cabo-verdianos voltou a aumentar, em 1953, quando cinco funcionários da Shell, inclusive o seu gerente em Lisboa, visitaram o arquipélago, embora não tenham revelado o que pretendia a companhia. Lembra que poderia talvez resultar da visita o aumento das suas instalações, através da construção de mais depósitos de óleo.

“Ti Lopes” é um texto em que o autor faz referência a um velho amigo seu que, após ter andado por muitos países, regressou à sua terra natal, onde partilha algumas das experiências adquiridas. Mesmo após o seu regresso, manteve-se atento à política internacional, através da leitura de jornais que recebia de alguns familiares que residiam na América, da rádio que ouvia na casa do vizinho, ato típico do quotidiano das ilhas. Conversava com o autor sobre assuntos do quotidiano, como a bomba atómica, o hidrogénio, a guerra da Correia, a espionagem, a Rússia e Stalin, além da sua experiência de marinheiro, de que se recusava falar.

Em “O Caboverdeano e o Mar”, o autor inicia o texto referindo que, apesar do otimismo que faz parte da vida dos islenhos, a vida “nem é fácil, nem é feliz” (p. 117). Os momentos de alegria são seguidos por estiagens que têm uma influência direta na partida para São Tomé, e por algumas tragédias causadas pelo mar. Esse mar assume a característica de um elemento onnipresente que condiciona toda a vida em Cabo Verde. O alerta do afogamento, um dos dramas causados pelo mar, é dado pelo ecoar do alarme, anunciando um provável acidente de botes que, por vezes, com o auxílio divino, caminham em direção a África ou são socorridos a caminho do Brasil. No entanto, muitos acabam por morrer nessas travessias e são sepultados em sítios desconhecidos. Alguns botes com crianças também desaparecem.

No texto “O Caboverdeano e a Árvore”, apresenta a justificação para o corte das árvores devido à escassez de lenha usada na preparação de alimentos, nomeadamente o cuscuz e a cachupa. Lamenta a acusação que é constantemente feita ao cabo-verdiano de ser um vândalo destruidor da floresta, e de ser responsável pelos desertos nos campos, facto que influencia as condições climáticas do país. Justifica essa posição referindo que o cabo-verdiano ama a árvore, aprecia “a sua frescura e o seu abrigo” (p. 118), onde se pode reunir aos domingos, jogar bisca, jogar o urim, momentos que são acompanhados com um grogue. Portanto, defende que é a questão da sobrevivência das pessoas que está na base do corte de algumas árvores.

Em “A Propósito de uma Palestra”, testemunha uma forte queda de chuva na ilha de S. Vicente em 1952, o que causou a malária e o paludismo. A chegada ao arquipélago do médico Manuel Meira, do Instituto de Medicina Tropical, em missão de estudo desse organismo científico, foi importante no tratamento das pessoas e no controle da evolução da doença. Com a colaboração do médico Aníbal Lopes da Silva, assistiu-se então a uma grande campanha antipalúdica na ilha. Esse intenso trabalho ficou patente nos dados que foram apresentados numa palestra proferida na ilha, conforme se pode certificar com a leitura do texto.

A crónica “Resposta a um Artigo” é uma reação de Jorge Barbosa à uma crítica feita por João Baptista de Moraes, através do artigo “Pontos nos

II – A Propósito de uma Crónica”, em consequência do assunto abordado por Jorge Barbosa na referida crónica “A Propósito de uma Palestra”. Resultou, na opinião de João Baptista de Moraes, médico e amigo de Jorge Barbosa, do facto de o autor não ter feito referência à ação dos médicos dos Serviços de Saúde para combater o paludismo. Autodefendendo-se, Jorge Barbosa entende que o que fez foi relatar e interpretar, de modo resumido e fidedigno, “a palestra do Dr. Manuel Meira, proferida acerca do combate ao paludismo, que o mesmo, em missão do Instituto de Medicina Tropical, levou a efeito nesta ilha, com tanto êxito, durante o período de 28 de Novembro de 1952 a Julho próximo passado” (p. 123).

“Cabo Verde e o Plano de Fomento” dá conta do início da referida obra no Porto Grande do Mindelo, ilha de S. Vicente. Essa obra fazia parte de um conjunto de outras que estavam por iniciar, inseridas num Plano de Fomento para as ilhas. Além de outros assuntos, também aborda a necessidade de se contratar uma outra empresa fornecedora de combustíveis. Assim, viu-se tranquilizado com a atribuição de uma verba de cento e dois mil contos ao arquipélago, visto que uma parte dela estava destinada à execução da tão aguardada obra.

“Ainda a Propósito de uma Palestra” retoma o assunto abordado na crónica “Resposta a um Artigo”. Inicia-se com um resumo do que foi feito no outro texto e com uma referência a um pedido feito por António Gladstone Sócrates, amigo de Jorge Barbosa e Diretor do Hospital de S. Vicente, em carta de 19 de outubro de 1953. Foi-lhe pedido que apresentasse os dados da ação profilática antivetor, a cargo do Ministério do Instituto de Medicina Tropical (MIMT); no setor que a Delegacia de Saúde tratou deveria apresentar os dados da consulta externa nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio; o número dos pacientes internados e tratados no hospital nos referidos meses, e os dados dos medicamentos antipalúdicos que foram gratuitamente distribuídos (a expensas da Província). Esses dados serviriam para avaliar com exatidão a campanha antipalúdica executada na ilha de S. Vicente.

Quanto à crónica “Notas sobre a Instrução Primária em Cabo Verde”, Jorge Barbosa mostra-nos as dificuldades que os cabo-verdianos

enfrentavam para estudar e reivindicar um ensino gratuito. Defende que a elevada taxa de analfabetismo existente no país resultava das dificuldades que as crianças enfrentavam no seu percurso para a escola. Contudo, a sua vontade de aprender fazia com que, de forma heróica, muitas se deslocassem muitos quilómetros descalças, quase sem roupa e mal alimentadas. O caminho por onde andavam era estreito, com cerca de palmo e meio, em encostas íngremes cheias de cascalho que lhes magoavam os pés. Mesmo assim, desejosos de aprender, embora de estômago vazio, regressam a casa cantando e assobiando.

Essa situação agravou-se com a necessidade de pagarem os impostos, certidão de idade, propina do segundo grau, num tipo de ensino que o autor considera rudimentar. Dadas as carências das ilhas, era muito complicado os pobres conseguirem efetuar esse pagamento. Havia alguns que conseguiam resolver esse problema com um atestado de pobreza. Os que não conseguiam, por possuírem uma pequena casa de dois quartos ou um pequeno terreno para semear, eram obrigados a vender ou penhorar os poucos bens que tinham para instruírem os seus filhos.

“Transatlântico (Santa Maria)” serve para o autor testemunhar a passagem desse transatlântico na sua viagem inaugural pelo porto do Mindelo, em 1953, em direção ao Brasil. Tendo a bordo duas personalidades importantes, o então Ministro da Marinha, Almirante Américo Tomás, e o administrador da Companhia Colonial de Navegação (C.C.N), Bernardim Ribeiro, a sua presença afirmou a posição do arquipélago nas rotas marítimas. O autor destaca o conforto, a arte e a beleza das suas decorações.

Em “Chuva”, Jorge Barbosa retoma o assunto e aborda os estragos causados pela sua queda na ilha de S. Vicente, no dia 23 de outubro de 1953, tendo causado duas mortes. Uma senhora, apesar de ser salva de afogamento, morreu poucos dias depois, tendo a outra vítima sido um menino, provável marinheiro, que cumpriu o seu destino de naufrago ainda muito cedo. No entanto, segundo o próprio, a cidade retomou a normalidade em pouco espaço de tempo.

Na crónica “Os Nossos Barquinhos” menciona as constantes viagens de pequenos e frágeis barcos entre as ilhas, carregando passageiros e

mercadorias, num verdadeiro ato heróico. Portanto, os marinheiros vivem, segundo o autor, “lutando contra as ondas encapeladas, ora vencendo a força das correntes e os ventos contrários. Ou então, lá estão eles parados, dias a fio, no meio do mar, prisioneiros silenciosos de longas e enervantes calmarias” (p. 135) em troca de um baixo ordenado.

Finalmente, em “Uma Antologia, ou Talvez Não” apresenta um projeto para a publicação de uma antologia da poesia cabo-verdiana. Aponta Jaime de Figueiredo e Baltasar Lopes como possíveis organizadores. Refira-se que esse projeto “antológico” foi concretizado por Jaime de Figueiredo, em 1961, sob a égide das edições Henriquinas do Achamento de Cabo Verde, ao publicar *Modernos Poetas Caboverdianos*; tratava-se de uma publicação que dava uma visão atualizada dessa literatura e dessa época, ainda pouco conhecida. Jaime de Figueiredo escolheu vinte poetas, numa seleção cronológica que abarca diversas idades e que se distribui por três grupos: o primeiro é constituído por poetas nascidos entre 1902 a 1907; o segundo, pelos nascidos entre 1915 a 1920; e o terceiro, pelos nascidos a partir de 1915.

O quinto e último capítulo deste livro é constituído pelos contos “Conversa Interrompida” e “5 Vidas num Escritório”. No primeiro, “Conversa Interrompida”, aborda uma faceta, de algum modo, sonhadora, onde se distancia da sua escrita habitual e penetra no domínio do fantástico, com subtileza embora, após ter usado, segundo o próprio, uns “álcoois um pouco à larga” (p. 138), num jantar realizado no Hotel Internacional. Apesar de se encontrar lúcido, o que é comprovado pela descrição do que aconteceu naquela “noute” (*Idem*), Jorge Barbosa, já com a “cabeça dorida, [e] o corpo amolengado”, chegou a sua casa, livrou-se do “colarinho e da gravata” (*Idem*) e deixou-se cair como um “peso morto” (*Idem*) numa “cadeira de lona” (*Idem*). A partir desse momento só se recorda da figura de um homem que lhe aparece à frente, retrato vago e de algum modo tributário de um mundo fantástico.

Passa a dialogar com essa figura, que Maria Helena Spencer apelida de Diabo, e que José Vicente Lopes caracteriza de “finório” num dos grandes contos cabo-verdianos, intitulado “O Sonho do Senhor JB”, publicado

no seu livro *A Fortuna dos Dias* (Lopes 2007). Em conversa com a referida autora, Jorge Barbosa refere que, apesar de se tratar, “evidentemente, de pura fantasia” (p. 60), houve “quem acreditasse [...] que tivesse falado com o diabo em pessoa e se alarmasse um tanto por causa disso” (*Idem*). Por essa razão, segundo o próprio, recebeu “cartas de gente amiga a querer saber ao certo” (*Idem*).

Descreveu essa célebre figura, com quem falou, como estando de “Casaca impecável, chapéu alto sustido na mão enluvada, barba curta, ligeiramente em bico, monóculo luzindo. Alto, quase atlético, sorriso de amabilidade discreta, charuto de agradabilíssimo perfume no canto da boca, elegância sem esforço” (p. 138). Citemos de novo José Vicente Lopes: “E, não menos curioso, Ele era alto, quase atlético como o próprio senhor Jorge na juventude, sorriso de amabilidade discreta, charuto de agradabilíssimo perfume no canto da boca. Enfim, razão de sobra tinha Shelley, quando dizia que *sometimes the Devil is a Gentleman*” (Lopes 2007, 62).

É essa semelhança entre ambos que o faz esconder a origem real dessa personagem, que de forma subtil penetrou na sua casa e no seu imaginário. Pretendia corromper a sua alma, mas Jorge Barbosa não se deixou ludibriar pela sua conversa agradável, engenhosa e convincente. No entanto, essa possível figura do homem antes de partir preparou o futuro do autor e antecipou que iria ser um grande construtor de obras literárias, que as academias iam disputá-lo, que seria “o maior poeta do seu tempo, um dos maiores de todos os tempos” (p. 140) e que teria “estátuas suas, ruas, estrelas, com o seu nome” (*Idem*).

Quanto ao segundo conto, “5 Vidas num Escritório”, o autor aborda o quotidiano no escritório Jerónimo José Ferreira, Lda. Além de fazer breves referências às dificuldades económicas, à morna, ao namoro de antigamente, diferente dos tempos modernos, também referencia a viagem e outras vivências. Inicia-o dizendo que o Sr. Segismundo Lopes goza de uma escrita esbelta, tendo assim desmembrado o seu M e o S, que reproduzem a “maior expressão” (p. 142) da sua arte caligráfica.

Essa personagem, numa das suas ingerências no texto, pede à menina Maria, Maria Aleluia Mendes, para remeter um *memorandum* a Manuel Melo

Neves recordando-o da necessidade de ele regularizar o “salto” (p. 142), dizendo-lhe, ainda, que se encontrava a juntar fundos, pedido esse que se repetiu com a alegação de que o sócio-gerente do escritório ia seguir, brevemente, uma viagem para Lisboa. Menina Maria, com dedos ágeis e unhas vermelhas, era quem transcrevia a correspondência, as contas correntes e as faturas, com uma “prensa” (*Idem*). Um outro personagem, Arsénio, moço de recados, quando se encontrava sozinho no escritório, e, em serviço de limpeza, distraía-se com a dita “prensa”, e chegava a fazer o “som gutural: *vap!*” (*Idem*). Nesses instantes, e, muitas vezes, sem nada para fazer, restava-lhe observar “a galera do calendário pendurado na parede” (*Idem*), o que fazia a imagem surgir-lhe à memória, em vários momentos do dia.

Esses instantes maçudos fizeram-no imaginar pousar a cabeça do Sr. Ferreira, proprietário do escritório, na supradita “prensa” e apertá-la até que “os miolos” (p. 143) esparzissem sangue por todas as paredes, lambuzando as páginas do “Razão” (*Idem*) e “os sapatos de pelica branca e as pernas sem meia” (*Idem*) da menina Maria, que se encontravam por baixo da mesa usada para trabalhar, de onde também aproveitava para espreitar o tímido Juca, que andava enamorado por uma rapariga que não nutria por ele o mesmo sentimento.

O conto prossegue com mais factos, nomeadamente com o Sr. Albertino Soares, que teve a árdua empreitada de calcular as caixas de sabão presentes no armazém. Havendo três caixas a mais, o Sr. Segismundo Lopes questiona a sua proveniência já que, segundo o próprio, “o sabão não podia ter parido” (p. 144), tendo tributado para que ele, Sr. Albertino Soares, aumentasse o seu embaraço, a par do “risinho” (*Idem*) de Arsénio. Entretanto, após alguns momentos ativos de averiguação, conclui que havia três caixas esvaziadas mescladas com as cheias, deixando-o satisfeito e levando-o a perspetivar uma ida ao cinema. O desenrolar do conto continua tendo sido concluído com o advento do Sr. Jerónimo José Ferreira ao seu escritório.

Em suma, Jorge Barbosa revela, com estes textos, o seu lado testamentário, combativo, fantástico e ficcional, através da exteriorização dos seus pensamentos sobre sociedade e cultura, recorrendo amiúde à ironia para contagiar os leitores.

ANTOLOGIA

I. ARTIGOS E UMA RECENSÃO CRÍTICA

Eugénio – (Tópicos de uma Monografia)

Estou vendo neste instante de evocação, neste instante em que as saudades d'Eles dão evidência à minha alma. Vejo-o fotografado na retina do meu pensamento: – o corpo já a querer alquebrar, a indumentária descuidada, o cabelo mal penteado, como se o sopro de uma aragem o descompusesse... Os seus olhos, os seus olhos vivos, de criança, de Poeta, estão em frente dos meus; a boca levemente contorcida, no geito de ir conversar, parece que vai reatar alguma palestra que qualquer incidente houvesse cortado...

Ninguém como Ele foi tão expressivo como tipo de uma raça, ninguém como Eugénio viveu tão intensamente pela sua terra. Ninguém pode medir-se com Ele no grau atingido de *caboverdianismo*.

É ver na obra que deixou, dispersa pelos jornais, pelos panfletos, pelas mornas que cantamos e dançamos, a sua adoração à terra de Cabo Verde, o seu amor devotado à gente patricia, amor sempre sincero e forte, fotografado no estilo másculo do polemista, cantado no verso crioulo do trovador, nas horas de romantismo, aquele romantismo que, sem a ter a pieguice choramingas, possuía, encanto, a suavidade lírica cheia do encantamento. Era sobretudo a Brava, era o povo da Brava, a sua grande dedicação. Com os filhos do povo, grande parte deles compadres e afilhados do Poeta, se acamaradava, cultivando-lhes as qualidades inatas de bondade, falando-lhes à alma ingénua. Com eles ia para as festas, improvisando-lhes as mornas e os descantes de uma beleza difícil de atingir, brindando-lhes nas bodas e nos aniversários, dançando nos seus bailes, comendo às suas mesas.

O seu amor à ilha natal chegava a ser idolatria, um sentimento exaltado e profundo. Toda ela viveu nos versos de Eugénio: a Natureza acidentada e fértil, as flores que nascem espontâneas pelos caminhos e pelas encostas, e as que mãos cuidadosas cultivam nos jardins, o aroma que a deslocação do ar volatiliza, o clima bemdito, as cumeadas dos montes aneladas de névoa, e o fundo pedregoso dos vales, o conflito psicológico



dos passionais, o drama sentimental dos emigrantes que em terra distante contam os dias para o regresso a ilha-berço...

Não foi sòmente um amoroso do seu torrão; que o foi também da mulher bravense; e isso, ainda, era uma maneira de mais adorar a Brava... A mocidade inteira passou a o Poeta a amar, com ímpeto, com escândalo por vezes.... Mesmo na velhice – uma velhice que a morte cortou no começo – não deixou Eugénio de amar nem de cantar a graça saudável dessas figurinhas descalças e risonhas como a camponesa da canção que descem lá dos altos para virem receber novas da América... É que tinha, como Poeta que era, a mocidade constantemente florida no coração, sempre frágil perante o contacto do encantadoramente feminino...

Toda a sua vida, a par do ardor amoroso, foi de combate sem tréguas contra a prepotência e contra os poderes descaminhados da rectidão.

Panfletário temível, jamais a pena lhe fugiu à contenda. Nem o verbo eloquente se lhe empanou no meio da peleja. É vê-lo na “Voz”, irrequieto varrendo com a prosa contundente o terreno onde os combatentes se abalançavam em ir-lhe ao encontro no opúsculo, saindo à liça para pugnar por uma causa ou defender um direito pisado; na sátira, fisingando o adversário no flanco! Era ouvi-lo no discurso, falando aos cérebros e tocando os corações!

Foi, na justeza do termo, uma *figura caboverdiana*, daquelas que a lenda e a tradição mantêm vivas na projecção do futuro. Eugénio foi um grande, porque nunca lhe faltou a fé de um grande, porque nunca lhe faltou a fé de um ideal e tinha a alma temperada dos eleitos, e porque sofreu imenso, sem tombar embora, a perseguição dos homens e as torturas da Vida.

Variações – Algumas Palavras sobre o nosso Problema Cultural

Em nenhuma outra parte como em Cabo Verde se tem pensado tão pouco... Sofremos quási todos de um mal de pensar que nos faz dar pouco trabalho ao raciocínio. E para essa nossa preguiça mental talvez o clima muito contribua.

Este nosso estado de inadaptação aos problemas vivos do pensamento não significa que não tenhamos um escol de pessoas capazes de *pensar* ou que as nossas possibilidades intelectuais sejam redusidíssimas. Pelo contrário: até creio serem tais possibilidades apreciáveis. O que é pena é não se aplicarem em actividade permanente; o que é pena é esse escol não se manifestar, se não raro, em operações de lógica e de descoberta, de modo a deixar alguma cousa de si.

Não pretendo que surjam (porque estejam escondidos) génios de entre nós. O que eu queria é que o escol da nossa intelectualidade aparecesse e se pronunciasse. Que fosse e desse exemplo constante de motivos espirituais e interessantes.

Que fosse, na realidade, aquilo que pode ser: construtor e contribuinte do progresso cultural de Cabo Verde.

É claro que êsse escol, que existe sem dúvida, poderia aparecer não digo em projecções jornalísticas, porque as folhas que se têm publicado no Arquipélago na sua totalidade não tiveram o condão de merecer-lhe a simpatia. Mas poderia aparecer através a imprensa, em folhetos, em ensaios, em livros. Poderia aparecer por outro modo ainda: em conferências ou em exposições de arte; poderia aparecer tentando intervir efectivamente nos nossos negócios administrativos, na nossa vida pública, interessando-se pelos múltiplos problemas da época.

Mas não: a existência desse escol tem sido passiva.

A sua atitude, o seu desinteresse, podem, em parte, ser um protesto contra o desinteresse ambiente votado à causa da cultura e ao que seja esforço de realizar algo além do habitual. Por outro lado, entretanto, é preciso salientar que o desinteresse geral não é por culpa apenas do público: ela é quási toda dos que podiam e deviam – e nunca o fizeram – incutir no

ambiente esse estado de simpatia e de atenção pelo que é do espírito, habituando e obrigando o público a seguir, interessado, as discussões – que se levantassem – de assuntos momentosos e proveitosos.

O escol, pois, de que venho falando, tem sido de uma passividade e de uma irrealização condenáveis, embora por vezes um ou outro da família apareça vagamente, como que despertado de uma sonolência, para desaparecer em seguida.

É urgente, portanto, que a nossa mocidade intelectual acorde e reaja de facto: para viver a vida da sua inteligência, para viver a sua força e iluminar o caminho da sua passagem.

Variações – Escrever Bem

Por cá, no nosso Arquipélago, a maioria toma por escrever bem as habilidades estilísticas, a arrumação da verborreia, de modo a produzir efeito sonoro o seu lançamento no papel.

Quanto mais palavriado bonito houver, quanto mais gramática fôr aproveitada, maior será a sensação oferecida por quem escreve. Então os «apreciadores» da prosa-modelo ficam em extasis admirativo e as adjetivações vêm definitivas: aquele que lhes souber encher os olhos e os ouvidos de «boa prosa» é dogmaticamente glorificado!

Ora, escrever com a preocupação de alardear conhecimentos da língua – quantas vezes especiosos! – deixando tinturarias prosódicas sobre o papel, sem que ao menos de todo o conjunto catita sobressaia três dedos de ideias (dedos postos no sentido horizontal); escrever para que os outros vejam, em vez de sentirem ou descobrirem, um conceito posto em evidência, sem que o leitor algo encontre que lhe faça meditar ou lhe traga qualquer utilidade ao espírito; escrever para mostrar possibilidades lexicográficas e estilísticas (tão fáceis de atingir), em vez de se mostrar em coisas gratas à inteligência e à sensibilidade que o leitor possuía; escrever com super abundantes e respeitáveis predicados prosódicos mas com min-guantes parcelas de ideias: – isto, confesso, não é escrever bem.

O que digo com relação aos nossos cultores de escrita também vai para os nossos cultores de oratória, salvas, nos dois casos, certas exceções.

O defeito que a maioria da nossa gente tem de se embasbacar ante uma dessas prosas substanciosas com que é costume deparar-se é um defeito que revela o nosso estado de atraso cultural e até da nossa educação embalsamada de velharias e inúteis tradições... Vivemos com os olhos no passado, amando o ritual ainda orientador dos nossos hábitos e preconceitos.

Pois bem: se com a prosa se fotografam os costumes, as intenções, a temperatura, enfim, de um povo, gostando nós tanto dela quando é retórica e passadista, reflectimo-nos nela, e denunciemos o atraso em que vamos na civilização.

Essa falsa concepção de «escrever bem», já de há muito posta de lado, por cá tem vida segura. É, portanto, obra meritória procurar mostrar ao nosso público leitor, que por sinal e reduzido, que o escrever bem não está na construção gramatical perfeita nem no estilo invulnerável, género académico, ambos tão amados dos nossos patrícios. O escrever bem está em saber desenvolver as nossas ideias, com clareza e com gramática, é certo, com elegância mesmo, mas tudo isso equilibradamente e decentemente; quero dizer: sem ridículos...

Hoje evita-se o escrito sonoro porque a sua época já se foi. A preocupação de quem escreve é uma preocupação que vai além do exagerado formalismo literário, porque o que se tem em mira é agitar problemas que interessem na realidade, e esses convençamo-nos, não se sentem bem na indumentária do palavriado conselheiresco e grave, que lhes faz morrer de asfixia...

A ideia, meus caros patrícios, deseja ar, vestimentas leves.

Do que digo infere-se que há necessidade de fazer subir o nosso nível intelectual devendo para tanto contribuir a escrita de ideias. É necessário, pois, que a voz da mocidade se levante, trazendo, na «sua prosa», as suas novidades e os seus pensamentos, contagiando assim o resto, beneficamente e em função de saneamento espiritual.

Falo da mocidade porque é ela, com o seu espírito combativo a que está mais apta a operar esse quási-milagre, se atendermos á dificuldade, e até à hostilidade que uma empresa dessas encontraria no nosso meio.

Variações – Imprensa Caboverdeana

Periódico que merecesse o título de porta-voz de uma renovação, pelo seu intuito educativo, portanto reformador também dos nossos costumes e do nosso civismo tão deficientes vistos em conjunto; periódico, pois, que justamente merecesse tal honraria não o houve até agora, se estou certo em C. Verde. Pouco, portanto, tem sido o esforço da nossa imprensa, no sentido do aperfeiçoamento moral e intelectual do nosso meio.

Temos tido algumas fôlhas que por vezes veem á luz da leitura e depressa morrem ingloriamente, isto é: sem terem vivido uma vida que, embora efêmera, deixasse de si lembranças fortes, exemplos úteis e caminhos abertos.

O *mal* desses semanários e quinzenários é um mal que tem origem na nossa psicologia sentimental de gente estacionada, de gente cuja preocupação dominante é não tocar nos endeusados, no que está acomodado, arrumado no seu lugar e arrastando-se burguesmente no giro prejudicial da rotina.

O *mal* – insisto nele – que tem acompanhado a quási totalidade das fôlhas caboverdeanas (as excepções deixo-as ao cuidado do leitor, manifesta-se também, em outras preocupações não menos dominantes: no elogio adjectivado e sistemático de Beltranos e de Cicranos, tudo isso numa espécie de cornucópia de rótulos laudatórios, sem sinceridade e muitas vezes escandalosos....

As personalidades em destaque vêm sendo as vítimas maiores dos encómios mais insistentes e mais ramilhetados dos nossos periódicos. Tão numerosos são tais encómios, tão falhos, por isso, da noção do bom-senso, que, de quando em quando, até perdem o equilíbrio da decência. (E quem sabe se não chegam a arrepiar desagradavelmente os destinatários?).

Ora, a importância das pessoas de destaque não está apenas em relação ao seu grau burocrático e social; está, principalmente, em relação ao que fazem e realisam adentro da sua esfera. Daí: os elogios de carácter pessoal devem ser discretos e cortezes, para serem por ventura dilatados

os que se destinam a fazer justiça ao mérito posto em evidência por via de operações úteis, materiais e morais.

Qual seria, em síntese, a feição de um periódico de *que necessitamos?*

Antes de mais nada devia adoptar uma atitude de análise e de crítica aos problemas que interessam o arquipélago e a humanidade. Criticar não é só apontar os erros e os acêrtos; não é só corrigir aqueles e aplaudir estes. Vai mais além a função da crítica porque também pode servir para doutrinar e orientar. Tudo isso sem ímpetos desnecessários, que provocam ressentimentos; sem abusos de linguagem, que originam dissensões pessoais de nenhum proveito; para dizer melhor dizer: sem se desvirtuar o fito da imprensa que deve ser pacificadora e correcta para ser profícua e bela.

Devia ter o periódico uma intenção definida: educar o público cabo-verdeano, obrigando-o a rasgar os preconceitos e as velharias e arejando-lhe saúdavelmente o espírito com os exemplos da civilização.

A característica de um jornal nosso não seria de recolhimento regionalista, mas, antes de desprendimento e universalidade. O que não significaria que os nossos problemas devessem perder o interesse privativo regional.

Seria a fôlha arena sempre aberta a todas as discussões momentosas, contanto tivessem elevação e ideias a condimentá-las. Ao mesmo tempo: preocupar-se-hia com o que se passa aqui e se interessaria com o que se passa ao largo, de onde nos chegam os elementos do nosso aperfeiçoamento moral e cultural.

Recapitulando: um periódico que nos fosse de facto aproveitável seria aquele que, libertando-se das normas burguesas, pugnassem com firmeza pela nossa reforma espiritual, intelectual, cívica e material e nos trouxesse aos olhos os panoramas da época com as suas novidades.

Aqui deixo estas palavras, como se fossem votos, ao simpático grupo do «Ressurgimento».

Indolência Caboverdeana

Apontamento lido na segunda Mesa Redonda, realizada na cidade do Mindelo, em julho de 1956.

Indolência Caboverdeana.

Eis, não um problema, mas apenas um caso, variadíssimas vezes trazido a baila das discussões.

Mas existe a apregoada indolência caboverdeana?

Na verdade, confesso-o, parece, algumas vezes parece, que essa indolência existe, a avaliar de certos flagrantes de abandono físico e de poupança nos movimentos e nos esforços, que aqui e ali surpreendemos na população – melhor, em alguns indivíduos da população.

Permita-se-me, antes do mais, uma rápida digressão, na qual procurarei, sem alargar pormenores e sem entrar nos domínios da Economia Política, dizer o pouco que sei ou que entendo do trabalho como auto-obrigatoriedade, como estímulo e até como sacerdócio e finalidade.

- A) o trabalho, primeiramente, é uma obrigatoriedade que a nós mesmos nos impomos: implica com a nossa sobrevivência; neste caso é luta quotidiana e surge como que em consequência de um anátema bíblico; lá estão as clássicas frases «ganharás o pão com o suor do teu rosto», «comerás o pão que o diabo amassou», etc.;
- B) o trabalho resulta duma ambição: com ele procuramos a melhoria da nossa situação económica e financeira, e, assim, é um meio para adquirirmos, mesmo além das nossas necessidades elementares, o com que possamos tornar a vida para nós o mais confortável possível; é ambição ainda, e sobretudo, quando tem em mira a acumulação de riquezas;
- C) o trabalho é sacerdócio; lembro agora a acção missionária dos que, de há séculos, com sacrifício ou não da própria vida, teimaram e teimam – e quantas vezes o conseguem! – levar aos corações mais distantes a palavra confortadora de Cristo; lembro os homens

verdadeiramente abnegados, os homens de ciência e quantos outros que altruisticamente dedicam os seus esforços, as suas vigílias, a sua inteligência, ao bem da humanidade.

Em qualquer dos casos vemos que o trabalho necessita do estímulo. A defesa, pois, da nossa sobrevivência, a ambição, o progresso e o bem do homem são estímulos do trabalho.

Mas, principalmente, o grande, o insistente estímulo do trabalho é a sua justa retribuição pecuniária.

Posto isto, vejamos o caso do simples homem trabalhador destas ilhas. Vejamos o homem da terra, tão cheia, por vezes, de surpresas e desesperanças, o carregador, o pedreiro, etc.; vejamos o homem dos nossos mares, o marinheiro dos nossos frágeis veleiros, o pescador, o catraeiro do Porto Grande, etc. Qual o seu estímulo pecuniário em relação ao esforço que despendem? Não vale a pena estimar a média de tão escassos proventos. Qual a certeza do seu futuro? Um seguro social para velhice? Um retiro para quando chegar a invalidez? Onde estão eles?

Que estímulo pode ter o homem pobre da nossa terra para o seu trabalho? O único será o da sobrevivência. Mas este quantas vezes não fica anulado por um germe de silenciosa revolta que reside no fundo das almas?

Deste modo, e se de facto existisse a apregoada indolência caboverdeana, poderíamos talvez explicá-la simplesmente com a falta de estímulo, quase total, que afecta como uma fatalidade (corrigível entretanto) a vida das mais humildes classes trabalhadoras do arquipélago.

Mas continuo perguntando; existe verdadeiramente a tão falada indolência caboverdeana?

E o esforço e a cansaça daqueles nossos marinheiros e pescadores, daqueles nossos homens da enxada? E a actividade dos homens das nossas marinhas?

E essa labuta do dia a dia das mulheres do povo, percorrendo longos e duros caminhos, num vai e vem porfiado, com cargas pesadas à cabeça (produtos agrícolas, lenha, bosta até, este dejecto animal que é também combustível nos lares desamparados)?

E o trabalho das crianças? As crianças pobres também carregam, também trabalham, mais do que brincam. Só por si já é trabalho esforçado o percurso diário da infância rural caboverdeana por quilómetros multiplicados de chão áspero e abrasante, a caminho e no regresso da escola, com o estômago vazio.

Mas existe a falada indolência caboverdeana? Não haverá mais do que tudo a ausência do estímulo do trabalho?

Insisto neste ponto do meu apontamento.

Vejam o exemplo das carregadeiras do cais de S. Vicente, quando transportam sacos de farinha. Sacos de farinha também é um exemplo. A retribuição deste trabalho normalmente é por volume transportado. Poucos tostões, muito poucos, por cada um. E elas lá vão, num formigueiro humano, veloz e impressionante, levando o carregamento para os armazéns da Alfândega ou para os dos comerciantes. E voltam, sempre correndo, para levarem mais e mais sacos à cabeça. O estímulo da actividade que desenvolvem tão exaustivamente não será a retribuição pecuniária em si, bem irrisória, mas a possibilidade de multiplicarem os poucos tostões que recebem por cada percurso. Mesmo assim, no fim do dia fatigante, quanto teria recebido cada uma das carregadeiras?

Mas haverá a falada indolência caboverdeana?

E esses milhares dos nossos emigrantes espalhados pelos mares e pelos recantos da terra? O que fazem lá fora? Vida aprazível de turista, com itinerário da *Cook* na algibeira e *Kodak* a tiracolo? Não. Procurem-nos, mesmo que for na imaginação. Neste momento talvez se encontrem ao leme de algum cargueiro, enfrentando os temporais do *Gulf Stream*, ou lá bem no fundo do navio, suportando o calor infernal das fornalhas. Talvez se encontrem nos campos da Califórnia lavrando a terra fértil dos estrangeiros, quer faça sol (o sol daqueles lados é menos violento do que o nosso), quer seja inverno (mas o frio por ali é mais castigador que a brisa penetrante do Alto da Cruz de Renda na ilha do Fogo). Talvez se possam ver no porto de Buenos Aires ao serviço pesado da estiva. Talvez nos deparemos com eles, aqui e ali pelo mundo, lutando pela existência, contentes também, gozadores da vida e do amor nos momentos de folga.

Mas haverá a falada indolência caboverdeana?

Meus amigos se toparem com algum caboverdeano estirado à sombra de qualquer árvore frondosa, em largada soneca, não o acordem; se o virem na praia, deitado no fundo de um bote, como se se tratasse de simples rede de repouso, deixem-no em paz; se passarem por um grupo entretido em biscada barulhenta, não incomodem ninguém. São momentos de todos nós, em todas as latitudes.

Se determinado trabalho que se está executando, construção, sementeira, transporte, não dá rendimento, se o pessoal actua com certa moleza, antes de se pensar na preguiça não será demais um exame de consciência no qual o factor salário entre em apreciação.

Mas existe a falada indolência caboverdeana?

E esses milhares de insignificantes lavradores, sem posse para o recrutamento dos jornaleiros, trabalhando sòzinhos, auxiliados apenas pela família, pelo amanho da nesga de terra que possuem, nas regas, na guarda das hortas, de dia e de noite, sem contar com o carregamento dos minguados produtos que eles mesmos têm que fazer para o mercado distante?

Antes de se falar na apregoada indolência caboverdeana, é melhor encarar primeiro a presença de uma passividade resistente, talvez instintiva, surgindo em contraposição à insuficiência dos salários.

Meus Senhores, a indolência caboverdeana...

Eu não creio nela.

Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano

3 SUMÁRIO – A indolência cabo-verdiana é fruto de clima e do tipo de alimentação, ou consequência de uma doença de vontade?

Jorge Barbosa: Eu preferi escrever uns apontamentos sobre o que quero dizer. As minhas considerações são consequência da minha experiência, talvez longa e muito sentida, da vida cabo-verdiana. Serão uma opinião muito pessoal.

Indolência cabo-verdiana.

Eis, não um problema, mas apenas um caso, variadíssimas vezes trazido à baila das discussões.

Mas existe a apregoada indolência cabo-verdiana?

Na verdade, confesso-o, parece, algumas vezes parece, que essa indolência existe, a avaliar de certos flagrantes de abandono físico e de poupança nos movimentos e nos esforços, que aqui e ali surpreendemos na população – melhor, em alguns indivíduos da população.

Permita-se-me, antes de mais, uma rápida digressão, na qual procurarei, sem alargar pormenores e sem entrar nos domínios da Economia Política, dizer o pouco que sei ou que entendo do trabalho como auto-obrigatoriedade, como estímulo e até como sacerdócio e finalidade:

- a) O trabalho, primeiramente, é uma obrigatoriedade que a nós mesmos nos impomos: implica com a nossa sobrevivência; neste caso é luta quotidiana e surge como que em consequência de um anátema bíblico; lá estão as clássicas frases «ganharás o pão com o suor do teu rosto», «comerás o pão que o diabo amassou», etc.;
- b) O trabalho resulta duma ambição: com ele procuramos a melhoria da nossa situação económica e financeira, e, assim, é um meio para adquirirmos, mesmo além das nossas necessidades elementares, o com que possamos tornar a vida para nós o mais confortável possível; é ambição ainda, e sobretudo, quando tem em mira a acumulação de riquezas;

- c) O trabalho é sacerdócio; lembro agora a acção missionária dos que, de há séculos, com sacrifício ou não da própria vida, teimaram e teimam – e quantas vezes o conseguem! – levar aos corações mais distantes a palavra confortadora de Cristo; lembro os homens verdadeiramente abnegados; os homens de ciência e quantos outros que altruísticamente dedicam os seus esforços, as suas vigílias, a sua inteligência, ao bem da humanidade.

Em qualquer dos casos vemos que o trabalho necessita do estímulo. A defesa, pois, da nossa sobrevivência, a ambição, o progresso e o bem do homem são estímulos do trabalho.

Mas, principalmente, o grande, o insistente estímulo do trabalho é a sua justa retribuição pecuniária.

Posto isto, vejamos o caso do simples homem trabalhador destas ilhas. Vejamos o homem da terra, tão cheia, por vezes, de surpresas e desesperanças, o carregador, o pedreiro, etc.; vejamos o homem dos nossos mares, o marinheiro dos nossos frágeis veleiros, o pescador, o catraeiro do Porto Grande, etc. Qual o seu estímulo pecuniário em relação ao esforço que despendem? Não vale a pena estimar a média de tão escassos proventos. Qual a certeza do seu futuro? Um seguro social para a velhice? Um retiro para quando chegar a invalidez? Onde estão eles?

Que estímulo pode ter o homem pobre da nossa terra para o seu trabalho? O único será o da sobrevivência. Mas este quantas vezes não fica anulado por um germe de silenciosa revolta que reside no fundo das almas?

Deste modo, e se, de facto, existisse a apregoada indolência cabo-verdiana, poderíamos talvez explicá-la simplesmente com a falta de estímulo, quase total, que afecta como uma fatalidade (corrigível entretanto) a vida das mais humildes classes trabalhadoras do arquipélago.

Mas continuo perguntando; existe verdadeiramente a tão falada indolência cabo-verdiana?

E o esforço e a cansaça daqueles nossos marinheiros e pescadores, daqueles nossos homens da enxada? E a actividade dos homens das nossas marinhas?

E essa labuta do dia a dia das mulheres do povo, percorrendo longos e duros caminhos, num vaivém porfiado, com cargas pesadas à cabeça (produtos agrícolas, lenha, bosta até, este dejecto animal que é também combustível nos lares desamparados)?

E o trabalho das crianças? As crianças pobres também carregam, também trabalham, mais do que brincam. Só por si já é trabalho esforçado o percurso diário da infância rural cabo-verdiana por quilómetros multiplicados de chão áspero e abrasante, a caminho e no regresso da escola, com o estômago vazio.

Mas existe a falada indolência cabo-verdiana? Não haverá mais do que tudo a ausência do estímulo do trabalho?

Insisto neste ponto do meu apontamento.

Vejam o exemplo das carregadeiras do cais de S. Vicente, quando transportam sacos de farinha. Sacos de farinha também é um exemplo. A retribuição deste trabalho normalmente é por volume transportado. Poucos tostões, muito poucos, por cada um. E elas lá vão, num formigueiro humano, veloz e impressionante, levando o carregamento para os armazéns da Alfândega ou para os dos comerciantes. E voltam, sempre correndo, para levarem mais e mais sacos à cabeça. O estímulo da actividade que desenvolvem tão exaustivamente não será a retribuição pecuniária em si, bem irrisória, mas a possibilidade de multiplicarem os poucos tostões que recebem por cada percurso. Mesmo assim, no fim do dia fatigante, quanto teria recebido cada uma das carregadeiras?

Mas haverá a falada indolência cabo-verdiana?

E esses milhares dos nossos emigrantes espalhados pelos mares e pelos recantos da terra? O que fazem lá fora? Vida aprazível de turista, com itinerário da Cook na algibeira e Kodak a tiracolo? Não. Procurem-nos, mesmo que for na imaginação. Neste momento talvez se encontrem ao leme de algum cargueiro, enfrentando os temporais do Gulf Stream, ou lá bem no fundo do navio, suportando o calor infernal das fornalhas. Talvez se encontrem nos campos da califórnia lavrando a terra fértil dos estrangeiros, quer faça sol (o sol daqueles lados é menos violento do que o nosso), quer seja Inverno (mas o frio por ali é mais castigador que a brisa

penetrante do Alto da Cruz de Renda na ilha do Fogo). Talvez se possam ver no porto de Buenos Aires ao serviço pesado da estiva. Talvez nos deparemos com eles, aqui e ali pelo mundo, lutando pela existência, contentes também, gozadores da vida e do amor nos momentos de folga.

Mas haverá a falada indolência cabo-verdiana?

Meus amigos, se toparem com algum cabo-verdiano estirado à sombra de qualquer árvore frondosa, em largada soneca, não o acordem; se o virem na praia, deitado no fundo de um bote, como se se tratasse de simples rede de repouso, deixem-no em paz; se passarem por um grupo entretido em biscada barulhenta, não incomodem ninguém. São momentos de todos nós, em todas as latitudes.

Se determinado trabalho que se está executando, construção, sementeira, transporte, não dá rendimento, se o pessoal actua com certa moleza, antes de se pensar na preguiça não será demais um exame de consciência no qual o factor salário entre em apreciação.

Mas existe a falada indolência cabo-verdiana?

E esses milhares de insignificantes lavradores, sem posse para o recrutamento dos jornaleiros, trabalhando sòzinhos, auxiliados apenas pela família, pelo amanho da nesga de terra que possuem, nas regas, na guarda das hortas, de dia e de noite, sem contar com o carregamento dos mingua-dos produtos que eles mesmos têm que fazer para o mercado distante?

Antes de se falar na apregoada indolência cabo-verdiana, é melhor encarar primeiro a presença de uma passividade resistente, talvez instintiva, surgindo em contraposição à insuficiência dos salários.

Meus senhores, a indolência cabo-verdiana...

Eu não creio nela.

Augusto Miranda: Alguns metropolitanos me têm dito que a apregoada indolência cabo-verdiana é uma lenda e que, por exemplo, em Santiago os trabalhadores trabalham dez vezes mais do que deviam. Eu li em tempos, numa obra sobre O futuro da raça branca, que o italiano e o irlandês na Europa têm pouca produção, mas vão para a América e passado pouco tempo são tão activos e laboriosos como os americanos, porque a

alimentação é outra. Em Santo Antão, e aqui, dizem, e também na Itália: «o saco vazio não se põe em pé».

Baltasar Lopes: Eu concordo com o que disse o Jorge Barbosa e o Sr. Miranda. Suponho que o problema da indolência, a inaptidão individual do cabo-verdiano para o trabalho é um problema que hoje seriamente ninguém põe ou, melhor, que ninguém discute. Conheço muito bem esses fados: o fado do estímulo, o fado do salário. Agora o Sr. Dr. Almerindo Lessa põe o problema em termos talvez mais concretos, da indolência colectiva, e parece-me que é essa indolência que nós precisamos de considerar.

Júlio Monteiro: o Sr. Dr. Almerindo Lessa para demonstrar a sua afirmação...

Almerindo Lessa: A minha pergunta.

Júlio Monteiro: ... a sua pergunta sobre a indolência, citou vários pontos relativos todos à ilha de S. Vicente. Disse verdades que nos custam, mas que são verdades. Isto demonstra, a meu ver, talvez uma falta de vontade administrativa permanente, mas quem desembarcasse aqui há pouco mais de cem anos, nesta cidade onde há todas as carências, o que é que encontraria? Absolutamente ninguém. Vida, só a das cabras! Foi com o elemento propriamente cabo-verdiano, miscegenizado, preparado em outras ilhas, que desta terra onde não havia coisa alguma se fez esta cidade: se calcetaram as ruas, se construíram as casas, se lavrou muita terra para o interior, se trabalhou neste porto. Quer dizer: a existência da própria cidade é o desmentido mais formal da indolência do cabo-verdiano. Agora continuamos a ter faltas. Outras necessidades de carácter local que demonstram lentidão, talvez uma falta de vontade permanente no plano superior. Mas a cidade em si, esta obra que nós construímos e que existe, destrói por completo a lenda da tal indolência. Agora sejamos realistas. Nós todos temos razão de sobra para dizer que a nossa produção em trabalho manual ou em trabalho intelectual é inferior àquilo que poderíamos fazer. Se a gente comparar o cabo-verdiano com o madeirense, por exemplo (e digo o madeirense por ser um ilhéu como nós e um ilhéu cuja formação se fez em grande parte como a nossa), não podemos deixar de reconhecer que o madeirense é activo, é empreendedor, é ambicioso,

enquanto o cabo-verdiano é mais lento, não tem ambições por aí além e produz menos. Se entendermos as coisas nestes termos de comparação, quer dizer, se tomarmos por ponto de partida e de confronto dois povos ilhéus, o cabo-verdiano e o madeirense, não podemos deixar de reconhecer que eles trabalham mais do que nós. Agora, os termos de comparação, para serem exactos, deveriam referir-se a duas posições geográficas iguais: povos do mesmo sangue, da mesma raça e colocados no mesmo local. Ora a verdade é que a Madeira, com o clima completamente diferente do de Cabo Verde, tem condições climáticas e económicas diferentes. O povo madeirense está, neste ponto de vista, mais beneficiado. Mas a verdade é que quando o madeirense e o cabo-verdiano saem do seu habitat e se colocam num habitat estranho nós assimilamos esse ambiente e produzimos tanto e tão bom ou melhor do que eles. Portanto, a nossa indolência só se poderá aceitar como lentidão na execução de qualquer trabalho, e proveniente de factores climáticos e económicos e ainda daqueles factores sociais que Jorge Barbosa citou.

Baltasar Lopes: Eu talvez substituísse essa expressão por frustração, frustração secular.

Júlio Monteiro: Está bem. Pode ser.

Baltasar Lopes: A nossa falta de um sentido colectivo de actividade resulta de uma frustração secular. Esperanças perdidas nas realizações prementes, elementares. Parece que o mais simples é o mais difícil de conseguir. O cabo-verdiano está farto de ouvir falar em coisas que não se realizam. A certa altura o cabo-verdiano, a meu ver, põe o problema de Montaigne: «À quoi bon!» Para quê? Para quê trabalhar, para quê pensar, para quê? Porque, afinal de contas, não se encontra realização. Quer dizer: uma frustração secular e, como causa ou como consequência desta frustração, o nosso fraco espírito associativo, que talvez se explique também pela carência de condições individuais. Não há assistência à iniciativa individual e esta falta frustra-nos.

Teixeira de Sousa: Eu peço licença para acrescentar alguma coisa a este problema. Eu queria perguntar ao Sr. Dr. Almerindo Lessa qual o sentido em que se pode tomar a frase «o exemplo dos escolares da bacia do

Sado» dentro do conceito da indolência e dos factores que condicionam essa indolência. Parece-me que o Sr. Dr. Almerindo Lessa liga nesta expressão o factor racial pelo facto de nessa zona de Portugal se encontrar diluído sangue negro. E vamos cair assim no mesmo problema de há bocado da sensualidade ligada à raça africana.

Almerindo Lessa: Evidentemente que, para mim, que me limitei a ser eco e intérprete de uma dúvida ou de uma impressão que os cabo-verdianos deixam sistematicamente à maior parte dos estrangeiros, se eu para tal situação – que pus como hipótese de estudo – tivesse uma explicação biológica ligada à raiz de onde eu próprio provenho, não teria de pôr a pergunta assim. Pois que então essa indolência, a existir, teria a mesma origem que a do homem do Alentejo ou do Minho.

Para eu pôr esta pergunta deste modo teria que admitir outra raiz. Quando eu comecei a encontrar sistematicamente uma referência sobre a indolência dos homens de Cabo Verde recordei-me de uma experiência de leitura colhida por mim nos escolares na bacia do Sado. Em 1937, ao preparar uma tese para um Congresso Internacional de Medicina Escolar e ao estudar os resultados académicos de meia dúzia de anos seguidos, cujo acesso me fora permitido, encontrei como referência quase permanente dos professores dos liceus que ficavam ao Sul do Sado que os estudantes eram mais inactivos, mais preguiçosos e com menor comportamento escolar do que aqueles que viviam acima do Sado, e, como é próprio do espírito humano, eu procurei tentar compreender porquê.

Não era fácil encontrar uma explicação (falta de alimentação, maus tratamentos em casa, desfasamento entre a idade mental e o nível das aulas) porque o fenómeno era anual, sistemático e de todas as classes. E como em todos os livros que estudam o homem negro vêm referências psicomentais semelhantes, abstraindo mesmo das condições de casa e de alimentação; sabendo eu da existência de uma raiz negra na bacia do Sado, onde nos séculos XVI e XVII alguns povos chegaram na perder 90% dos fogos e onde a falta de braços e de outra qualquer energia promoveram uma importação de escravos que foram posteriormente libertados e diluídos na população – era admissível, como hipótese de trabalho, que

aquela mancha de mau rendimento escolar pudesse ter como explicação a persistência de uma raiz afra. Essa hipótese foi muito criticada, mas foi lembrando-me dela que, ao estabelecer esta pergunta, eu acrescentei, de coração aberto, que, por mim, à falta de outra, eu teria uma explicação de circunstância.

Teixeira de Sousa: A propósito da indolência eu queria apresentar dois exemplos, e serei muito breve. Suponho que só a geografia humana poderá explicar todos estes problemas. E a geografia humana inclui várias ciências subsidiárias, uma delas a própria Biologia. Mas vamos aos dois exemplos.

É conhecido, e vários autores a isso se têm referido, o destino dos duros ingleses que colonizaram na América os estados da Nova Inglaterra e as ilhas Bahamas. Enquanto aqueles que se fixaram nos estados da América do Norte conseguiram de facto criar ali mais uma civilização esplendorosa e rica, os ingleses da mesma cepa que colonizaram as ilhas Bahamas fracassaram. Pode-se mesmo dizer que esses ingleses que se fixaram no mar das Caraíbas, por exemplo em Jamaica, transformaram-se em menos de cem anos, por tal forma que foram chamados «pobres trastes humanos». Tornaram-se indolentes e carregaram-se de todos os vícios. Choveram as explicações. Diziam uns que por causa do clima tórrido, morno; outros por causa da alimentação pobre; outros ainda explicaram isso pelo alcoolismo (um autor, cujo nome não recordo, chegou a dizer que um domingo em Jamaica matava mais gente de que todas as doenças ali reinantes – porque aos domingos se embebedavam); outros ainda explicaram essa quebra de energia pela organização económico-social, em franca decadência pela derrocada da cana do açúcar.

Outro exemplo, fruto da minha experiência, foi o que eu pude observar na nossa longínqua ilha de Timor. Quando ali cheguei fiquei chocado com o aspecto apático, miserável da população da cidade de Díli e de quase todo o litoral. Era só eu e a minha mulher; pois foi preciso meter em casa quatro serviçais para poder comer e ter a casa arranjada. Porque um só se ocupava da cozinha, outro limpava a casa e servia à mesa, outro apenas acarretava água e o quarto apenas ia buscar lenha. E cheguei à conclusão

de que com menos não me safava. Depois conheci a montanha e contactei com outros povos mais vigorosos, mais enérgicos, fisicamente mais compostos. E foi na montanha que pude ver coisas interessantes do folclore de Timor, porque em Díli nem sequer tinha ouvido uma gargalhada. Foi na montanha que ouvi o coro das cabeças cortadas e a dança guerreira, que é ao mesmo tempo de uma violência e de uma poesia enormes. Passado pouco tempo eu tinha a chave da explicação do comportamento do timorense do litoral e daquele que vive a mais de 800 metros de altitude. Era o clima, sim, pela sua acção indirecta (no litoral há muita malária, muita parasitose intestinal, muita boubá e outras doenças próprias de uma ilha que fica a 8 milhas do Equador, mas que praticamente eram inexistentes na montanha). No litoral o regime alimentar era mais pobre do que o da montanha, apesar de ser precisamente na zona litoral que os terrenos são mais férteis e onde é possível duas culturas de cereais por ano, mas a população cultivava apenas um pedaço exíguo de terreno, porque não tem energia para cultivar mais. Portanto, passa fome porque as doenças que carrega não lhe permitem executar o labor da agricultura, e na montanha, com terrenos mais acidentados, mais sujeitos à erosão, o regime alimentar é superior. O autóctone da montanha cultivava em larga escala porque é mais saudável. Simultaneamente, penso que a indolência cabo-verdiana não é fatalismo racial, podemos mesmo dizer que não se trata de um fatalismo climático porque esse pode ser vencido pelo homem e só quando não é vencido é que produz a indolência e outras fatalidades.

Uma História da Literatura Brasileira

Confirmando o intercâmbio literário luso-brasileiro, que já existe, José Osório de Oliveira deu-nos a «História Breve da Literatura Brasileira», precioso documentário crítico que faz passar á nossa leitura, com pressa mas com análise, os literatos do Brasil, desde «o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral» até os escritores dos nossos dias.

A obra evidencia também a estima do autor pela terra e gente brasileiras, estima que não é pequena, nem de hoje, porque talvez tenha nascido com a infância literária de Osório de Oliveira, senão com a sua infância de menino escolar, parte vivida no Brasil. Interessante, porém, é que esse sentimento fraterno, tantíssima vez demonstrado, não lhe faz perder a condição de crítico, a sua probidade e responsabilidade de escritor: no que vem escrevendo a propósito da literatura brasileira nem sempre está de acordo com as obras ou certos pormenores das obras que critica; se comenta com louvores quando o tema lhe desperta e elogios, sabe outrossim divergir quando a sua consciência dita a discordância. E se na verdade, pois, ao discordar, a sua simpatia pelo Brasil possa, porventura, abrandar-lhe a vivacidade da expressão, não menos certo é que, ao elogiar aspectos brasileiros, que louvores mereçam, nunca tem o cálculo de o fazer para agradar.

A «História Breve da Literatura Brasileira» deveria ser lida e estudada, como complemento do que se aprende dentro dos programas oficiais, para melhor entendimento da evolução literária do Brasil. Mas não se vá pensar que se trata de um *compêndio de literatura* em que tudo venha agrupado, dividido por escolas e por épocas, com as datas arrumada, com a catalogação, em lista, de obras e nomes de autores. Entretanto, não sendo *compêndio* ou *catálogo*, é um livro que segue, de princípio ao fim, todo o desenrolar da vida literária de uma Nação. Apenas terá este defeito para muitos, defeito que felicito o autor: não foram os seus apontamentos coligidos nos tombos, em consultas exaustivas; não preciso dispender longas vigílias eruditas, que tornam alias muitos literatos sábios respeitáveis e ilustres académicos; nem ao menos se tornou mister folhear o Dicionário

Séguier e os volumes traçados dos alfarrabistas. Por isso, a obra veio clara e sugestiva.

É pena que a «História Breve da Literatura Brasileira» se não detivesse um pouco mais quando se refere aos poetas e prosadores modernos; e que, deste modo, muitos tenham passado pelos nossos olhos mais apressadamente do que seria para desejar. Contudo, apesar da rapidez analítica, não deixa aparecer expressivo o panorama da actual literatura brasileira.

Prevê Osório de Oliveira a influência da mesma sobre a nossa («... se não a influir na literatura portuguesa, a servir de exemplo aos nossos escritores»). Como se dará a influência de certa literatura sobre outra? Talvez de varia maneira, mas principalmente de duas formas: em conjunto e isoladamente. Quando ela se dá em conjunto, é evidentemente, porque a que se deixou influir era menos viva ou menos expressiva, perdeu ou não teve a sua originalidade. Quando se manifesta de modo isolado exerce-se, pois, de alguns escritores sobre outros, embora para depois muitas vezes se generalizar. Esta ultima influencia terá por ponto de partida a novidade das intenções e da descoberta de uma *forma* de actuar e comunicar, de certos escritores, vindo ao encontro de igual tendência existente já, ou então despertada, em outros escritores, mas nestes não evidenciada ainda, por não ter sido encontrado o *processo*. Dai a identificação mediata ou imediata entre uns e outros.

Ora, pergunto eu, como se poderá dar a influência da literatura brasileira sobre a portuguesa? Em conjunto, isto é: a nossa é menos viva ou perdeu a sua originalidade? Será a nossa empolgada pela novidade pela *novidade* brasileira? Ou a influencia será em casos isolados, para depois, possivelmente, se generalizar? Citando apenas os romancistas: será o exemplo de Jorge Amado ao dar a nota humana e poética dos marítimos da Baía; de Erico Verissimo ao revelar, da maneira como o fez, as ingenuidades, os pormenores, os dramas de Jacarecanga a cidadezinha do interior; de Lins do Rego ao descrever a labuta agricola á roda da cana do açúcar; serão esses exemplos que trarão contagio aos nossos romancistas, advindo do contagio obras de finalidades idênticas ou paralelas? Ou a influencia virá do propósito desses escritores, ao fazerem, sem *preocupação literária*,

literatura de ambiente, descobrindo e revelando a vida humana do próprio meio em que vivem, mostrando os coloridos e os relevos da própria natureza que os cerca, sem contudo a literatura deixar de ter projecção e universalidade?

O volume publicado por José Osório de Oliveira, neste instante em que o caso brasileiro começa a despertar interesse, trouxe uma contribuição imensamente útil ao intercâmbio espiritual das duas nações. Escrita naquele estilo todo claresa que é um dos triunfos literários do autor de «O Romance de Garrett», a «História Breve da Literatura Brasileira», pela proibição da sua leitura, pela afirmação de cultura que revela, pelo trabalho de crítica honesta que evidencia, veio aumentar a qualidade da obra já produzida por Osório de Oliveira.

II. ENTREVISTAS

Uma Tarde com Jorge Barbosa

Jorge Barbosa esteve uns dias entre nós. E, se a sua visita a ninguém podia ter passado despercebida, muito menos o *Cabo Verde* que se tem honrado com a sua colaboração, tinha o direito de a deixar passar em silêncio.

Quisemos entrevista-lo; mas foi difícil. O poeta sonhador, cuja distração entrou já no domínio da anedota, esquivava-se com um tacto admirável, aproveitando-se do seu ar distraído para não dizer *sim* nem *não*; mas fugindo sempre.

Então, servi-me dum subterfúgio a que a sua delicadeza não ousaria esquivar-se:

– Há tanto tempo que não conversamos um pouco! Porque não vai lá a casa, uma destas tardes, tomar uma chávena de chá comigo?

Foi, mas... para não ser abordado, falou, falou, interessou-se pelos meus cães, gabou a cor da toalha de chá... disse tudo quanto lhe veio à cabeça, contanto que eu não pudesse interrompê-lo.

Mas, esqueceu que sou mulher e não sou distraída...

Com grandes rodeios, fui falando do nosso tempo, de quando eu o conheci, dos primeiros versos que dele li e ...caiu!

– Como e quando começou a sua poesia?

– Parafraseando o grande Fernando Pessoa: malhas que o destino tece...

Tinha eu 13 ou 14 anos (não o sei já ao certo) quando se deu a fatalidade, isto é, quando pela primeira vez, desceu até mim esta espécie de intuição a que chamarei, com mais ou menos propriedade, a intuição da poesia. Deste modo começou a minha vida de poeta (é Você que assim me chama).

– Não sou eu que lho chamo; são todos aqueles que leram ou ouviram os seus versos, mesmo quando eles não eram mais do que a letra das canções que V. dedicava... sabe-se lá a quem!

Jorge Barbosa já não me ouve e prosue:



– Iniciei-me com as quadrinhas ingénuas. Seguiram-se os acrósticos vistosos. Veio depois o infalível soneto, bem medido, bem soante, com a rima cuidada (eu tinha um jeito especial para o soneto).

O amor descompassando, o bater do meu coração, o heroísmo, que eu sabia das histórias, eram os responsáveis pelos arrebatamentos dos meus versos. Chego por vezes a ter saudades...

– Calculo!...

– Mas, depois? Como chegou à forma actual?

– Rolou o tempo e deixei para trás as quadrinhas, os acrósticos de tão belo aspecto gráfico, os sonetos, a rima, as sílabas musicadas com o acerto de um pêndulo.

Rolou o tempo e a minha poesia é como a vê agora, com uma certa inquietação dentro dela, por causa, sobretudo, do destino da nossa terra e do nosso povo.

Os olhos do poeta têm uma expressão distante; vejo-lhe o rosto desenhado de pequenos traços que o sorriso não consegue atenuar e pergunto a mim mesma se este rapaz alegre, despreocupado e sempre jovem também terá lutado e sofrido, se também ele conhecerá o amargor das horas más, e não me contenho de lhe fazer uma pergunta indiscreta:

– Fale-me da sua luta contra a realidade da vida.

– Luta silenciosa, sem legendas exageradas.

Aceito a vida naturalmente, com os seus momentos felizes, as suas horas amargas e difíceis. Vivo-a com optimismo cristão, comendo bem, rindo alto, folgando e bebendo em companhia de amigos, amando ainda, enfrentando os meus problemas sem desânimos e queixumes, rabiscando os meus versos.

Ao seu «amando ainda» sorrio e aconselho: – cuidado! Lembre-se que talvez em sua casa leiam o *Cabo Verde*...

Mas, logo, com receio de mudar de assunto, retomo o fio à conversa:

– Quando teremos um novo livro seu?

– Talvez breve, talvez nunca. Tenho material suficiente para um livro. Mas estou pensando na possibilidade da edição, sem muita pressa. É que pergunto a mim mesmo se vale a pena.

– Li um conto seu que me agradou imenso, aquele em que fala com o diabo. Porque não escreve mais contos?

– Tratava-se, evidentemente, de pura fantasia. Mesmo assim houve quem acreditasse que eu tivesse falado com o diabo em pessoa e se alarmasse tanto por causa disso. Recebi cartas de gente amiga a querer saber ao certo...

Tenho outros contos escritos, mas vou aguardando, voluntariamente, a hora da publicação, fiel à sabedoria popular que diz que o silêncio é de ouro.

– Tem um filho poeta também: Jorge Pedro. Como explica o caso poético do seu filho? Hereditariedade? Terá Você exercido alguma influência na poesia dele?

– Não sei explicar e seria para mim difícil explicar o caso poético do meu filho. Há coisas que acontecem mesmo sem hereditariedade, mesmo sem atavismo.

Quanto à influência, creio ter exercido alguma, nele e em outros poetas novos de Cabo Verde (eu ia dizendo que até alguns outros de fora). Influência entretanto perigosa porque a minha poesia, com a sua embora novidade aliciadora por falta de certas virtudes poéticas, não chegou a ser nem uma obra nem um marco itinerário. Talvez fosse um como que anúncio de transição na poesia caboverdeana (mas há poesia caboverdeana?), um como que prefácio da nossa verdadeira e ainda inédita poesia, que eu apenas antevi um pouco e que é preciso escrever quanto antes, já que ela existe em potência na trágica vida das ilhas e na alma sofredora e estoica do povo mais cantador do mundo.

– Tendo em vista o aspecto intelectual e literário, que pensa da nossa gente nova? Possibilidades presentes e futuras?

– Não vale a pena citar nomes. A memória trair-me-ia certamente e a omissão que eu fizesse de um ou outro nome pareceria injustiça, que não desejo cometer. Posso, porém, muito de passagem, dizer-lhe que temos os nossos valores dentro da gente nova (a frase é sua) capazes de uma afirmação séria.

– Mas, em que género, principalmente, Poesia? Prosa?

– Alguns já se manifestaram da Praia e de S. Vicente, na poesia, na novelística, no ensaio, embora sem público e sem estímulos. E se algum estímulo tem aparecido não foi daqui a sua proveniência. Como vê, temos possibilidades presentes e futuras. O que se torna necessário é encontrar-se a maneira de romper o mutismo que envolve os modernos escritores caboverdeanos.

– Gostaria de poder dedicar-se exclusivamente às letras?

– *Gostaria*. O meu mal tem sido gostar de coisas impossíveis.

– Para terminar, a pergunta da praxe: Qual é o seu maior desejo?

– Pergunta um pouco no sabor das que se fazem nos inquêritos do fim do ano...

O meu maior desejo é andar por aí, pelo mundo fora, percorrendo países, sem parar muito em nenhum. Livro de cheques fazendo volume no bolso (as viagens são tão custosas!), Kodak a tiracolo (são tantas as paisagens!). Anteveja Você essa sucessão vertiginosa de aventuras coloridas e maravilhosas: Brasil, Honolulu, Itália, mulheres bonitas e perigosas, surpresas, temores de naufrágios, caçadas arriscadas...

Mandar-lhe-ei a minha fotografia mais espectacular: um tigre real abatido a meus pés e eu, dominando o acontecimento, de capacete de caqui, a carabina sob o braço, talvez fumegante ainda...

Anoitecia.

Da rua vinham vozes cantando um hino religioso.

Jorge sobressaltou-se:

– O que é?

– São as crianças da procissão.

– Tinha-me esquecido...

Deixou o chá, mal se despediu e saiu a correr em direção à Igreja.

Fiquei à janela a vê-lo e a pensar comigo no paradoxo deste poeta, pagão e religioso ao mesmo tempo: «amando ainda» e sobressaltando-se porque esqueceu a hora da oração...

Como um símbolo desta raça amalgamada da fé portuguesa e da ânsia de prazer de todos os povos insulares.

[Maria Helena Spencer]

O Ambiente Literário Cabo-verdiano e a Influência Brasileira segundo o Poeta Jorge Barbosa

Esteve há pouco entre nós, depois de 36 anos de ausência em Cabo Verde, o poeta Jorge Barbosa, autor dos livros de poemas cabo-verdianos «Arquipélago» e «Ambiente».

Antes de partir novamente para S. Vicente, onde é funcionário das Alfândegas, Jorge Barbosa falou-nos do ambiente literário da sua terra e do que haveria a fazer para o desenvolvimento da literatura entre os cabo-verdianos.

Pretendemos saber, no início da conversa, qual era a opinião do poeta sobre a literatura cabo-verdiana:

– Haverá, na verdade, uma literatura cabo-verdiana?

Jorge Barbosa respondeu:

– As publicações literárias de ambiente cabo-verdiano têm constituído, até agora, casos isolados. O romance «Chiquinho», de Baltasar Lopes, os poucos volumes de poesia já editados e alguns números aparecidos das revistas «Claridade» e «Certeza», apesar do interesse que despertaram em Portugal e no Brasil, estão longe ainda de formar um seguro «conjunto» literário, com a sua fisionomia traçada, o seu sabor a ponto de partida e a sua projecção. Não temos, pois, até agora, uma literatura cabo-verdiana.

– Julga que escritores de Cabo Verde se deixaram influenciar pela moderna literatura brasileira?

– Para lhe responder terei que repetir, em essência, o que já disse noutro lugar.

«Gilberto Freire, muito de fugida, focou o assunto e afirmou ter encontrado nos atuais escritores cabo-verdianos uma nítida influência da moderna literatura brasileira, que na verdade chegou a empolgar-nos pela sua novidade. Vejamos: o povo brasileiro e o povo cabo-verdiano tiveram um processo de formação étnica, senão igual, quase idêntico. Têm aspetos de vida parecidos; há dramas que lhes são comuns (as secas, por exemplo); encontram-se muitas vezes, na música, no folclore e até – não é despropositado dizê-lo – na própria semelhança de pronunciar o português. Ora, a

moderna literatura brasileira, com a sua novidade, chegada bruscamente até nós, com o seu debruçar sobre a terra, a sua preocupação quanto á vida e ao drama do homem, a sua nota de intimidade, como que reflectiu muito da nossa vida e do nosso clima. Há, pelo menos, capítulos inteiros e poemas, nos livros de Lins do Rego, de Jorge Amado, de Manuel Bandeira, de Ribeiro Couto (não vale a pena citar mais nomes), que poderiam ter acontecido em Cabo Verde...

Daí os escritores cabo-verdianos, repito-o, serem empolgados momentaneamente pela moderna literatura brasileira. Note-se, entretanto, que influência, se a houve, foi mais do processo do que da própria literatura e que soubemos, passado o entusiasmo, traçar e seguir o nosso caminho, embora tivesse ficado uma parecença de família, que não se pode apagar».

– Quer dizer-nos agora qual é, actualmente, a actividade literária em Cabo-Verde?

– Presentemente parece não haver poetas e prosadores no Arquipélago. A grande maioria conserva-se num mutismo que impressiona, apesar de podermos contar com valores que muito terão a dizer nos. A falta de uma revista literária é a causa do grande silêncio. A única revista que possuímos, o «Boletim de Cabo Verde», órgão da Propaganda da Província, mantido, diga-se de passagem, pela inteligente persistência do seu director, dr. Bento Levy, destina-se como não poderia deixar de ser, a assuntos de carácter geral, se bem que não se desinteresse pelo caso literário (promoveu já dois concursos de contos e um outro, de poesia, está em vias de realização). A par do «Boletim de Cabo Verde», que leva já alguns anos de vida e cuja utilidade é para se encarecer, seria por todos os motivos proveitosa a iniciativa, por parte do Governo da Província, da publicação de um boletim essencialmente cultural destinado ao escol representativo da inteligência cabo-verdiana. Jaime de Figueiredo, pela garantia do seu talento e com a vantagem de residir na cidade da Praia, seria o homem indicado para o dirigir.

– Pensam em criar algum organismo de estudo e expansão cultural?

– Vontade não nos falta. Não temos, em actividade, um organismo que oriente e promova pesquisas que se relacionem com o homem

cabo-verdiano, impulsione o estudo do nosso folclore, leve a efeito a recolha das nossas músicas mais características, procure descobrir alguma coisa da nossa pequena, mas talvez interessante história (haverá ainda que ver o que resta dos nossos antigos arquivos. Falta-nos um museu, pequena réplica que fosse, do Museu do Dundo. Falta-nos, sobretudo, mais do que a boa vontade e a iniciativa, os meios materiais para fazer marchar os nossos projectos. A elasticidade do nosso Orçamento é muito limitada.

– Tem algum projecto literário?

– Sim, talvez um livro de poemas. Depois desta aventura atlântica em que me meti, tudo é possível.

– E o que nos diz desta viagem a Lisboa?

– Digo-lhe que estou a fazê-la há 16 anos. Comecei por realizá-la um pouco na poesia, um pouco no sonho e, afinal, um navio fez o resto, uma vez que, tendo sido nomeado comissário do Governo de Cabo Verde para acompanhar emigrantes a S. Tomé, me foi possível regressar, via Lisboa. Em 30 dias, sòmente, não tive tempo para muitas coisas. Mas pude ver e sentir a bela cidade de Lisboa, a educação, a disciplina e o civismo do seu povo. Voltarei – sei lá! – talvez daqui a 36 anos, isto é, quando faltarem apenas dez para o ano 2.000.

A Propósito do Lugre – Motor “Senhor da Areias” (Uma Entrevista com o Capitão dos Portos da Província)

A convite do Capitão dos Portos da província, comandante Raul de Sousa Machado, fui ao estaleiro de Wilson visitar o lugre-motor «Senhor das Areias», justamente na véspera do seu lançamento, após as reparações que sofreu no casco, de alto a baixo. Lá estava o navio, chapeado já de novo, repintado, da quilha à linha de água, de um vermelho vivo brilhando ao sol, sem mastros ainda escorado por estacas compridas, mesmo assim imponente no seu jeito de gigante preguiçoso e pesadão. Com os cuidados dos amigos ajudando a vestimenta do noivo, momentos antes da boda, os carpinteiros e os calafates davam-lhe os últimos retoques no arcaboijo bojudo. E daquela azáfama, daquele recombocamento como que se insinuava uma promessa: a promessa de que um «Areias» ressurgia, mais denodado, mais valente, para novos e outros cometimentos.

Apesar de tudo, eu que não sou pessimista do meu natural, tive um sorriso cético, que o comandante Sousa Machado logo interceptou...

– O Areias ... Sim, o velho Areias de que se fala com um sorriso de comiseração, em atitude de não o tomar a sério...O navio tem, na verdade, um passado que justifica os sorrisos. Desde a sua viagem para estas terras já em condições atribuladas, até a exploração precária, com os meios que lhe deixaram, tudo no Areias é digno de sorriso.

– Quere isso dizer que o navio foi um fracasso. Tem servido ou servirá ainda, dentro do nosso deficiente sistema de transportes marítimos, como um paliativo apenas.

– Não! Não é como pensa, não é como se pensa! Ao contrário, tem que se encarar a sério o navio do governo da província. De qualquer forma, é o que nós temos. Reflita bem: não se espera, antes de seis ou sete anos, um navio próprio, moderno, confortável, eficiente, para a ligação das ilhas, com itinerário redondo e horário prefixado. Nesse intervalo de tempo, que não é diga-se de passagem, assim tão curto, tem a província dois caminhos: ou dar um subsídio a estranhos, que se comprometam a manter o serviço pretendido ou continuar com o Areias.

No primeiro caso, qualquer subsídio, pequeno ou grande, será valor que sai da terra. E se um subsídio pequeno poderá ser compensado, pelos serviços prestados, sem encargos, portanto, com proveitos até, o que é difícil é encontrar quem o aceite.

– Mas se o subsídio for, digamos assim, tentador, volumoso não faltará quem se queira abalançar...

A resposta salta logo:

– Nem pensar nisso!

– Diga-me então o que pensa sobre o navio, o que há a fazer.

– Já que assim o deseja e já que me proporciona a oportunidade de focar o assunto, julgo de muita importância esclarecer aos que sorriem tão cepticamente quais são as virtudes e os defeitos do Areias.

Quando cheguei em S. Vicente, já passa de meio ano, estava o barco em precárias condições de fluatuabilidade. Por duas vezes tivemos que intervir com urgência para o sustentar ao cimo da água. Da segunda vez que tal sucedeu, nem sequer o puder pudemos deixar na sua posição normal: – teve que ficar desmastiado e adornado no meio da baia. Parecia, realmente, um velho trôpego, de pés para a cova. Analisado, porém, mais de perto, mostrava ainda – perdô-me a imagem – as carnes sadias e o esqueleto vigoroso e rijo. Havia úlceras, mas o estado geral era bom.

Precisava de um tratamento de urgência ...

– Exactamente: impunha-se «a intervenção cirúrgica».

Como sabe, o navio foi arrastado e completamente desforrado. Taparam-se os buracos com as madeiras novas. Fez-se-lhe o calafeto geral, forrou-se de zinco novo, por sinal de optima qualidade. Teve o ensejo de o ver há pouco. Não lhe pareceu um navio acabado de construir, direito e firme solido e perfeito?

– De facto assim é. As reparações, completas, feitas com material apropriado, por pessoal competente, inspiram confiança. Mesmo assim permite-me que lhe diga: o interior, o peso dos anos...

– É claro que a face lavada não lhe tira o peso dos anos e o interior não se pôde modificar de forma a transformar-se o Areias em navio de luxo. Aliás o dinheiro não deu para para melhoramentos internos, que se hão

de fazer, se Deus quiser, com a prata da casa. Entretanto, fez-se o essencial, para garantir a estabilidade e segurança da embarcação. Assim, posso afirmar-lhe, com a responsabilidade que a profissão me acarreta, que o Areias ficou em condições de manter-se a flutuar por mais de dez anos, sem necessidade de fabricos, uma vez que se verifiquem as limpezas do fundo em períodos que não excedam meio ano. Ressalvo, evidentemente, as ocorrências anormais, como encalhe abalroamento e outras.

– Podemos então contar no futuro como um serviço eficiente na ligação regular das ilhas?

– Disse eu que garantia a flutuabilidade do navio. Não me referi à navegabilidade. O barco foi amputado, como sabe, no seu sistema de navegação à vela, ficando mau veleiro. O motor é demasiado fraco para a garantia de um regular deslocamento. A pior fama do Areias resulta precisamente destes dois defeitos: – tinha de adiar constantemente as datas das saídas porque os motores não trabalhavam, e não tinha horas de chegar porque o mecanismo e as velas não lhe davam o necessário andamento. Quanto ao primeiro, é de crer que fique curado, pois o motor levou beneficiação geral em que as peças mais importantes foram totalmente substituídas por outras novas, tendo sido devidamente rectificadas as peças ainda utilizáveis. O que é de todo impossível é aumentar-lhe a força; daqui a subsistência do segundo defeito; quer dizer o navio continuará em andamento como precário.

– Certamente que também haverá forma também de remediar esse mal.

– Há sim. Poderá resolver-se com a instalação de um motor de potência adequada – cerca de 300 cavalos – capaz até de colocar o navio em condições de prescindir das velas, pormenor que estudaria com os resultados obtidos. Nesse caso poderia transformar-se o Areias, pouco a pouco, em meio de transporte bastante cómoda.

– E esse motor, coisa muito cara?

– Pouco mais de 500 contos. Veja lá: se a província estaria disposta a despende uns 3.000 contos, em cinco anos para subsídio a um navio de cabotagem tipo Costeiro III, com aqueles 500 contos ficaria razoavelmente servida no mesmo espaço de tempo, sem tantas comodidades, é certo, mas

com a vantagem, ao cabo, de ter um navio auxiliar utilizável em serviço para os quais já não conviesse ser deslocado o tão almejado novo navio. Creia, o Areias, o velho Areias, mais novo agora do que na altura em que foi comprado, poderá ainda prestar um grande serviço às terras e as gentes caboverdeanas.

E assim terminou a entrevista, que afinal não estava para o ser. Palavra puxa palavra, elas foram-se amontoado, formando um conjunto de interesse geral que não quis deixar passar em branco. É que, se pusermos de parte o eterno assunto, das chuvas nenhum outro é tão insistentemente ventilado pelo arquipélago como este do lugre-motor «Senhor das Areias», que está ligado ao nosso importante problema de transportes dentro do qual o próprio navio é um problema também.

Mas já que o temos, saibamos aproveitá-lo dotando-o com os trezentos cavalos com que há de sulcar o mar das ilhas e das vizinhas costas africanas.

E saibamos outrossim confiar na força de vontade e na inteligência de quem dirige os Serviços da Marinha. Homem Novo, espírito sem peias, de marinheiro e de artista, tem qualidades e condições, com que poderá realizar algo de útil e de proveitoso numa terra em que as iniciativas raramente se revelam.

III. CARTAS

Uma Carta de Jorge Barbosa ao Augusto Miranda

Meu caro Sr. Augusto Miranda: – Costumam aparecer no seu quinzenário artigos sôbre a ilha de Santo Antão, marcados com as iniciais J. B.

O facto de eu ter ali estado, e a circunstância do ilustre articulista usar iniciais que também são minhas, já deram lugar a confusões, tendo-se-me atribuído a autoria dos artigos.

Embora muito dedicado à ilha visada, e mesmo o meu desejo, – que qualquer dia porei em prática, de algo escrever sôbre ela, declaro que os referidos escritos não são meus e que as insignificâncias que tenho por vezes deixado no registo das *Notícias* ou que vierem a aparecer tiveram e terão apenas a minha assinatura ou o pseudónimo Jorge de Sant'Iago.

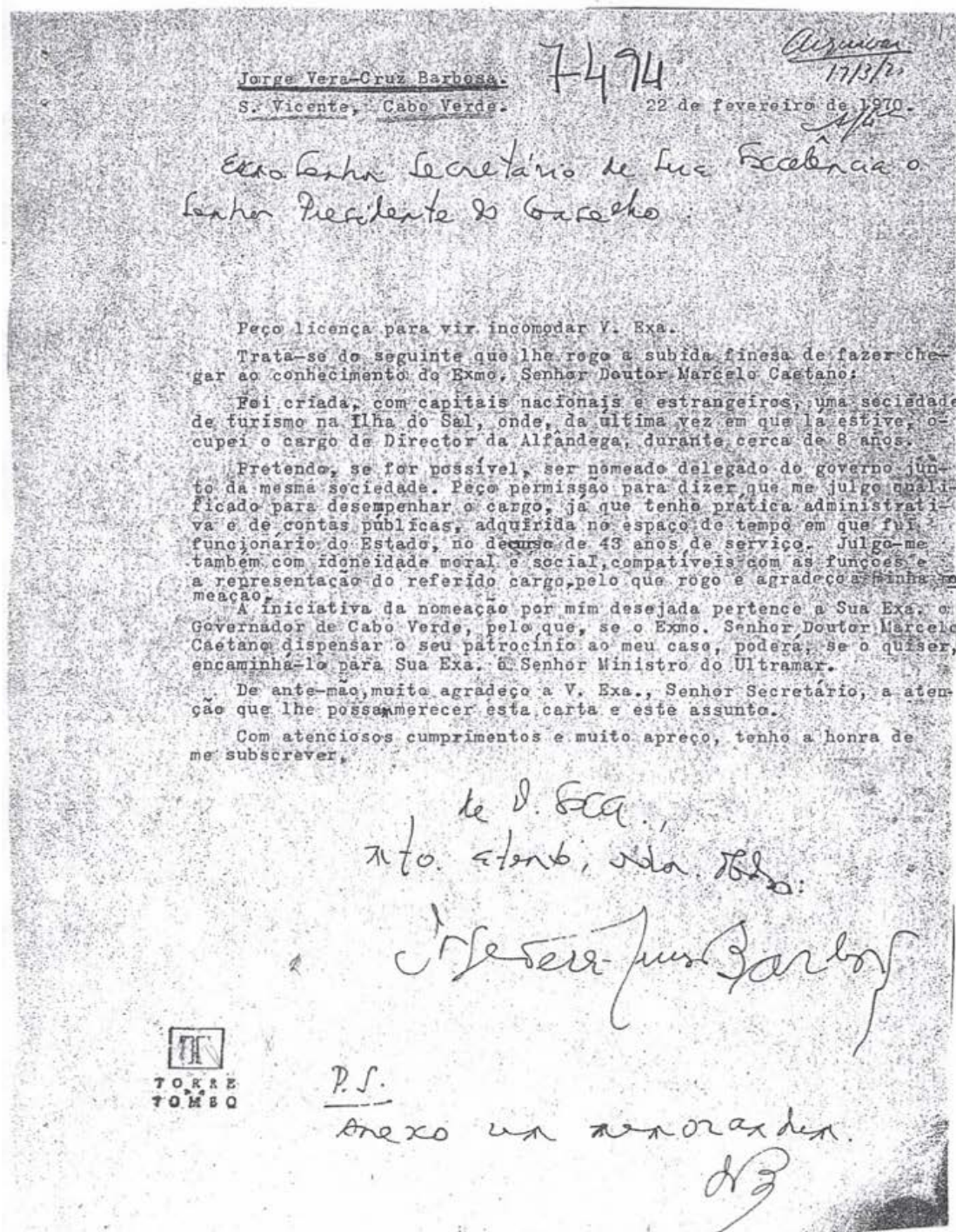
Peço-lhe a publicação desta carta, subscrevendo-me.

Seu camarada muito dedicado e admirador.

Jorge Barbosa.



Carta de Jorge Barbosa ao Secretário do Presidente do Conselho



Carta de Jorge Barbosa ao Secretário do Presidente do Conselho. Documento cedido pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota atual: Arquivo Marcello Caetano, caixa 16.

Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira e Baltasar Lopes

Meus Caros Amigos:

Vão os poemas à vossa leitura.

Há ainda selecção a fazer; guardo-a para depois das vossas sugestões.

Incluí em «Ambiente» dois poemas que se destinavam a «Estiagem». É que desisti da publicação de «Estiagem», porque ela não me agrada no seu conjunto.

Há imagens que se repetem em algumas das poesias juntas. Verei isso mais tarde, quando a publicação estiver para se fazer.

Tenciono editar o livro aqui, pelas facilidades que terei. Publicá-lo-ia em Lisboa se algum editor m'as quisesse dar. Mas não vejo viável tal hipótese.

Julgo poder colocar em Cabo Verde uns 200 exemplares. Talvez até mais. Cerca de 200 volumes de «Arquipélago» venderam-se aqui e não houve grande actividade por parte dos que tratavam da venda. José de Aguiar, que se dedica a negócio de livros, encarregar-se-ia da expansão de «Ambiente», por intermédio dos agentes que tem em quási todas as Ilhas. Os exemplares seriam colocados, antes mesmo da publicação, por meio de listas.

Espero a reacção da vossa leitura; consequentemente: os vossos comentários e os vossos conselhos.

Se fôr possível, vêde se fazeis qualquer nota na imprensa, a exemplo das notícias literárias que é de habivirem nas revistas, anunciando a publicação de «Ambiente».

Vou dactilografar «Intervalos», para vos remeter. É livro diferente de «Ambiente». Suponho que não conheceis nenhum dos poemas. Depois irão os capítulos do meu romance «Bia Graça». Este continua parado e não sei se chegarei ao fim, se bem que esteja já todo realizado em pensamento.

Abraços de muita amisade, do

Jorge Barbosa.

Praia, 13/11/1939.

Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira

Aeroporto do Sal, Cabo Verde, 4 de Outubro de 1960.

Caro Osório de Oliveira:

Ultimamente, estive ausente da ilha do Sal, cerca de um mês. Foi na Praia que recebi, em setembro, o esquema do programa «Música e Poesia», radiodifundido pela Emissora Nacional, em 24 de agosto último, sob a orientação de D. Rachel Bastos, sua Esposa e Minha Senhora. Os meus agradecimentos.

Volta e meia ouço «Música e Poesia», mas foi por acaso que escutei o programa, também da D. Rachel, em que se recitou o meu poema «Você, Brasil», momentos antes da chegada do Presidente do Brasil a Portugal. Foi uma comovedora surpresa.

Vejo, com certa mágoa, que você resolveu, se não esquecer-nos, não escrever mais sobre nós. Não sei as suas razões. Baltazar, com quem conversei muito, em S. Vicente, não há ainda 15 dias, ficou de me mostrar a carta que o Osório de Oliveira lhe escreveu, mas o tempo foi passando e voltei para o Sal em branco sobre o assunto. Quaisquer que sejam os motivos da sua decisão, o que é certo é que você tem aqui bons e fiéis amigos, que o estimam, o admiram e lhe são gratos pela sua heróica insistência em revelar a nossa terra e a nossa gente ao mundo lusíada, numa cruzada desinteressada, de longos e já saudosos anos.

Há já algum tempo, a propósito da morte de Armando Xavier da Fonseca, falei dos que eu considerava os três melhores amigos de Cabo Verde, – de Você, dele e de Augusto Casimiro. Foi uma crónica lida ao microfone da Rádio Barlavento. Referi-me a três melhores amigos nossos porque fostes vós que mais nos destes: o interesse do vosso espírito e a vossa amizade compreensiva e solidária. Lastimei então, por conta do futuro, que vós três talvez jamais teríeis nas nossas ilhas uma rua com o vosso nome.

É provável que ainda neste ano apareçam, num só, os meus três livros já publicados, acrescidos de alguns poemas inéditos. O que eu tenho escrito ultimamente («Memorial de São Tomé», «Meio Milénio», etc., não

poderão ser publicados; estou escrevendo, como já disse, poesia sobre a areia...).

É pena que não possa ouvir a sua voz sobre a nossa Antologia de ficção...

Os meus respeitos à Sra. D. Rachel.

Um abraço para si,

da sempre muita amizade

do

Jorge Barbosa

Em Dezembro fazem 25 anos que publiquei «Arquipélago»! Uma data que eu recordo com uma «fininha melancolia».

O livro de que atrás lhe falei deverá coincidir com as bodas de pratas de «Arquipélago», se Deus quiser. Chamarei ao volume «Poesia possível».

Seu

JB.

IV. CRÓNICAS DE S. VICENTE

Porto Grande – Velho Tema

De há muitos anos, com intermitências, mas sempre com entusiasmo, ouço falar, por aqui e por estas ilhas, do Porto Grande, da sua importante contribuição na economia da Província e das obras nele necessárias, aliás já previstas ou visionadas pelos nossos avós, pelos nossos pais, por nós e por nossos filhos também.

Quere dizer que de tempo a tempo o assunto volta à baila, animando as conversas, enflorando os artigos dos jornais, inflamando os discursos. Todos retomam e conclamam o velho tema.

E quando tais revoadas acontecem, a sua origem foi qualquer bôa nova que chegou até nós, na pessoa de algum viajante ou ao abrigo discreto da mala postal, atravessando assim, em arco marítimo, as milhas atlânticas que nos separam do Tejo.

Às vezes o portador da bôa-nova é alguém que regressou da Metrópole. Pelos relatos que nos faz da viagem, não só vivemos essas digressões pelo País, variadas em surpresas e pitoresco; não só temos a sensação da abalada, em que o rápido Lisboa-Porto nos leva sobre rails infundáveis; não só nos sentimos arrebatados na correria veloz de algum automóvel, rolando em estradas asfaltadas, a mais de 100 à hora; não só lá vamos – oh! fantasia dos que ficaram! – pelas alturas vertiginosas, um pouco receosos, mesmo assim na imaginação, dentro de algum avião dos TAP, vibrando e roncando na louca velocidade; por tais relatos não só entramos de confiança com aventuras galantes e tomamos conhecimento desse frizo babélico: Consuelo (a hespanhola), Manon (não a Lescaut, mas também francesa), Maria-Qualquer-Coisa (a portuguesa); não só sabemos as últimas e picantes anedotas lisboetas; não só escutamos judiciosos comentários políticos; – como também ouvimos do precioso narrador a notícia mais palpitante que mais nos comove e enche de alvoroço os nossos corações: as obras do Porto Grande são para



breve! Anda o informador bem avisado, como se vê, e a notícia soube-a de um amigo que pesa, familiar tu-cá-tu-lá das repartições da Praça do Comércio.

Outras vezes a boa-nova quem a transmite é pessoa que não precisou de sair. Aqui mesmo sabe tudo. E a informação sôa quase com solenidade, informação segura, fidedigna: «Para breve! Recebi uma carta de Lisboa ...»

Agora anda, novamente, o Porto Grande na baila. As conversas, os artigos dos jornais (este meu é um exemplo) retomaram o assunto. Só não houve ainda discursos.

Pode ser que, regressados da Metrópole, tenham chegado viajantes, que alviçareiras cartas tenham sido recebidas. Desta vez, porém, as esperanças resultam de outros motivos. É que o Senhor Ministro do Ultramar, ele mesmo foi que no-lo disse, pretende mandar executar as desejadas obras do Porto Grande.

Sua Excelência tem um passado colonial e administrativo cheio de realizações e de experiência. Deixou a fotografia da sua presença bem viva por onde esteve, um sulco bem vincado da sua passagem pelas terras de África. Guiné já o confirmou. Ultramar está a dizê-lo.

Não sei quais as dificuldades materiais – certamente algumas – que surgirão para se contraporem à marcha das importantes e possivelmente complexas obras do Porto Grande. Mas sei que Sua Excelência tem denodada vontade para enfrentar os obstáculos e pulso firme para os vencer, com persistência e trabalho, com energia e inteligência. Esperemos dele, portanto, o que já há tantos anos esperamos.

Senhor Ministro!

Permita-me que lhe conte este meu sonho: Já pressinto e antevejo o Porto Grande de amanhã!

Toda essa sinfonia chega até mim: os apitos e as sereias dos vapores, o ronco incessante dos motores, o gorgolejo dos guindastes, a orquestração ruidosa das oficinas!

Todo esse quadro enche a minha retina: cais acostável, quebra-mar, plano inclinado, uma longa e caprichosa cintura de cimento armado

abraçando a baía e, de encontro a ela, a espuma branca das ondas! Ao alto, o imponente recorte, o estático perfil do Monte-Cara olhando o Céu!

Já pressinto, Senhor Ministro, o Porto Grande de amanhã! E Vossa Excelência no fundo dos nossos corações e nos louvores das nossas bocas.

O Transatlântico Vera Cruz

No regresso da tão falada viagem inaugural, em que aproôu terras do Brasil, da Argentina e do Uruguai, em rápida e festiva trajectória, ancorou nas águas do Porto Grande, pelas 20 horas da noute de 20 de Abril, o novel mas já celebrado transatlântico «Vera Cruz», tão ansiosamente esperado por todos.

Levou e trouxe, nesse vai-vém pelos rumos antigos da navegação, cuja rota não é só a do mar, mas a do destino e a do sonho também, uma Missão Cultural, com os seus professores, os seus cientistas, os seus escritores. Levou e trouxe um grupo de directores de jornais, representando periódicos como o «Comércio do Porto», cuja tradição se sustenta sobre alicerces fincados nas décadas da sua existência; como o «Diário Popular» e o «Diário do Norte» que têm a mocidade fotografada na própria mocidade dos seus dirigentes; como as «Novidades», órgão de defesa e propagação do Catolicismo; como o «República», baluarte da oposição. Levou e trouxe ainda os passageiros de sempre, de todas as classes, mescla humana, onde se caldearam todos os sentimentos, almas embaladas por todas as fantasias, gente para quem a viagem é a eterna procura, quantas vezes insatisfeita, da variedade e do prazer, a miragem de terra longe, o impulso, a esperança de vida melhor e, também quantas vezes, a desilusão e a derrota.

* * *

Entre os passageiros (quero mencionar apenas aqueles com quem tive a satisfação de conversar) vinham o capitão Teófilo Duarte, antigo Governador desta infeliz mas sempre esperançada província; o mestre Dr. Froilano de Melo, que em tantos congressos internacionais tem honrado a ciência médica portuguesa; o meu já conhecido e velho amigo Osório de Oliveira; o ensaísta e historiador Dr. João Ameal; o reverendo padre Dr. Moreira das Neves, incansável director das «Novidades»; o Dr. Luiz Forjaz Tringueiros, com aquela simpatia que eu já sabia, mas que mesmo assim foi uma descoberta para mim; a sua não menos simpática esposa e companheira desses cruzeiros pelo mundo; a irradiante frescura, a viva personalidade de Natália Correia (promete vir passar algum tempo entre nós, para escrever um

livro); a figura entroncada e desempenhada do Dr. António da Cruz, enérgico orientador do «Diário do Norte»; o brasileiríssimo escritor João Conde, animador do prestigioso «Jornal de Letras»; finalmente, o calmo, ou talvez não, Adolfo Simões Muller, narrador de encantadoras historietas para criança que embora tenha esquecido os versos não esqueceu a poesia.

A nossa conversa, em à-vontade de camaradas, quáse íntima, sem preocupações, sem cansadas dissertações sobre intercâmbios, versou sobretudo o Brasil e a viagem do «Vera Cruz».

Mas Cabo Verde com os seus problemas, alguns angustiosos, com os seus poetas, os seus escritores, não deixou de ser focado.

Mostraram esses, com quem falei durante as breves horas passadas no «bar» do transatlântico, o mais fraternal interesse por nós. Sabem que existimos e marcamos a nossa personalidade dentro do conjunto português.

Felizmente ainda não somos de todo esquecidos, graças a Deus!

* * *

Houve discursos no jantar oferecido pela Companhia Colonial de Navegação aos elementos militares, civis, do comércio, da indústria e representantes da imprensa caboverdeana, em cujo número me quiseram honrar.

Falou em primeiro lugar o Sr. Comandante Militar dirigindo cumprimentos aos Srs. Capitão Teófilo Duarte e Bernardino Correia, presidente da administração da CCN.

Este, respondendo, trouxe à baila um assunto de interesse para nós, que aliás fora ventilado em mensagem que as forças vivas dirigiram ao Presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante, Sr. Comandante Pereira Viana, que também vinha a bordo. Trata-se da possibilidade do «Vera Cruz» continuar as suas escalas pelo Porto Grande. Não deixa o problema de se apresentar palpitante visto que com ele surge esta interrogativa inquietadora, que faço pensando no prestígio e no futuro do nosso porto:

A Shell poderá ou não, dentro de um espaço de tempo considerado razoável, fornecer a grande quantidade de combustível de que o navio precisa? E, portanto, a outros de igual ou maior tonelagem também?

O que interessa por agora e nos põe na expectativa é o que disse o Presidente da C.C.N. Homem de acção, as suas palavras foram claras e ouvimo-las bem: o «Vera Cruz», continuará escalando S. Vicente mas isso apenas com a garantia de poder receber, sem perda de tempo, além do que for normal, o óleo necessário às suas caldeiras.

O Sr. Capitão Teófilo Duarte falou largamente de Cabo Verde, manifestando mais uma vez a sua dedicação por nós. Em outro local se transcreve o discurso na íntegra.

Falou ainda o Sr. Carlos Wahnnon, Presidente da Associação Comercial, focando igualmente assuntos oportunos que se prendem com a nossa vida económica.

Finalmente discursou o Diretor do «Notícias de Cabo Verde», Sr. Raúl Ribeiro, que pôs em realce a obra administrativa e a personalidade do Sr. Capitão Teófilo Duarte.

* * *

Logo à chegada do navio, na sala de fumo, o Sr. Administrador do Concelho, Alfredo do Rosário Silva, cumprimentou o ex-Ministro das Colónias em nome do Governador da Província. Respondendo, o homenageado teve palavras de maior elogio para o Sr. Dr. Alves Roçadas.

Neste mesmo acto, o Sr. Celso Leão, que fazia parte do grupo formado pelas forças vivas da ilha, leu a mensagem de que já falei, dirigida ao Presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante. Incidia a mensagem sobre o precário, e por vezes até inexistente, sistema de comunicações entre Cabo Verde e a Metrópole. Aquela entidade Sr. Comandante Pereira Viana, em resposta informou que a S. G., além dos navios já em serviço, tinha outro em construção, destinado a esta carreira, com lotação para 50 passageiros, sem prejuízo para o espaço reservado à carga, o que virá satisfazer os nossos desejos.

Esperemos, pois, já que, como dizia um ilustre Ministro do Ultramar, esperar é uma virtude caboverdeana...

Santa Cruz em Salamansa

O mar é ainda assim a maior esperança do nosso povo, o seu melhor amigo, quer abrindo, para uns, os caminhos de terra longe, onde a vida promete e quase sempre dá o que nos falta aqui, quer facultando, a outros, os meios de ganharem o pão de cada dia.

Mas o mar amigo, com as suas rotas abertas para os que por elas possam seguir, com a sua riqueza que é o amparo minguado de quantos pescadores e de quantos marinheiros, o mar, outrossim, por vezes traz o luto à gente caboverdeana. Tira de quando em quando um pouco daquilo que dá constantemente.

É o caso do bote que partiu, não há ainda muito tempo, na faina da pesca, rumo à Santa Luzia, e não mais voltou.

Salamansa inteira ficou chorando os seus homens e as suas crianças. Porque também havia crianças nessa aventura. Seria mesmo aventura?

A ilha toda sentiu o choque angustioso da tragédia que a telegrafia não transmitiu nem os diários anunciaram. Tragédia anónima, mais uma no mundo.

Em consequência, um grupo de pessoas com a compreensão (o que não é frequente) de que o bem deve na verdade transitar da palavra e das intenções para a objectividade, grupo que tinha à sua frente uma senhora que anda por aí a socorrer a pobreza, debruçando-se sobre as camas das enfermarias, entrando nas prisões, percorrendo a ilha, numa cruzada silenciosa e cristã, que passa por isto mesmo despercebida, um grupo, dizia eu, deliberou que o dia da Santa Cruz seria de contentamento em Salamansa. E com os donativos que conseguiu angariar, lá foi a caravana distribuir mão-cheia de presentes e entregar aos pescadores um bote para substituir o que ficou no fundo do mar.

Só não puderam ser substituídos os homens e as crianças. Mas deixemos a vida assim, parada nos mortos, movimentada e confiante nos vivos.

Salamansa ficou com o seu bote. O mar continua, a vida continua.

E o optimismo na alma o nosso povo também.

Ainda o Porto Grande

A propósito do transatlântico Vera Cruz, quando por aqui passou no mês passado, e do discurso, pronunciado a bordo pelo presidente da Companhia Colonial de Navegação, foquei eu o assunto que se prende com o fornecimento a esse vapor e a outros, pela Shell, de grandes quantidades de óleo combustível, em espaço de tempo considerado razoável, para que os navios não tenham transtornos com uma demora exagerada no porto.

Pretendi agitar, pois, este problema: Está a Shell em condições técnicas de fazer os fornecimentos com a necessária rapidez? Terá para tanto, todo um conjunto de material disponível, pronto a servir com eficiência?

Vem à baila dizer que tenho ouvido que os grandes paquetes fugiram do nosso porto porque não podem ser abastecidos com a garantia da brevidade. Não sei se assim é ou não. Sei, entretanto, que os grandes navios já aqui não tocam.

Tenho também ouvido que a Shell, com as lanchas transportadoras de óleo que actualmente possui, consideradas pequenas para os fornecimentos maciços, isto é, de grossa tonelagem, não está em condições de corresponder à pressa relativa que esses mesmos fornecimentos exigem.

Mais ainda ouço dizer: que a referida companhia não poderá ter aqui lanchas de maior tamanho, por faltar em S. Vicente um plano inclinado, onde possam ser arrastados e reparados quando necessário.

Estamos, portanto, num círculo vicioso.

Ora, vem a propósito perguntar:

A Saga, que pretendeu construir um plano inclinado, o qual, se não fosse grandioso, serviria muito satisfatoriamente para acudir às necessidades do nosso porto (da Shell inclusive) terá que dar por cancelado ou suspender o seu projecto? A pergunta tem procedência, porque, ao que parece, o mesmo plano inclinado terá que ser realizado, em virtude de se relacionar com o complexo das obras do Porto Grande, não separadamente delas, mas sim com as obras em conjunto. Mas estas quando serão?

Serviçais [I]

Segue no Lugela outra leva de serviçais, rumando Angola. São algumas centenas de homens, mulheres e crianças, os que vão agora por esses cruzamentos do mundo, em busca do pão e do sustento.

Que surpresas e que perigos, que pesares e que alegria, irão encontrar? Seja como fôr, todos aqueles corações, batendo de saudade por tanta coisa ficando atrás – até quando? – todos aqueles corações levam a esperança confiante que nunca abandona a nossa gente.

Mesmo nas suas horas mais negras, mesmo nas suas misérias mais duras, os homens do povo da nossa terra não perdem a graça do optimismo que é para eles uma graça de Deus.

É por isto que sabem contar e sabem bailar.

Estou a vê-los e a senti-los, aglomerados no convés do Lugela, cantando as nossas mornas, ao som dos violões, nas longas noutes da viagem.

Boa sorte meus amigos!

Comemoração de Camões

A verdadeira poesia não envelhece com o rolar do tempo, nem esmorece a graça, nem diminui o perfume, nem enfraquece o vigor. O dano que a marcha dos anos lhe poderá trazer é desfocar o ambiente da sua criação, mas sua beleza, sua comunicabilidade, seu poder de penetração, continuam vivos mesmo assim.

Eterna, pois, é a poesia de Camões, poeta maior de todos, cujo dia, o 10 de Junho, foi comemorado por toda parte onde se exprime a língua portuguesa.

Cumprindo a tradição da casa, o Liceu de «Gil Eanes», nossa única, e, além de única, prestigiosa instituição cultural, assinalou mais uma vez a data, com sessão solene presidida pelo Governador da província.

Coube ao professor Dr. Cruz Pinto o encargo de pronunciar o discurso alusivo ao acto. Ora, apesar do muito que se tem dito e escrito sobre Camões, sugestões há sempre, encaradas a personalidade, a vida e a aventura do homem e do guerreiro, focada a grandeza do poeta, para mais e variados temas.

Foi assim que o orador, na escolha do assunto da conferência, tomou por tese «Camões, símbolo da gente portuguesa».

Pretendeu, e conseguiu-o com brilhantismo, demonstrar como o poeta simbolizou a gente portuguesa, identificando-se com ela no cantar da poesia,

«... cuja lira
será mais afamada do que ditosa»,
nos feitos de soldado, nos altos e baixos de uma vida aventureira.

O Oriente, prometendo riquezas, ameaçando perigos, era um apelo, e do apelo nascia e tomava corpo o grande sonho de abalada que exaltava a alma portuguesa. Cumprindo a determinação do destino, Luís de Camões, «a quem não eram propícios os ares pátrios», diz o orador, «seguir o rumo comum a todo o português pobre do século XVI».

Mas não era só o espírito guerreiro e de aventura, estimulando os homens, que levou o poeta no rumo das navegações heróicas. Estava latente

dentro de cada português o sentido de alargamento pátrio, de expansão nacional, em suma, de projecção lusíada, porque Portugal, país pobre, necessitava de riquezas para firmar o seu reino e defender a sua nacionalidade.

Ouçamos o conferente: «Portugal vivia, nessa época, do Oriente e o poeta lá foi também abrir carreira».

Homem, marinheiro e soldado português, Camões encontra-se inteiramente na sua poesia, onde revive e recria a epopeia lusitana (diz o professor Cruz Pinto que «o poema de valor lusitano não é apenas obra de Camões, antes é a coroação individual de uma obra coletiva»).

Porém, não é só na voz alta da epopeia que o poeta de «Os Lusíadas» coincide com a sua gente, fazendo-lhe reviver o valor e o ânimo, contando-lhe o sulco das caravelas pelas rotas ainda virgens do mar, celebrando-lhe as descobertas e as conquistas.

Também na poesia do amor Camões soube traduzir e sentir, com intensidade, a ternura, a brandura, a maneira de amar e o ciúme dos portugueses.

Amor é fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói e não se sente;
É um contentamento descontente;
É dor que desatina sem doer.

O que leva o conferente a anotar que «este doce amar parece ser uma das expressões mais típicas do génio português e tem em Camões a sua manifestação mais elevada».

Acontecimento Desportivo

Regressou festivamente da excursão à Guiné o grupo que fôra àquela província representar o futebol de Barlavento nas disputas de um campeonato.

Esses rapazes que se batem aqui uns contra os outros, muitas vezes com rudeza, contagiando de entusiasmo as tardes da Fontinha, cada qual pertinaz e decidido na defesa do seu clube, souberam lá fóra, sob a ordenação e o comando do professor da educação física Daniel Leite, arrancar o triunfo, – palmas afinal para na volta presentear a ilha, tão ansiosamente à sua espera.

A gente do Mindelo, em massa compacta e barulhenta, maré cheia que se extravasou ao choque do acontecimento, foi aguardá-los ao cais, com música e alegria. E a Câmara Municipal, compreendendo que o sucesso tinha reflexo e projecção porque era a própria alma da cidade a vibrar e a manifestar-se, também dispensou apoio e estímulo aos nossos jogadores, abrindo-lhes a porta da casa e saudando-os na palavra expressiva do seu vice-presidente, Dr. Manuel Rodrigues.

Secundando-o, o Dr. Sócrates da Costa, que dirige a Associação Desportiva de Barlavento com agrado de gregos e de troianos, coincidência verdadeiramente notável e difícil de acontecer na vida desportiva e no mais, falou por sua vez aos futebolistas, pelo que o atleta Daniel Leite, apesar do cansaço da viagem e da comoção do momento, teve que improvisar, e fê-lo com felicidade, o inevitável discurso de agradecimento.

Assim, com o fecho da jornada tão entusiasticamente vivida, se completou a missão da nossa embaixada à Guiné.

Oxalá algum proveito futuro se possa colher desse contacto entre as duas províncias, estabelecido agora por intermédio da sua mocidade. E que desse contacto também se venha a afirmar um entendimento melhor.

A Guiné, separada de Cabo Verde pela interposição do mar, está, entretanto, ligada a nós por vínculos que se não apagam facilmente. É que no seu passado, na sua história e na sua formação temos sido os colaboradores e a presença que não esquecem.

A Propósito de uma Notícia

Li nesta revista a notícia da inauguração, levada a efeito na biblioteca hospitalar da Praia, dos retractos dos Drs. Manuel da Costa Lereno e Júlio Barbosa Nunes Pereira. Assim se homenageou a memória daqueles dois ilustres médicos que deixaram assinalada passagem pela chefia dos serviços de saúde e pelo arquipélago também, durante longos e cansados anos de uma profissão exercida prestimosa e desinteressadamente e de uma vida vivida com a preocupação de bem servir.

Reproduzo a notícia para fazer lembrar agora uma outra figura de homem, que eu conheci, médico igualmente, não menos ilustre, não menos desinteressado no exercício da profissão, cidadão não menos prestimoso.

Refiro-me àquele que, durante longos anos outrossim, foi o clínico generoso da gente de Santo Antão, sua terra; àquele que, mesmo velho e fatigado, lá ia, pacientemente, sem esmorecimentos, pelos perigosos e distantes caminhos da ilha, em socorro de quem o chamasse; refiro-me àquele cuja vida foi uma dura cruzada de canseiras e sacrifícios, cuja existência teve essa finalidade profundamente humana: ser útil; refiro-me àquele que, sendo espírito superior, sem a preocupação de o ser, talvez mesmo sem o saber, nos aparecia assim tal qual era, despido de artifícios, fotografado na sua alma simples, no seu sorriso de filosofia bonacheirona, na sua fala de ironia discreta; refiro-me ao Dr. Joaquim Esmeraldo Nobre.

E vem tudo isso à baila para sugerir à ilha de Santo Antão que a sua memória merece uma lembrança também.

O Porto Grande e a Shell

Pela terceira, e julgo que não a última vez, trago a estas crónicas um dos problemas do Porto Grande. É que tudo o que lhe diz respeito está intimamente ligado às condições e ao futuro da nossa vida económica.

Agora, porém, não pretendo insistir nas obras portuárias, com as quais, aliás, todos nós, optimistas e esperançosos, contamos e confiamos, dado o vislumbre, que já se desenha, do primeiro passo no rumo da sua realização e sabido também o propósito de Sua Excelência o Ministro do Ultramar e o seu interesse pelo empreendimento. Não pretendo, pois, repisar o assunto das obras, encarecendo a pressa que há delas se efectivarem, ou, de olhos em dias de amanhã, prever as suas consequências proveitosas.

O que desejo é trazer de novo á discussão o outro aspecto do caso Porto Grande, que se refere á actividade da Shell, aspecto outrossim momentoso e palpitante.

Ora, eu já havia formulado interrogativas, alarmantes, quanto á actual capacidade técnica da Shell, em relação ás suas possibilidades de cumprir um fornecimento maciço de óleo combustível, em espaço de tempo considerado razoável, de modo a não demorar a navegação além das horas que forem as normais. Isto vinha a propósito do transatlântico «Vera Cruz», cujas escalas por esta ilha ficarão condicionadas á presteza do seu reabastecimento. E «Vera Cruz» foi um exemplo que se nos apresentou.

Vejamos os números que me foi possível obter, com referência ao fornecimento de óleo, feito pela referida companhia a esse vapor: da primeira vez em que tocou aqui o «Vera Cruz», recebeu 1.753 toneladas em 8 horas (média de 219 toneladas), da segunda vez, 2.060 em 10 horas (média de 206) e da terceira vez 2.028 (média de 169).

Segundo fui informado, as lanchas da Shell mais não poderão fazer porque o orifício por onde o transatlântico recebe o óleo fica em nível mais elevado que o nível daquelas, cujos motores não têm força suficiente para impulsionar eficazmente o combustível.

Mas ainda há mais! Segundo também fui informado, a agência da Companhia Colonial de Navegação recebeu da Shell a sugestão do «Vera Cruz» ir a Las Palmas reabastecer-se em vez de o fazer em S. Vicente!

Esta, possivelmente, não pode arcar com a responsabilidade do fornecimento ao mencionado vapor porque a quantidade ultrapassa as suas possibilidades técnicas de empresa fornecedora, sobretudo se, com aquele navio, outros coincidirem na baía. D'aí, «Vera Cruz» para Las Palmas, e quantos outros, quantos outros, para Las Palmas, Dakar...

Estamos, portanto, em face de uma grave situação. E há que tempo ela dura!

Capacitemo-nos disto: O Porto Grande, com a sua posição francamente privilegiada, com as suas condições naturalmente excepcionais, outra coisa não será mais, para os interesses da Shell, do que um porto de emergência, ou um porto onde ela apenas possa fazer pequenos reabastecimentos. Para os grandes, – Las Palmas, Dakar, onde suponho, ela também possui instalações. Assim, reduzindo o Porto Grande a porto de refugio, nada tem a perder...

Concluindo: A Shell, com os seus quatro batelões (a capacidade de cada um é de 400 toneladas) não poderá cumprir cabalmente a sua função de fornecedora de combustível, já que sòmente poderá movimentar 1.600 toneladas. Fornecimento superior a este total causar-lhe-á perturbações, mesmo estabelecendo o sistema vai-e-vem das lanchas, entre os vapores e as pontes de depósito.

Certamente que haverá remédio para o mal e julgo até que seria de se tentar a atracção de uma outra empresa de óleos ao nosso tão desventurado porto.

Homenagem ao Governador da Província

Teve um sentido, além do significado oficial, a manifestação feita no dia 26 de Julho a S. Ex.^a o Governador da província por centenas de pessoas que o foram cumprimentar e homenageá-lo em comemoração do terceiro aniversário da data em que iniciou as suas altas funções.

A afluência impressionou, pois, pelo número de componentes que a animava – deputado Sr. Dr. Duarte Silva, Corpo Consular, elemento militar, professorado, representantes das forças vivas, funcionalismo e grande massa de trabalhadores que marcou a nota dominante do acontecimento.

Se a homenagem teve como ponto de partida um aspecto que se prendia na rotina do comportamento protocolar, mas mesmo assim com significado porque se prestou para à roda do seu Governador reunir tanta gente, de mais variadas condições; se ela começou por ser de cortezia, nem por isso deixou de ter derivação na sentida homenagem ao homem que – é de justiça reconhecê-lo – se mostra amigo de todos nós, não só pelas palavras de exaltação com que nos tem sabido compreender e apreciar, mas porque, outrossim, vem animando e estimulando as nossas iniciativas, apoiando com interesse os valores culturais da nossa terra, desenvolvendo com espírito generoso os meios da protecção à pobreza, encorajando, em suma, com a sua assistência, os nossos momentos de tragédia (relembro agora a sua pronta presença na ilha do Fogo, quando da erupção vulcânica, percorrendo os sítios de maior perigo, alevantando a coragem abalada do povo, naqueles dias angustiosos de pânico em que o vulcão, derramando lavas, aniquilava povoados, sacudia e ameaçava a ilha).

Concluindo, permito-me dizer aqui a quem dirige os nossos destinos que esta homenagem e as outras que lhe têm sido prestadas, não só visam a entidade que é merecedora delas. Visam igualmente este outro objectivo: – confiar-lhe nesses ambientes de entusiasmo, que todos esperamos, da sua acção e continuidade administrativas, da sua inteligência e capacidade realizadora, que esperamos, do magistrado e do homem, o engrandecimento da nossa terra, com desejos de um futuro melhor para estas ilhas infortunadas.

Radiodifusão em S. Vicente

Nesta ilha também, desde há longos anos, tem havido desses curiosos pertinazes que há em toda a parte e acompanham, num interesse constante, em experiências dispendiosas, os progressos da radiodifusão.

Esses nossos amadores, na medida das possibilidades materiais de realização, certamente reduzidas, vêm construindo, peça por peça, com sacrifícios, com a sábia paciência das abelhas, suas pequenas emissoras, as quais, embora de limitadíssimo alcance, mesmo assim conseguem enviar-nos a sua voz alviçareira e a alegria da sua música.

Na história do amadorismo radiofónico respeitante a S. Vicente há que destacar a persistente aplicação do falecido Mário Moutinho e de Mendo Barbosa, talvez os primeiros a tentarem e a conseguirem aqui a transmissão da voz pela telefonia, naqueles tempos de técnica ainda pouco desenvolvida. Eram quase brinquedos os seus pequeníssimos postos e todos sabíamos às dificuldades que lhes foi preciso superar para conseguirem a sua construção. Por isso, quando chegavam a nós a palavra e a harmonia da música que irradiavam, o sucesso tinha o sabor a milagre.

Muito mais tarde aparecia a Rádio Pedro Afonso que pouco a pouco se foi fazendo e crescendo, apoiada na tenacidade e nos dispêndios do seu fundador, até atingir a posição que alcançou e lhe deu jus à nossa simpatia. Apesar de ter sempre funcionado a título provisório e de jamais ter passado, portanto, da fase experimental, a Rádio Pedro Afonso, pode-se afirmá-lo, teve no nosso meio uma actividade que não deixou de ser prestimosa porque com seus programas procurou e soube atingir a finalidade, a que se propunha, de difundir as nossas canções e o nosso folclor.

Da Rádio Mindelo há pouco, infelizmente, que falar. Nunca se afirmou efectivamente como estação de rádio, embora a reconhecida boa vontade dos seus animadores. De vez em quando aparece de facto nos ares para a breve trecho suas emissões perderem a sequência ou serem interrompidas. Parece, entretanto, que brevemente retomará a actividade, o que será na verdade um motivo de satisfação para todos.

Porém, o que interessa agora a S. Vicente não é o seu passado radiofónico, por certo valioso, se tomarmos em conta o exemplo e as iniciativas quase heróicas que citei. Nem é o presente, sem nada de concreto ou de realização positiva. O que lhe interessa sobretudo é o futuro, mas o futuro próximo.

Como sucede na Praia com a emissora do Rádio Clube de Cabo Verde, a qual, diga-se de passagem, vem cumprindo bem a sua missão, dentro desse sentido de que a função da rádio não é só recreativa, mas de alargamento também, levando assim, para fora do arquipélago, a nossa voz, a nossa poesia, a nossa música, projectando e valorizando os variados aspectos da nossa vida e da nossa alma; como sucede na Praia, dizia-o eu, Mindelo necessita de uma emissora que se faça ouvir em Lisboa, Guiné, em Dacar, em Angola, na América, além ainda, se fôr possível, para tornarmos conhecida a nossa existência junto daqueles que não sabem de nós, para que nos façamos lembrados àqueles que se esquecem de nós e para que, lá longe, os nossos patrícios tenham a alegria de nos escutar.

Ora, pode já dizer-se que a construção dessa emissora capaz de ser o nosso porta-voz está marchando para a realidade, visto os dirigentes do Grémio Recreativo do Mindelo, que de há tempo vêm alimentado a ideia e estudando a maneira de a materializar, tomarem a seu encargo e à sua responsabilidade a realização do projecto que será um largo passo no progresso de S. Vicente. E assim S. Ex.^a o Governador, antevendo o alcance do empreendimento, prometeu apoio aos que tão corajosamente e com tanta fé se abalançam em ir para frente.

Para breve, pois, daqui a um ano talvez, a ilha terá a palavra.

Através desta então, com as nossas mornas e a nossa poesia, o arquipélago enviará a sua melhor e a sua mais simples mensagem a outras terras e a outros povos.

Inauguração de um Parque para Jogos

Não são muitas as iniciativas desportivas nesta ilha. Por isso os que aparecem, quando aparecem, têm lugar de registo e a estímulo.

Quero referir-me à recente inauguração, a que assistiu o Governador da província, de um parque para jogos, da Associação Académica de S. Vicente.

Trata-se de empreendimento com importância e relevo, visto que, além do parque, com seus recintos para ténis, basket, hokey em patins, modalidade esta ainda não praticada pelos nossos desportistas, se projecta a construção de um prédio destinado à instalação agremiativa.

Na reunião que depois se realizou na sede da Académica, dedicada a S. Ex.^a o Governador, ouvimos o presidente do clube, Sr. João Gomes Barbosa, Júnior, depois de cumprimentar o homenageado, traçar o programa que o corpo directivo se propõe executar, programa que, depois de cumprido, representará muito na vida desportiva da cidade. Respondendo, o Sr. Dr. Alves Roçadas fez a promessa de ajudar, dentro das possibilidades orçamentais, a realização do objectivo que a Associação Académica pretende levar a bom termo.

Oxalá, pois, não esteja longe o dia em que possamos todos apresentar parabéns à Académica.

102 Mil Contos

A nova lançada pela telefonia dos cento e dois mil contos atribuídos a Cabo Verde, para o seu desenvolvimento económico, causou arrepio de emoção na ilha e creio que no arquipélago todo, por se tratar de cifra vultosa para quem não estava ainda familiarizado com as centenas de milhar.

Ante a surpresa da boa nova, assim tão repentina, sentimo-nos atur-didos e descrentes no começo. Só depois veio o entusiasmo. É que estávamos já quase habituados ao pessimismo e havíamos já quase aprendido a filosofia do fatalismo com as nossas crises, com a pobreza do povo, com a incerteza das chuvas e com a fuga de uma parte da nossa gente para Angola.

Mas agora começamos a pressentir que alguma coisa está a transformar a direção do nosso destino que tão incerto se desenhava. E assim confiamos que o plano dessa reconstrução económica, a efectuar-se sem demoras, em todos os sectores, por certo com energia e saber, com fé e persistência, nos trará todo o conjunto de benefícios que era o nosso sonho.

A verba pois, já designada para o início de uma vida nova e promissora, se bem aproveitada e bem distribuída, como se projecta, pela agricultura, pelos transportes marítimos, terrestres e aéreos, pelo Porto Grande, contribuirá para assegurar a nossa felicidade.

Música & Músicos de S. Vicente

Nunca a música fez tanto barulho em S. Vicente como agora. Não me refiro á banda municipal que tem o merecimento da simpatia, composta como é por crianças que muito se esforçam por cumprir o seu dever e a sua vocação.

Refiro-me sim a esses grupos musicais – há excepções certamente – que se multiplicam pela cidade, primando em tirar estridências dos clarinetes e dos cornetins, em tornar ásperos e enervantes os sons dos cavaquinhos e dos violões, em matraquear pandeiros e tamborins (para só falar de tais instrumentos). Todo este conjunto orquestral, quando se resolve funcionar, não passa de uma batucada que nem chega a ser a verdadeira batucada, porque lhe faltam desta o ritmo quente mas acertado, o sabor, a cor, a violência, o ambiente, o carácter, em suma.

A preocupação dos mencionados grupos é unânime e obsidiante: – imitar a música brasileira. Se apenas houvesse a influência desta, talvez até houvesse proveito para os nossos executantes. Mas tratando-se de mera, especulativa e desastrada imitação, muito perdem eles em personalidade artística, quebrando assim a tradicional virtuosidade que vem caracterizando os nossos músicos populares. Deste modo os únicos méritos que mostram são os da resistência no sopro e da habilidade no manejar dos dedos.

Chega a ser uma lástima ouvir (ouvir?) os nossos cantadores, na sua maioria. Não cantam; gritam. As palavras vêm sufocadas e inaudíveis. Os violões e os cavaquinhos, ao desafio com eles, fazem maior barulho ainda e de tudo resulta qualquer coisa de tristemente cómica.

As nossas mornas, estas, coitadas, perderam aqui a doçura e a ternura. Executadas e acompanhadas por tantos instrumentos exóticos e sonoros (violino é coisa que já não conta) estão longe das verdadeiras, das personalíssimas mornas da nossa terra. Estas apenas terão aqui alguns escassos e fiéis intérpretes.

Mas de tudo o que mais me entristece é a decadência dos nossos tocadores de violão. Violão para eles já não tem mais a melodia, já não tem

mais o ritmo discreto e íntimo, já não é mais a voz da nossa alma. Violão para eles é algo que serve para castigar os nossos ouvidos.

Faia Torres, Perico, e outros mais (felizmente ainda os há) porque vocês não vêm ensinar estes tocadores a mexer no violão? Não é ensiná-los a tocar, que bem o sabem, mas é ensiná-los como é que se toca o violão, coisa que ainda não aprenderam. Ou que talvez ainda não sentiram.

Carta para Jorge Barbosa

Meu caro Jorge

Tenho lido com imenso agrado as tuas crónicas de S. Vicente enviadas ao «Cabo Verde». Tenho-as lido e muitas vezes as releio para melhor apreciar e analisar todo o conteúdo. Confesso-te que tenho gostado da maneira como são postos os problemas de S. Vicente, focando-os de frente e sem rodeios. O «Cabo Verde» ressentia-se da lacuna que vieste preencher, e se nós leitores nos sentimos satisfeitos, tu não deves dar o teu tempo por mal empregado.

Como sempre, voltei ontem a ler a tua crónica de Setembro e, pareceu-me, na parte a que te referes à radiodifusão em S. Vicente, que alguma coisa não estava bem. E digo, pareceu-me, porque estou em crer que talvez não tivesse havido a intenção que transparece da leitura do escrito, e ainda porque... eu não penso na mesma forma.

E senão vejamos:

Num período escreves: Como sucede na Praia com a Emissora do Rádio Clube de Cabo Verde, a qual, diga-se de passagem, vem cumprindo bem a sua missão, dentro desse sentido que a função da rádio não é só recreativa, mas de alargamento também, levando assim para fora do arquipélago, a nossa voz, a nossa poesia, a nossa música, projectando e valorizando os variados aspetos da nossa vida e da nossa alma; como sucede na Praia, dizia eu, Mindelo necessita de uma emissora... E logo abaixo escreves: Através desta então, com as nossas mornas e as nossas poesias, o arquipélago enviará a sua melhor e a sua mais simples mensagem a outras terras e a outros povos.

Da análise destes dois períodos resulta que, embora o Rádio Clube de Cabo Verde esteja cumprindo o seu papel, esse papel só ficará cabalmente cumprido no dia em que a Emissora de S. Vicente estiver em condições de levar ao mundo o melhor disto ou daquilo que a final será daqui e d'acolá – será nosso.

Desculpa-me não concordar com esse ponto de vista. E discordo, não digo com autoridade, mas com a experiência de quem trabalha para a

rádio e dentro da rádio há cerca de sete anos. Antes de continuar é bom deixar escrito que sou daqueles que acredita piamente que em Cabo Verde existem muitos valores susceptíveis de serem aproveitados na rádio, como o são nas artes, nas letras e na ciência.

Afirmei-o já num programa irradiado não há muito e no qual para eles apelei no intuito de melhorar as emissões do Rádio Clube de Cabo Verde. Não fui ouvido como desejava, mas os poucos que connosco têm colaborado não têm desmerecido da confiança neles depositada, e as nossas emissões são hoje escutadas e apreciadas – cá dentro e lá fora – com agrado, merecendo de todos as melhores referências, atestadas pelas inúmeras cartas que em todas as malas nos chegam. E olha que, lá fora, eles não fazem a mais pequena ideia das dificuldades com que lutamos, nem que podíamos fazer melhor... se todos quisessem.

E agora, passemos a focar o ponto nevrálgico. Eu não concordo que a Emissora que S. Vicente pensa criar – e queira Deus que breve seja uma realidade – possa vir a irradiar, nos tempos mais próximos, a melhor e a mais simples mensagem do arquipélago. E penso assim porque – tu não sabes, mas sei-o eu – um programa da rádio não é apenas chegar ao «stúdio» e ler ao microfone uma boa poesia, um bom conto ou tocar e cantar uma linda morna. Nada disso, meu caro Jorge. A nossa Emissora Nacional, com umas dezenas de anos de vida, só ultimamente conseguiu apresentar bons programas de «rádio», programas que interessam e que prendem o ouvinte ao receptor. Deves-te lembrar que dantes era apelidada de «A macedora Nacional».

Nós – refiro-me ao Rádio Clube de Cabo Verde – com apenas sete anos de existência – sem fundos, sem técnicos, vivendo apenas da boa vontade de meia dúzia de «carolas», vamos já fazendo alguma coisa. Pouco, é certo, para o muito que pretendemos. E se temos conseguido agradar, sobretudo lá fora, tal facto só pode ser atribuído aos programas muito especiais que temos apresentado e que têm tido por base a nossa música, a nossa poesia e outros aspectos típicos da vida da nossa terra.

Mas tu não fazes uma pequena ideia de quanta cansa e de quanto tempo perdido! Quanta força de vontade e quanta persistência são

necessários desperdiçar para apresentar 15 minutos que possam prender o ouvinte. Tu já pensaste no que seja alguém, sentado ou de pé, diante de um microfone, recitando uns versos, sozinho, sem público? Experimenta e depois diz-me se os nossos rapazes não têm dado boa conta de si.

Tens ouvido, certamente, ler bons contos pela rádio, mas, diz-me: se não houver uma montagem adequada, serás capaz de permanecer 15 minutos escutando um chorrilho de palavras, embora da melhor prosa? Se me não souberes responder, convido-te a fazer a experiência.

Não, meu caro amigo, para se apresentar um programa de «rádio» é indispensável que se consiga uma boa montagem e esta não se consegue apenas com boas poesias, boa prosa e boa voz. Não será exactamente a mesma coisa que escrever um bom conto, um bom artigo ou uma boa crónica.

Que seriam dos programas «Ouvindo as estrêlas», «Domingo Sonoro», «O Teatro das Comédias», «Palavras leva-as o vento» e tantos outros, apresentados pela Emissora Nacional, se não tivessem uma boa montagem? Palavras e mais palavras, frases e mais frases, cujo sentido se perde ao desviarmos a atenção para acender um cigarro ou beber um trago de whisky! E não me digam que um bom técnico conseguiria atirar para o ar o melhor da nossa poesia, das nossas mornas etc. etc... porque eu teria de responder que tal facto nunca seria possível sem primeiro se aclimatar ao meio ambiente, isto é, à índole do povo, da sua poesia, das suas mornas, que são lindas sim, mas muito dele. Tudo isso leva o seu tempo, e tu sabes por experiência própria que muitos chegam desprezando as mornas e saem – quando por cá passam alguns anos – com saudades delas.

E agora que te expus as razões porque julgo não ser possível qualquer emissora em começo atirar para o ar o melhor disto ou daquilo, vou terminar dizendo-te porque não penso da mesma forma, quanto ao resto da tua crónica.

Julgo que não se deve, agora que a emissora do Mindelo vai ser um facto, cultivar a malfadada rivalidade Praia-S.Vicente. A quando da partida desta cidade para o Mindelo, do vosso ilustre administrador e meu particular amigo, em conversa, trocámos impressões sobre a grande conveniência

que havia na criação de uma emissora em S. Vicente, tendo-lhe eu dito que devia empenhar-se por atingir esse fim, pois eu estava certo que de uma colaboração íntima – com permuta de programas gravados e do mais que possível fosse – só poderiam advir benefícios para Cabo Verde ... que não para a Praia ou S. Vicente.

O nosso lêma tem de ser «Aproximarmo-nos cada vez mais», aproximar as nossas ilhas entre si e aproximar de nós os caboverdeanos espalhados pelo mundo inteiro.

Com esta carta apenas pretendo, meu caro Jorge, encaminhar mais este problema que surge no horizonte, para um campo diferente do dessa malfadada rivalidade, certo de que unidos faremos muito mais por Cabo Verde.

E essa finalidade não poderá ser conseguida se começarmos por escrever que esta vai fazer melhor do que aquela, quando tudo o que for feito será do melhor se tiver por finalidade «projectar e valorizar os variados aspectos da nossa vida e da nossa alma».

Praia, t. c. Setembro 1952

Um abraço do teu,

Orlando Levy.

A Propósito de uma Carta

O meu amigo Orlando Levy, locutor do Rádio Clube de Cabo Verde, cargo que desde a primeira hora vem desempenhando com reconhecido espírito de iniciativa e acertada actuação, fez ponto de discordância de um período da crónica que publiquei no número 36 desta revista, sobre a radiodifusão em S. Vicente. D'aí, escreveu-me por intermédio do Boletim «Cabo Verde» uma carta a propósito, com palavras aliás elogiosas para mim, que antes do mais quero agradecer.

A controvérsia procede do seguinte período daquele meu escrito, com relação á emissora que se pretende construir em S. Vicente:

Através desta então, com as nossas mornas e as nossas poesias, o arquipélago enviará a sua melhor e a sua mais simples mensagem a outras terras e a outros povos.

Ora, melhor mensagem, sim. Não melhor pela circunstância de ser enviada daqui, mas melhor por si mesma, porque ela é o melhor que nós temos a dar de nós todos – a nossa poesia e a nossa música.

Com aquelas palavras, pois, não pretendi estabelecer confronto apreciativo entre as possibilidades das emissoras da Praia e de S. Vicente no que concerne á realização e execução dos respectivos programas, nem entre a capacidade directiva dos que, lá e cá, têm ou terão a responsabilidade, não pequena, de fazer da rádio um instrumento útil, de cultura e expansão.

Julgo assim que houve um desencontro na interpretação que o meu amável contraditor deu aquelas palavras. Ora teria sido eu que me não expliquei bem?

De qualquer forma, aqui fica este esclarecimento.

Nada Aqui Acontece

Nós aqui vivemos no fim do mundo. A não serem as secas e mais os nossos dramas de sempre, nada aqui acontece.

Tudo vem atrasado, as modas, a música, os livros, as cartas dos amigos. Apesar da rádio encurtar as distâncias, pouco ouvimos as suas novidades. Já lá vai o tempo em que às horas certas dos noticiários e fados da Emissora Nacional, dos comentários da BBC, dos sambas desses muitos PR que há pelo Brasil, a burguesia das nossas cidades e das nossas vilas se concentrava, ávida de sensações, à roda dos aparelhos. E a gente do povo, curiosa, ficava na rua, defronte das janelas, ouvindo também e comentando com a sua filosofia e a sua ironia os ecos de terra longe.

Agora não. Já não há aquela pressa nem aquele interesse em escutar a telefonia que permanece fechada a maior parte do tempo. É que ela se banalizou demais.

Pois nada aqui acontece. Estamos no fim do mundo, de olhos virados para um futuro que teima em não chegar.

Lá por outras terras há sempre algo de novo: descarrilamentos (nós aqui não temos comboios); desastres de automóveis (os desastres de viação aqui são raros, graças a Deus, sem nada espectacular); nascem crianças aos pares, três de cada vez, quatro, cinco (a mulher caboverdeana raras vezes ultrapassa a casa dos gémeos).

Por falar de crianças, há também por lá crianças prodígios que regem orquestras, guiam aviões e resolvem cálculos transcendentais de matemática (as nossas, mais modestas, não sabem fazer nada disso; muitas mesmo mal têm tempo para serem crianças, porque depressa são obrigadas a viver a vida de pessoas crescidas, agenciando por si o pão do dia).

Não há dúvida que nós vivemos no fim do mundo. Nada aqui acontece. Nem aparece por este nosso céu um disco voador ao menos, desses que dizem vir de outros planetas e são coisa hoje tão corriqueira pelos céus da terra. Será que já não temos céu? Ou que lá nos outros planetas não sabem do nosso pobre recanto? E como poderiam saber de nós se este em que vivemos não sabe de nós?

Serviçais [II]

Mais algumas centenas partiram, rumo a S. Tomé. Dizem que é cena triste a partida deles. Eu nunca assisti. Para quê? Que lhes poderia dar com a minha presença? Que palavras lhes poderia dizer para que a saudade deles fosse menos pungente e o seu optimismo mais vivo? Que palavras lhes poderia dizer para com elas suavizar o peso que suportam no coração e tornar-lhes mais viva a esperança que têm na alma.

Sei que levam violões e cantigas pela viagem. Mas não julguem que são cantilenas choramingas essas músicas que vão cantando. Pelo contrário, são as nossas mornas, quase sempre irónicas e contentes. O que poderá acontecer é que a voz, mesmo na alegria, traia qualquer coisa que ficou lá no fundo ...

Navegador Solitário

Vi-o desembarcar no cais, sorridente, espadaúdo, de barba crescida, com um pequeno cão – o único companheiro da viagem – erguido nos braços como se fosse uma criança.

O naviozinho, elegante, de mastro alto, balouçando com a precisão e o ritmo de um pêndulo, ficou fundeado perto, a descansar da viagem que teve a longa duração de três meses oceânicos duros de passar.

Que mistério, que insucessos de amor ou da vida motivaram tão louca aventura?

Pretendi entrevistá-lo mas não o consegui. E que me diria o navegador solitário? Talvez coisas que eu já soubesse pela vida e pelos livros, mas que mesmo assim teriam um estranho sabor a poesia.

Vi-o depois outra vez no cais, quando de novo partia. Mas não era já no barquito da viagem aventureira através do atlântico. Desistente dos términos desse sonhado percurso, regressava simplesmente, confortavelmente, ao porto da partida, a bordo de um paquete.

A barba estava já escanhada. O pequeno cão abanava a cauda.

O naviozinho, agora sem mastro, carcaça apenas, continua fundeado, como destroço abandonado, no mar da baía.

Ecos das Chuvas

Há dias que a chuva vem caindo continuamente sobre a ilha. Parece que nunca assim desabou tanta água em S. Vicente.

Alagadas, mal oferecem as ruas uma passagem segura ao transeúnte. Este, porém, de qualquer forma lá vai seguindo, esquivando-se com presteza das poças traiçoeiras, saltando em balanços ginásticos as valetas que a correnteza alarga perigosamente, patinando com inesperada agilidade sobre lamaçais escorregadios, defendendo-se enfim, das rajadas de lama que as rodas dos automóveis vão metralhando para os lados, no seu trajeto veloz por entre as águas.

Resignado ou heroico, indiferente ou optimista, contrapondo a couraça dos impermeáveis e a cúpula dos guarda-chuvas á fúria dos aguaceiros, o transeúnte lá vai seguindo sempre, vencendo os elementos, a caminho do emprego ou de regresso à casa, trocando frases circunstanciais de bom humor com os companheiros da dilúvica aventura.

* * *

Os largos são no entanto os mais difíceis de passar. Formam nestes dias pluviosos verdadeiros lagos, profundos e barrentos, de modo que transpô-los sem qualquer ajuda é temeridade sòmente para os audaciosos. Mas o peão cauteloso, que bem dispensa as fortes sensações, contenta-se com a aquática cavalgada nas costas de homens semi-nus que assim repetem a façanha de São Cristóvam, a cinquenta centavos por travessia.

* * *

O povinho, que não tem com quê enfrentar o acontecimento, apega se à sua filosofia conformista, não se ralando. E corre a cidade e os subúrbios de ponta a ponta, barulhento, de pernas ao léu, desafiando as gélidas chicotadas das bâtegas, dir-se-á que insensível ao calafrio das roupas ensopadas e grudadas aos corpos.

* * *

Há casas de gente pobre desmoronadas ou invadidas pela violência persistente das águas. Mas os moradores prontamente encontraram remédio para o percalço: – continuar lá dentro mesmo assim.

* * *

Ainda agora em que alinhavo esta crónica, já tarde da noute, a chuva continua.

Pressinto então, contente, a fartura da terra depois de tão copiosa rega. E vou sentindo também, levemente, brandamente, um reumatismo-zinho que está principiando pelas rótulas, uma gripezinha que vem chegando de vagar por enquanto em espirros espaçados, uma dorzita fina, disfarçada, no fundo da garganta...

Por associação de ideias, fico a pensar na previsão meteorológica para amanhã, que a rádio há bocado anunciava: – possibilidades de precipitação!

E não tenho em casa uma pastilha de aspirina sequer!

A chuva contínua, mas agora mais leve, mais branda, quase melancólica.

Mar Novo

Há agora mais um veleiro motorizado em Cabo Verde, o «Mar Novo», que o município da ilha destina ao transporte da afamada água da Mesa (em Santo Antão) para S. Vicente.

O barco ainda não entrou na sua verdadeira actividade. Faltam-lhe os tanques, que se vão fazer, e faltam ainda na cidade e nos subúrbios os depósitos e a canalização para receber e distribuir o precioso líquido por vários pontos do Mindelo, de modo que a sede e a higiene da população sejam satisfeitas com comodidade e economia.

A Câmara, entretanto, está em plena acção e é de crer, a avaliar pelos ânimos do seu presidente e demais edís, que em data não distante tudo estará completo, resultando daí o sucesso que todos nós desejamos.

Por enquanto o «Mar Novo» vai singrando os mares das ilhas, tendo já prestado na verdade serviços preciosos, transportando passageiros e cargas com rapidez.

Esperemos com paciência que o município nos dê mais água e que no-la ponha, senão dentro das casas, como na Praia, ao menos ao pé delas, com a garantia da sua qualidade e da sua abundância.

Véspera do Natal

Já as montras apresentam todo um arsenal de brinquedos. Aviões cujas hélices giram velozes e deixam um zumbido no ar, comboios e automóveis de corda, paquetes que navegam. Há bonecas que dizem mamã, soldados de chumbo marchando, de espingarda ao ombro, no compasso de marchas guerreiras, ou então a cavalo, de espada alçada numa carga heróica. Há animais de espécie vária: ursos ferozes e felpudos, mas afinal tão mansos, macacos articulados e hilares, serpentes de movimentos coleantes. Há os mobiliários miniaturais, tão tentadores para as pequenas donas de casa: camas, sofás, cadeiras, guarda louças, pianos, fogões, maquinas de costura, cosendo de facto.

Sei lá! Há de tudo, a lista é longa!

A criançada fica extasiada, sonhando com o velho de longas barbas brancas que chegará de mansinho, pela calada da noite, trazendo às costas um saco cheio daquelas coisas maravilhosas.

Pitrinha, trazendo apenas uma camiseta sobre o corpo magro, contempla o pistolão à cow boy que dispara e estrondeia, como nas fitas do Eden Park. Mãos ao alto! Pum! Pum! Pum!

Há também as montras, não menos tentadoras, das comidas e dos vinhos. Brôas, nozes, castanhas, amêndoas, presuntos, chouriços, champagne, Porto, whisky, gin.

Mendigo, você que já andou por mares sem fim, por terras tão longes, que faz aí parado? Lembrando-se talvez de que já provou de tudo isso ...

Pai Natal, dê por favor o pistolão ao Pitrinha. Será o fim do mundo! Mãos ao ar! Pum! Pum! Pum! E ao mendigo dê o que ele pretende ali da montra. Talvez champagne, – quem o sabe?

Dê a todas as crianças, pequenas e grandes, o que elas desejam receber na noite do Natal.

Para mim também lhe faço um pedido. Nem é brinquedo, nem é comida, nem é dinheiro. Não se vende nas lojas. Não se guarda nos bancos.

É uma coisa que certamente adivinhou, já que lê nos pensamentos. E talvez até me atenda. O milagre às vezes acontece.

Nota sobre Januário Leite

Editado pela Associação académica do Mindelo, foi recentemente publicado o livro *Poesias*, do malogrado poeta caboverdeano Januário Leite.

Creio que houve a intenção de se fazer antologia e esta, se porventura não nos trouxe o melhor do poeta, conseguiu entretanto mostrar-nos o cantor e o seu lirismo, que era o eco afinal desse lirismo de então, todo imagens decorativas e literárias, para o qual o clima poético da época preparara e estabelecera, num ajustamento de espartilho, os moldes de expressão.

Ora, na verdade, assim, a poética de Januário nada nos sugere de característico. Nem sentimos nela a marca de uma personalidade, nem através dela ouvimos a ressonância de vozes interiores.

Entretanto, ao lermos a sua poesia, apesar de deslocada dentro do nosso tempo, apesar do seu reduzido interesse, poesia, por isso mesmo, já sem audiência e projecção, não deixam de nos enternecer, aqui e ali, a ingenuidade e a ternura, a discreta tristeza desse poeta que viveu a vida boémia sofredora de tantos outros poetas seus pares.

«Se há grandes dores, foi a minha intensa...»

Depois das Chuvas

Graças a Deus que o ano promete fartura. As chuvas, excepcionais, embora os inevitáveis estragos que motivaram, garantem já alguns meses pelo menos de vida despreocupada e contente.

Multiplicar-se-ão os bailes e a voz dos instrumentos, mais viva e mais sonora, animará a alegria do povo. Nas festas haverá foguetes, o grog falará alto e os cavaleiros cruzarão os caminhos das ilhas, em louca correria, montando cavalos fogosos, equilibrando-se, exímios, no dorso de mulas respingonas.

Mas, infelizmente, nem sempre poderá ser assim... Aos anos de boas águas sucedem-se, inexoravelmente, os anos angustiosos das secas parciais ou totais. E deste modo a tradicional tragédia da estiagem – responsável por tantos flagelos! – tornará a cair sobre o povo e de novo o obrigará ao êxodo, rumo a S. Tomé e Angola.

Porém, há remédio para o mal. A modificação das nossas condições climatéricas, por um sistema de arborização maciça, seria a maneira, cientificamente preconizada, de se atraírem as chuvas. Este remédio, que está sendo estudado, vem merecendo, agora mais do que nunca, a atenção do governo. Mas, mesmo assim, é de se esperar que a sua aplicação seja quanto antes, já que a ele se destina uma parte do empréstimo dos 102 mil contos destinados ao fomento da província.

Os superiores interesses humanos e patrióticos aliás é que exigem, pois, que se ponha em marcha, sem tardança, a execução de tão importante projecto, tanto mais que, por sua própria natureza, levará tempo, evidentemente, a chegar ao seu termo e a surtir seus efeitos.

Nós e Gilberto Freyre

Com este mesmo título, inseriu o mensário moçambicano Império n.º 14 e 15, a entrevista, já célebre nestas ilhas, que o sábio sociólogo brasileiro concedeu ao jornalista e escritor Virgílio Lemos.

Trata-se, aliás, mais de referências à conversa havida por ocasião de um jantar oferecido a Gilberto Freyre, do que propriamente de uma entrevista.

Neste documentário fala-se de nós, isto é: dos «homens de letras de Cabo Verde».

A pergunta do jornalista – qual a sua impressão sobre os homens de letras de Cabo Verde? – respondeu o autor de Casa Grande e Senzala:

– Fiquei, de certo modo, decepcionado, pois esperava mais e melhor. A influência brasileira é manifesta. Prejudicial porque dela os intelectuais de Cabo Verde não souberam libertar-se. Falta-lhes portanto originalidade. Falta-lhes personalidade. Uma literatura própria, diferenciada, não se cria pela insistência na escolha de temas locais. É necessário ir mais longe, trazer esses temas para o plano universal.

Ora, não sei se Gilberto Freire terá colhido elementos informativos suficientes para fazer aquela rápida alusão às pessoas, bem poucas por sinal, que em Cabo Verde se dedicam às letras.

Teve entre nós, como não podia deixar de ser, passagem de bem curta duração. Seus contactos connosco foram limitados e poucos. Deste modo não se me afigura que tivesse conseguido tempo e vagar para penetrar o caso literário caboverdeano, saber das realizações e conhecer as possibilidades e os projectos dos nossos escritores. Faltou-lhe, pois, pelo menos assim penso, um conhecimento mais amplo, senão mais directo, do nosso meio intelectual e outrossim de outros pormenores da nossa vida, necessários às informações e à objectividade da sua tão conclamada viagem pelas províncias do ultramar.

Como terá sucedido em vários climas e em várias épocas, e terá sucedido no Brasil também, não é caso invulgar os escritores e as literaturas sofrerem influências de outros escritores, mesmo na sua fase de renovação,

em que se iniciam, portanto, novas rotas, diferentes das seguidas até então. Assim aconteceu com os modernos homens de letras de Cabo Verde, quanto à influência da literatura brasileira a que se refere Gilberto Freyre. E se ainda nos alongássemos em considerações sobre influências literárias, talvez até pudéssemos imaginar que o processo adoptado pelo ilustre escritor brasileiro nos seus estudos etno-histórico-sociológicos, que lhe deram tão justamente o renome internacional que tem, foi inspirado, ou influído, pelo que antes fizeram um Nina Rodrigues ou um Artur Ramos, por exemplo.

Influência da literatura brasileira teria havido, por certo, nos modernos escritores caboverdeanos, que por estas paragens se lançam na aventura da produção literária, sem amparo, diga-se de passagem, sem qualquer estímulo, já não digo material (nem pensar nisso é bom!), mas de compreensão e carinho. Tal influência resultou sobretudo do exemplo dos escritores brasileiros ao se debruçarem sobre a terra natal e sobretudo a gente irmã, onde foram encontrar os temas das suas obras. Deles aproveitamos, pois, a descoberta e a experiência que nos contagiaram com o seu entusiasmo de coisa nova. Para mais, havia já parecenças entre o povo de Cabo Verde e grandes sectores do povo brasileiro. Formação étnica idêntica ou quase idêntica, de raízes africanas; civilização lusíada comum; dramas aqui e ali correspondendo-se (as secas com os seus flagelos); encontros folclóricos, digamos assim (a cantiga, o violão e até certos aspectos de vivência); todos esses passos acertados, toda essa conjugação de expressões humanas, predispondo a uma compreensão e uma solidariedade sentimentais da nossa parte – teriam influído essa influência... O exemplo, repito-o, do ensaísta, do romancista e do poeta modernos brasileiros fez ecoar em nós, com a sua novidade, um ardor novo e daí advieram novas ideias e a indicação de outros caminhos. Mas essa influência não foi, como diz Gilberto Freyre, prejudicial entre nós. Antes teria sido benéfica. Nem foi tão duradoura, porque depressa soubemos encontrar o nosso próprio caminho, embora tivesse ficado nos nossos escritos, por coincidência de reacções, alguma parecença com a literatura brasileira. Uma parecença de família...

Ao contrário do que supõe o autor de *Sobrados e Mucambos*, nem sempre insistimos nos temas locais; nem procuramos, neles apenas, os motivos das nossas produções. Mas assim mesmo, com o seu ponto de partida climático, com as suas raízes aprofundadas na terra mãe, com as suas vozes ecoando anseios e vozes das almas irmãs que nos rodeiam, a nossa produção literária terá tido projecção e universalidade. Assim mesmo a souberam sentir e compreender quase todos que receberam a nossa mensagem e sobre ela se pronunciaram em Portugal e no Brasil. O grande sociólogo brasileiro, que todos nós, de há muito, estimamos e admiramos, não tem razão!

Registo

Não são muitas, infelizmente, as expressões e as afirmações da vida e do pensamento caboverdeanos dignas de relevo. Entretanto, algumas existem e de entre elas é para se destacar a realização, ainda pequena, embora, ainda mal começada, seja, dos nossos modernos escritores, a qual mesmo assim vem contribuindo para termos algum prestígio lá fora. Digo isso tomando em conta o que a propósito já disseram de nós pessoas várias, com nome e responsabilidade dentro das esferas culturais.

Que eu saiba, nunca alguém se lembrou nesta ilha de dactilografar cópias de qualquer das muitas referências elogiosas feitas a nós, em jornais, em revistas, em conferências e em livros, com o louvável e patriótico intuito de as fazer distribuir por quantos se interessam pelas coisas espirituais, nem de copiar, com o mesmo objectivo, qualquer escrito nosso.

Pois bastou que se lembrasse o grande sociólogo brasileiro Gilberto Freyre de proferir a nosso respeito o desagradável comentário a que atrás me refiro, para logo aparecer quem se propusesse ao trabalho de o copiar e de o pôr a circular.

Não pretendo tirar conclusões do caso mas apenas registá-lo.

Ser caboverdeano às vezes é um mal, porque às vezes dói...

Funcionários da Shell no Mindelo

Estiveram recentemente de visita à Shell, com alguns dias de demora na cidade, cinco altos funcionários da Companhia, entre os quais o seu gerente em Lisboa.

A visita, pela sua surpresa, pelo número dos componentes que lhe deram relevo, impressionou a população que logo vaticinou algo de importante em curso, com respeito ao Porto Grande.

Porém, nada se sabe ao certo. Mas algum optimismo ficou animando o espírito de quantos anseiam por ver a Shell dar impulso à sua actividade como reabastecedora de combustíveis à navegação nesta ilha, o que representaria momentos mais risonhos para a vida económica da Província. Essa actividade, vem a propósito dizê-lo, quase tem sido igual, todos os anos, desde há muitos anos, de forma que até se poderá supor que ao Porto Grande está prefixada a sua cota nos fornecimentos de óleo às embarcações.

O que advirá de tal visita? Irá a Shell ampliar as suas instalações, apetrechando-as melhor, construindo mais depósitos de óleo? Aumentará o número das suas lanchas? Chamará, assim, mais vapores à baía?

Aguardemos, confiantes.

Ti Lopes

O meu amigo Ti Lopes (o nome é inventado) é pessoa que andou já por muitas terras de além mar e tem, portanto, coisas várias a contar das suas viagens e das suas aventuras. Considera-se, apesar dos 70 anos ainda rijos, um reformado da vida, isto apenas por causa da perna claudicante (foi naquela noute tempestuosa a bordo do «Asiatic»...) que lhe é agora estorvo na continuação das suas andanças pelo mundo. Assim, tem que se contentar com esta forçada paragem em S. Vicente, até chegar a hora do último fôlego.

Filósofo à sua maneira, conforma-se sem lamúria, com o que lhe permite o minguado rendimento, que ainda assim vai chegando para uma cachupa e algum grog de vez em quando. A sua paixão é a política internacional cuja marcha segue pelos jornais, que parente amigo lhe envia da América, e pela rádio, que ouve em casa de um vizinho.

Costumo conversar com Ti Lopes e os grandes acontecimentos mundiais vêm então à baila. Bomba atómica, de hidrogénio, guerra da Coreia, a espionagem, a Rússia, Staline, são os assuntos favoritos quando Ti Lopes não se encontra na disposição de acrescentar mais um capítulo às suas próprias histórias de velho marinheiro, que um dia hei de recontar.

Ti Lopes faz-me o favor de ler as minhas crónicas no Boletim «Cabo Verde» mas algumas vezes não está de acordo comigo. Costuma sugerir-me os assuntos que nem sempre posso aproveitar. Já me pediu que falasse do Porto Grande, do custo da vida, da miséria do povo, da má criação da garotada, das contribuições, da falta de trabalho, da emigração para S. Tomé, das estradas, – sei lá! Se fosse enumerar tudo quanto o meu amigo me tem pedido que escreva neste recanto a lista seria longa.

Às vezes nem pede. Impõe. Ponha isto preto no branco! Dê pra baixo!

Numa tarde destas o acaso fez-me encontrar com Ti Lopes na Praça Estrela. E desfechei-lhe a novidade: Staline morreu! Mas o meu amigo, que estava já ao facto da notícia, acrescentou:

– Agora é que você vai ver! A guerra! Os Estados Unidos aproveitam a confusão que haverá na Rússia, o desentendimento entre os políticos que desejam ocupar o posto de Staline, e zás! Arreiam algumas bombas e a coisa começa. Ponha isso no «Boletim». Ponho. Mas fiquem sabendo: Ti Lopes é que disse.

O Caboverdeano e o Mar

Apesar das nossas cantigas, das nossas dansas, do nosso espírito folgazão e tagarela, do nosso optimismo de sempre, nem é fácil, nem é feliz, a vida nestas ilhas.

Não duram muito os nossos momentos de alegria, nem são longas as horas da nossa tranquilidade. Se não é a estiagem, com as suas terríveis consequências de amarguras e de êxodo para São Tomé, é o mar que nos traz a aflição e a tragédia.

Povo ilhéu, de navegadores por isso mesmo, os caminhos marítimos são também os da nossa vida.

De vez em quando ressoa o alarme pelas ilhas. É um desses nossos barquitos de pau, frágeis, mas valentes e decididos, que pela demora em chegar ao porto do destino se supõe já perdido por sobre a imensidade do oceano. Porém, na verdade, com a ajuda de Deus, após dias angustiosos e infundáveis, de fome e de sede, a aumentar o desespero da navegação sem rumo, à mercê dos ventos e das ondas, lá vai ter algures, quase sempre, sem mastros, sem velas, á Africa vizinha, ou é socorrido, a caminho forçado do Brasil, por algum vapor providencial.

Mesmo assim, nessas viagens habituais pelo arquipélago e pela costa africana, não foram poucos os navios caboverdeanos que para sempre desapareceram, nem foram poucos também os que nessas rotas da América ficaram sepultados, não se sabe em que profundezas do mar.

Outras vezes é um bote mais que não regressou da pescaria, com as seis pessoas que levava, entre elas duas ou três crianças (pais e filhos acamardados na luta pela existência).

Um bote a menos, seis vidas a menos. Mais uma crónica, de como-vedora solidariedade, na nossa imprensa. Mais um comentário triste nos programas radiofónicos. Uma subscrição a mais. E depois o silêncio. Eis o balanço melancólico do acontecimento!

Pois, como dizia, apesar das nossas dansas, da nossa música, da nossa alegria, do nosso optimismo, nem é fácil nem feliz a vida nas ilhas, vivida assim na incerteza da terra com os seus frutos e na insegurança do mar com as suas promessas.

O Caboverdeano e a Árvore

Acho por vezes alguma graça quando alguém me diz que o caboverdeano é um inimigo, um destruidor sistemático e desamorado da árvore.

Este apodo, aliás, fez já carreira e riscou tradição. E quando as escolas plantam árvores e os homens secundam a cerimónia com palavras próprias da circunstância, o exemplo daquelas e o incitamento destas, com mais ou menos retórica, não são apenas para indicar que um futuro melhor nós o poderemos conseguir por nós mesmos, rearborizando as ilhas, tornando-as terra de vegetação exuberante, como possivelmente eram nos tempos antigos, antes da descoberta, – mas também o gesto das escolas e a prosa dos animadores da política florestal servem para, tácita ou expressamente, se renovar a acusação feita ao caboverdeano pelo seu vandalismo destruidor. Assim ele, o monstro, é responsável pela secura, pelo deserto confrangedor, de tantos e tantos trechos dos nossos campos, do que advém, segundo os entendidos, condições climatéricas desfavoráveis à atracção e à consequente precipitação das chuvas.

Ora, nada mais injusto do que essa já proverbial acusação. Ninguém mais do que o caboverdeano sente e ama a árvore ou mais do que ele aprecia a sua frescura e o seu abrigo; ninguém mais do que ele sabe o que tem de gostoso uma soneca debaixo da sua sombra, pelos calores de Agosto, ou melhor do que ele sabe viver essas reuniões domingueiras, sob a sua copa, com as infalíveis e renhidas partidas da bisca e do urim, animadas pelo grog falador. Ao caboverdeano não falta o amor á árvore, não! Ao caboverdeano o que lhe falta é o combustível. Nem sempre tem ao pé da casa a freira, a lantuna, o tortolho, onde vá tirar a lenha. E a lenha é a grande necessidade da gente que vive e labuta por esses interiores. É nessas condições que a árvore vem sendo sacrificada dia a dia.

Eu queria ver um desses que apodam o nosso povo de destruidor da árvore, reduzido a pobre homem da lavoura, morando, com a família, em pleno campo, mas longe da freira, da lantuna, do tortolho. Reconstituamos o quadro. Em frente à casa a árvore mais bela, a mais frondosa dos arredores, com decénios de vida e de imponência. Logo de manhã, a mulher

a reclamar a lenha para o cuscuz e para o café, mais logo para a cachupa. E a lenha fica tão distante, a sua aquisição é tão difícil, tão cansada, tão cara!... O nosso homem olha melancólico a árvore de frente. Talvez um ou dois ramos não façam mal e ela até precisa de ser podada. Mais um ou dois rebates de consciência, e zás! A foca sempre cortou os dois ramos. Não precisava mais do que começar. E dia após dia, ramo aqui, ramo acolá, primeiro a faca, depois a serra, depois o machado...Triste fim da árvore mais frondosa e mais bela dos arredores!

Assim, meus amigos, é que o caboverdeano se apresenta inimigo e destruidor da árvore, – para defender a sua própria existência.

O combustível é como a água, como o alimento, como o sal. Sem ele ninguém vive, nem pobre, nem rico, nem sábio, nem filósofo, nem santo, nem poeta, nem mesmo os homens que andam escrevendo e dizendo que o caboverdeano desama a árvore.

Afinal dizem e escrevem tanto em prol da nossa rearborização, mas esquecem-se de defender a importação intensiva da lenha e a sua venda, a baixo preço, por todos os recantos das ilhas.

Escolas, plantai! Gente de boa vontade, plantai! Não árvores sòmente. A lantuna, o tortolho, a freira, também. Talvez assim Cabo Verde seja mais feliz.

A Propósito de uma Palestra

Com as chuvas, nem só a alegria dos campos verdes, o milho a florando com as suas promessas, a fartura, enfim. Também a malária, nossa doença número 1. Somos assim: se não chove, o flagelo das secas. Se chove o paludismo, flagelo outrossim. Felizmente que haverá remédio para um e para outro.

1952, refiro-me apenas a S. Vicente, se bem que poderia falar das demais ilhas, foi de chuvas abundantes. Desde 1919, há pois 34 anos não, se registava tão grande pluviosidade.

Foi água que Deus mandou! Formaram-se caudais cujos braços ainda hoje correm pela Ribeira Bota, em toda a sua extensão, descem pela Avenida da Fontinha, cortam a Rua do Coco, mesmo junto à Praça Estrela, contornam esta pelo Sul e Oeste e encaminham-se, pela Praia Coré, para irem desaguar no mar da baía.

Sítios onde nunca se semeou deram frutos. Mas dos terrenos alagados o anofeles fez poiso e ao lado das sementeiras dos homens fez também a sementeira das suas crias, que viriam depois, zumbindo pela noite fora, perturbar o sono das gentes e inocular nelas o germen da malária. E assim começou breve a desenhar-se, com fundos sombrios, o quadro ameaçador do mais intensivo surto palúdico da história mindelense.

Mas quis a Providência que no momento mais oportuno chegasse até nós o Dr. Manuel Meira, médico do Instituto de Medicina Tropical, que veio à província, pela terceira ou quarta vez, em missão de estudo daquele organismo científico. Posto inesperadamente em face da epidemia que iniciava o primeiro passo da sua propagação, esse homem mal teve tempo para arrumar a bagagem e logo tomou posição na luta para combater o mal terrível que se lhe deparava e que depois acabaria por dominar. Infatigavelmente, quase milagrosamente, soube multiplicar a sua actividade, em dias e noites de trabalho incansável, dando consultas, tratando doentes, fazendo investigações laboratoriais, visitando as casas da cidade, percorrendo, um por um, os recantos da ilha.

Mas ouçamo-lo, através da eloquência dos gráficos e dos números que nos apresentou, durante a palestra proferida nas instalações da Missão, em 9 de Junho último.

Início dos trabalhos: 28 de Novembro de 1952. Número de consultas: 4.637. Pesquisas de hematozoários no sangue: 4.637(e mais cerca de 1.000 repetições). Colheitas de sangue para pesquisa ulterior de hematozoários, feitas em doentes, em vários períodos de tratamento: cerca de 18.000. Doentes averiguados: 3.034, dos quais, 197 em Dezembro de 1952, 2.628 nos três primeiros meses de 1953 e 209 de 31 de Março a 9 de Junho deste ano. É bom frisar, para uma ideia precisa do que foi a epidemia, que o número de 2.628 doentes verificados no referido trimestre, ultrapassa o máximo anual registado, desde 1940, ano que superou os outros e em que foi de 2.624. Residências tratadas com insecticida: 3.315; superfície e tectos desinsetizados: cerca de 650.000 metros quadrados; DDT consumido: 1.436 quilogramas. Dos 3.034 doentes mencionados, cerca de 70% foram de terçã benigna (*Plasmodium vivax*); cerca de 28% da terçã maligna (*Plasmodium falciparum*); cerca de 2% de ambas as doenças (*P. vivax* mais *P. falciparum*). Número de anofeles (*A. gambiae*) contado numa só casa, pequena habitação de dois compartimentos que por sinal visitamos: 1917.

Houve bairros suburbanos (Lombo de Tanque e Bela Vista) onde em todas as casas foi apontada a existência de anofelinos e o índice de infecção da população também em certos bairros suburbanos chegou a 61%, sendo o mais afectado o da Bela Vista.

Pode dizer-se que a epidemia ocorreu nos primeiros meses deste ano, pois a partir de fim de Março não se registaram casos novos de doença. No seu combate, a aplicação do DDT desempenhou papel importante, tendo-se verificado que nos bairros ou zonas da cidade e em outros sítios do interior, onde se procedeu à desinsectação, a doença teve queda brusca, cerca de 15 dias após o tratamento. O plano da luta, disse-nos o ilustre médico, assentou fundamentalmente no combate aos anófeles adultos e no tratamento dos doentes, este último com o objectivo de anular as fontes de infecção. Propositadamente, não se procedeu a nenhuma espécie de luta anti larvar.

Há ainda a acrescentar: foram distribuídas gratuitamente cerca de 47.000 comprimidos diversos, os quais fizeram toda ou quase toda a medicação. Assim, foi a expensas do Instituto de Medicina Tropical que se operou a campanha anti-palúdica, levada a cabo tão proveitosamente e sem outro interesse que não o científico e do bem público.

No período mais agudo da epidemia (Janeiro e Fevereiro) teve o Dr. Manuel Meira, conforme o salientou na sua tão elucidativa palestra, a colaboração preciosa do Dr. Aníbal Lopes da Silva. Os números, que o cronista se limitou a transcrever, fazem-nos pensar, agora que passou a ameaça do flagelo, no que este teria sido na verdade, se a epidemia tivesse cumprido o seu curso e a sua devastação. Deles poderemos tirar a prova real: – a saúde e o bem estar da população. Saibamos agradecer ao Dr. Manuel Meira, pelo esforço e pelo êxito do seu trabalho, em tão boa hora iniciado.

Resposta a um Artigo

No último número deste Boletim, pondo «Pontos nos ii – a propósito de uma crónica», o Dr. João Baptista de Moraes, meu prezado amigo e ilustre médico, credor, nesta qualidade, diga-se de passagem, de tanta gente, entre a qual me incluo, pela sua solicitude, pelo seu desinteresse e pela sua proficiência, insurge-se contra mim por causa do que escrevi, ou melhor, por causa de um trecho do que escrevi «A propósito de uma palestra», no número 47 também deste mensário.

No meu escrito, agora em controvérsia, mais não fiz que, resumida mas fielmente, relatar e interpretar a palestra do Dr. Manuel Meira, proferida acerca do combate ao paludismo, que o mesmo, em missão do Instituto de Medicina Tropical, levou a efeito nesta ilha, com tanto êxito, durante o período de 28 de Novembro de 1952 a Julho próximo passado.

Antes do mais, reproduzo o passo do meu artigo que despertou reparo especial e mereceu transcrição do Dr. Batista de Moraes:

«Assim, foi a expensas do I.M.T. que se operou a campanha anti-palúdica, levada a cabo tão proveitosamente e sem outro interesse que não o científico e o do bem público. No período mais agudo da epidemia (Janeiro e Fevereiro) teve o Dr. Manuel Meira, conforme o salientou na sua tão elucidativa palestra, a colaboração preciosa do Dr. Aníbal Lopes da Silva».

Que se perdoe a insistência, mas para que o meu pensamento seja compreendido tal qual eu o reproduzi, acho conveniente pôr de novo em foco o referido passo, agora completo, isto é, com o período que se lhe antecede, sem quebra de parágrafo, e que o articulista «dos Pontos nos ii» não transcreveu:

«Há ainda a acrescentar: foram distribuídos gratuitamente cerca de 47.000 comprimidos diversos, os quais fizeram toda ou quase toda a medicação. Assim, foi a expensas do I.M.T. que se operou a campanha anti-palúdica, levada a cabo tão proveitosamente e sem outro interesse que não o científico e o do bem público. Etc. etc. etc.»

Ora, referindo-me, pelo que ouvi e sabia, à campanha anti-palúdica realizada pela Missão do I.M.T.; referindo-me aos medicamentos que a

mesma distribuiu gratuitamente (era curial acrescentar, e eu acrescentei-o, que tal se fez a expensas dela); referindo-me ainda à colaboração, aliás posta em relevo pelo Dr. Manuel Meira, que lhe prestou o Dr. Aníbal Lopes da Silva; – por tudo se vê que pretendi, unicamente, circunscrever-me ao caso da missão e da palestra proferida.

Como, pois, se poderá concluir que deixei «a impressão de que a única entidade que prestou assistência aos doentes de sezonismo foi a missão de Medicina Tropical, chefiada pelo Dr. Meira com a colaboração do Dr. Lopes da Silva»? Apenas porque não fiz «a mais pequena referência, nem à Delegação de Saúde nem ao Hospital daquela ilha» (S. Vicente)? E porque a estes tinha de me referir, e a que propósito, se, como cronista, o meu papel no momento era registar uma palestra e comentar os factos e os números que ela pôs em evidência?

A minha crónica, portanto, de modo nenhum podia «levar o leitor desprevenido a conclusões menos verdadeiras». O pensamento que a produziu, a intenção que a ditou e as palavras que a escreveram, sem subentendidos, sem reticências, estão suficientemente compreensíveis.

Em consequência, e ao contrário do que os «Pontos nos ii» fazem supôr, não foi posta por mim em desmerecimento a acção que os médicos dos Serviços de Saúde têm desenvolvido em S. Vicente no que concerne à luta contra a propagação do paludismo. Neste aspecto da sua actividade, como em outros da sua profissão, quantas vezes abnegada e desinteressadamente cumprida, sabemos todos do muito que fazem e têm feito, com os poucos recursos financeiros de que a Saúde (como os outros sectores da administração) podem dispôr dentro do orçamento da Província, cujas cifras, infelizmente, estão longe de serem estonteantes e promissoras.

E para terminar direi que o Dr. Baptista de Moraes, apesar da sua inteligência, do seu espírito esclarecido, da sua prudência e reflexão, que habitualmente antecedem e acompanham os seus actos e as suas palavras, viu mal a questão, pelo menos ao referir-se a mim como pessoa capaz de poder «levar o leitor desprevenido a conclusões menos verdadeiras».

Cabo Verde e o Plano do Fomento

Alegremente vos digo: segundo informações não oficiais mas que merecem crédito, ainda este ano se iniciam as obras do Porto Grande. Começou, pode dizer-se, a arrancada para o Plano do Fomento que do norte ao sul da metrópole, pelos quatro pontos cardiais do ultramar, vai pôr em realização uma série de empreendimentos grandiosos e revolucionários.

Planificadas já nos projectos da engenharia, estimadas já nas cifras orçamentais, preparados já os homens para as enfrentarem, as obras do Porto Grande e outras, brevemente, darão o seu primeiro passo. Brevemente também toda a comunidade portuguesa será uma colmeia imensa, na qual cada um terá, directa ou indirectamente o seu quinhão de trabalho e, mais tarde, outrossim, o seu quinhão de benefício.

A modificação das condições climatéricas de modo a atrair as chuvas nas regiões onde elas são escassas; os sistemas da captação de água e da sua utilização posterior em irrigações a grandes distâncias; a montagem de maquinarias com que se possam aproveitar e industrializar o que a terra oferece; a abertura de estradas; o estabelecimento de meios de transportes terrestres e marítimos que atuem com regularidade e eficiência portanto; o apetrechamento dos portos; enfim, a assistência social compreendendo o hospital, a escola e o amparo nos anos de estiagem (se é que possam depois surgir); tudo cabe no Plano do Fomento, cujo alcance material e moral visa uma vida portuguesa mais feliz, garantida nas possibilidades que para tanto se criarão e assegurada assim contra os momentos de infortúnio que o destino possa reservar.

Cabo Verde de tudo precisa. Terra um pouco esquecida, de orçamento pobre, o seu progresso tem-se processado em marcha lenta e sonolenta. Embora castigada de tempo a tempo pelas secas, parciais umas vezes e de pequenas proporções, outras vezes gerais e trágicas, estas mais espaçadas, de repetições cíclicas, segundo muitos supõem, a nossa terra, apoiada no Plano do Fomento, contará com elementos de vida que tem e até agora não puderam ser desenvolvidos.

As nossas frutas, por exemplo, tão saborosas e apreciadas, se tiverem estradas que as levem aos portos, se tiverem portos com cais apetrechados por onde embarquem, e transportes assegurados que as conduzam em terra e no mar, se tiverem, a par disso, uma legislação que as defenda contra o recolho antes da época própria e torne para elas obrigatório todo um conjunto de medidas que implique, antes do mais, o seu tratamento e acondicionamento, desde que são colhidas até sua remessa para fóra da província, assim as frutas do arquipélago terão a probabilidade de ser a nossa riqueza número um.

Além delas, poderia citar outros produtos caboverdeanos também com o caminho fechado para o exterior e algumas indústrias novas que poderíamos ter criado se nos não faltassem os meios para o seu desenvolvimento. Aqueles e estas, no entanto, num futuro não longínquo, terão vida e expansão conforme as promessas do recente mas já celebrado Plano.

O Porto Grande de S. Vicente, que é a proveniência das mais avultadas cifras do nosso orçamento, aguarda por sua vez, ansiosamente, a materialização do grandioso projecto, porque dentro deste lhe estará destinada uma dotação pecuniária que não será pequena, para realizar o seu sonho de grande porto, no tamanho e no apetrechamento.

Esquecido, há longas décadas, pouco ou nada nele se fez para o colocar á altura da sua posição nas linhas marítimas América do Sul-Europa, posição privilegiada que Deus nos deu e os homens não souberam aproveitar. Esquecido, os portos vizinhos e rivais de Dakar e Las Palmas, muito mais recentes em actividade, tiveram impulso mais rápido e mais seguro que os fizeram passar á nossa frente. E se na verdade não poderemos contar, pelo menos tão cedo não poderemos contar, com um movimento de navegação que nos reponha em primeiro lugar em relação aos mencionados portos, mesmo assim, com as obras que se propõem realizar, muito e muito lucrará o desventurado Porto Grande e a economia da província que a ele está tão intimamente ligada. As referidas obras, tão prometidas, tão desejadas, desde sempre, representarão o benefício maior que nos poderá trazer o Plano do Fomento.

Optimista, apesar de tantos infortúnios; confiante em dias melhores, apesar de tantas desilusões; o caboverdeano conta, agora mais do que nunca, com o momento em que possa ver a sua famosa baía em condições de receber mais navios e de realizar, conseqüentemente, um maior fornecimento de óleos combustíveis, o que reflectirá no bem estar de Cabo Verde inteiro.

Mas é bom notar que a par de tudo se torna aconselhável uma política de atracção ao nosso porto principal de outra empresa fornecedora de combustíveis. O número de navios nele entrados, quase o mesmo de ano para ano, leva a supor que interesses ou conveniências lhe prefixaram uma cota de navegação. Só por isso tal política justificar-se-ia.

E, como comecei, quero terminar, alegremente, dando-vos a boa nova: ainda este ano se iniciam as obras do Porto Grande!

Ainda a Propósito de uma Palestra

Como nas histórias publicadas por capítulos, faço resumo dos antecedentes desta crónica:

No *Boletim* Cabo Verde, número do mês de Agosto, noticiei e comentei a palestra que o Dr. Manuel Meira havia proferido nas instalações na Missão de Medicina Tropical, com relação à campanha antipalúdica levada a cabo nesta ilha pela referida Missão, chefiada por aquele médico; em número seguinte, o Dr. João Batista de Moraes apareceu com Pontos nos ii e insurgiu-se, não contra a palestra mas contra mim, que a não escrevi nem pronunciei, isso porque não fiz então referência à acção dos médicos dos Serviços de Saúde levada a cabo também no combate ao paludismo: respondi depois, a explicar que apenas me cingira ao tema da mencionada palestra e a nada mais, visto que o meu papel de cronista se havia limitado, como era curial, ao caso focado.

Julguei assim arrumado o assunto.

Entretanto, o actual Director do Hospital de S. Vicente, Dr. António Gladstone Sócrates da Costa, amigo que muito prezo, em carta do dia 19 de Outubro último, pede-me a publicação, nestas crónicas, dos seguintes esclarecimentos, para um juízo exacto do que foi a campanha anti-palúdica nesta ilha, nos primeiros meses desde ano:

Primeiro: Após uma reunião conjunta no Palácio, em S. Vicente, do Exmo. Médico da M.I.M.T. e do Delegado de Saúde de S. Vicente, com S. Ex.^a. o Governador de então, o Sr. Coronel Dr. Carlos Alves Roçadas, o serviço aqui da campanha anti-palúdica ficou assim distribuído:

I – A acção profilática anti-vetor, a cargo da M.I.M.T.

II – A parte clínica – tratamento e socorros – a cargo da Delegacia de Saúde.

Segundo – Trabalhando no sector que lhe coube, a Delegacia de Saúde tratou:

a) Na consulta externa:

Em Janeiro	1.138 doentes com	13 óbitos
Em Fevereiro	372 doentes com	5 óbitos

Em Março	215 doentes sem	óbitos
Em Abril	98 doentes sem	óbitos
Em Maio	127 doentes sem	óbitos
Total...	1.950 doentes	18 óbitos

b) No Hospital foram internados e tratados:

Em Janeiro	78 doentes sem	óbitos
Em Fevereiro	43 doentes com	1 óbitos
Em Março	20 doentes sem	óbitos
Em Abril	12 doentes sem	óbitos
Em Maio	11 doentes sem	óbitos
Total	164 doentes com	1 óbito

c) Em medicamentos anti-palúdicos foram dados gratuitamente (e a expensas da Província):

Comprimidos de paludrina	6.246
Comprimidos de Aralen	9.500
Comprimidos de quinino	6.164
Total	21.906
Sais de quinino em pó	10.240 hóstias
Ampolas de quinino	13.950
Euquinina papeis de 0, g15	1.600

E acrescenta o Dr. Sócrates da Costa:

Assim, só juntando estes dados aos da M.I.M.T. que vieram publicados na sua crónica na revista Cabo Verde, do mês de Agosto, é que se poderá ajuizar de como a última campanha anti-palúdica em S. Vicente merece relevo e de como os nossos Serviços de Saúde estão agradecidos à Misão do I.M.T. pelos relevantes Serviços que nos prestou com a sua vultosa

colaboração anti-palúdica – não esquecendo a reconhecida camaradagem, agora mais uma vez patenteada, do Exmo. Sr. Dr. Manuel T. V. da Meira.

Por dever de lealdade para com o signatário da carta a mim endereçada (a quem agradeço e retribuo as palavras amáveis que nela me são dirigidas) e pela muita consideração que me merece o Dr. Sócrates da Costa, aqui deixo as transcrições, de harmonia com o que me foi solicitado.

Talvez agora fique liquidado o incidente jornalístico que de qualquer forma teve o mérito de despertar o interesse do público.

Nota sobre a Instrução Primária em Cabo Verde

Bom seria que imitássemos em Cabo Verde, senão que seguíssemos, o propósito do Governo Central de em futuro próximo reduzir a nada, ou a um mínimo inevitável, o índice do analfabetismo na Metrópole.

Há anos atrás, nós aqui nos poderíamos orgulhar de apresentarmos nos gráficos estatísticos uma percentagem de alfabetos que não ficaria em desvantagem se fosse confrontada com outras percentagens de outras parcelas do conjunto português.

* * *

Quem tem reparado no tradicional drama escolar dos filhos da nossa pobreza rural, a mais desamparada de todas? Drama quotidiano dos longos percursos, a caminho das aulas. Drama heròicamente suportado e superado pelo muito desejo que as crianças das ilhas têm de saber ler e escrever.

Elas lá vão, por difíceis e penosos quilómetros, rumo à escola. Descalças, seminuas, mal alimentadas, a cabeça ao leu, o corpo magro, mesmo assim resistente e ágil, lá vão elas assobiando e cantando!

Caminhos de provação na verdade, os desses meninos! Caminhos estou eu chamando às faixas de palmo e meio de largura marcadas na terra viva com asperezas de lixa, por tantos pés apressados, numa interminável penitência que é o vai-e-vem esforçado das nossas gentes dos campos.

Caminhos de canseiras os dessas crianças! Caminhos contornando encostas íngremes, atapetadas de cascalhos que penetram e ferem como pregos, seguindo as cristas dos montes ventosos, atravessando descampados inóspitos de bassaltos aparados em gumes e rescaldados pelo calor do sol!

Elas à tardinha regressam da escola aos casebres. Trazem o estômago vazio. Mesmo assim vêm assobiando e cantando!

* * *

É preciso que acabem com os impostos (chamo-os assim) que a criança caboverdeana se obriga a pagar durante o tempo da sua instrução primária.

Certidão de idade, pagamentos em dinheiro, passagem de classe, propina do segundo grau, na verdade não chegam a cifras avultadas. Entretanto, o conseguir as pequenas quantias necessárias à satisfação das exigências pecuniárias do nosso ensino mais rudimentar, é problema aflitivo, de difícil resolução para muitos pais pobres. Estes atravessam a talvez mais grave época da nossa vida económica, em que o dinheiro vale para a pobreza mais do que o suor – vale o sangue. As portas da emigração fechadas, o desemprego aumentando, tornam bem dura a vida do povo caboverdeano.

Bem sei que os pobres, os que não têm *nada-nada* podem evitar as despesas a que me refiro com a apresentação de um atestado de pobreza. Assim fazem.

Mas há os outros pobres, os que não podem obter o atestado, só porque possuem uns dois quartos de abrigo, de terra batida e teto de palha, ou uma nesga de terreno para sementeira. E quantas vezes esses proprietários (a expressão é de um humorismo trágico) se vêm na dolorosa contingência de vender ou penhorar os poucos utensílios que ainda lhes ficaram, para assim acudirem às embora insignificantes despesas com os estudos primários dos filhos!

Temos de acabar com as dificuldades de ordem material, sejam as mais pequenas, que possam entrar, e entravam mesmo, o desenvolvimento da nossa Instrução Primária. Temos de acabar, simplesmente, com o ónus, relativamente recente, que pesa sobre ela, quer se trate de alunos pobres, quer de alunos ricos, porque é contribuição que não reforça o erário e vai de encontro a este lema vinculado na nossa tradição político-administrativa:

Instrução primária gratuita e obrigatória!

Transatlântico Santa Maria

O transatlântico Santa Maria, que há já vários meses era aqui aguardado com ansiedade, escalou o Porto Grande, no dia 15 do corrente, a caminho do Brasil.

Duas individualidades destacadas vinham a bordo, patrocinando assim a viagem inaugural: – S. Ex.^a o Ministro da Marinha, almirante Américo Tomás, e o administrador da Companhia Colonial de Navegação, Sr. Bernardino Correia, aquele o firme impulsor da renovação que sacudiu a nossa marinha mercante, a depreender não só da sua obra mas também dos elogios que justamente tem merecido de gentes que se colocam em todas as matizes políticos, este o incansável obreiro de um dos maiores empreendimentos de iniciativa particular em nossos dias.

A presença do Santa Maria, com a imponência da sua silhueta, o conforto das suas acomodações, a arte e a beleza das suas decorações, é acontecimento que não podemos calar. O exemplo do Vera Cruz por si só já era um exemplo bem vivo aos nossos olhos. O do novel transatlântico vem patentear-nos mais uma vez que esforço sério e proveitoso está sendo já realizado no sentido da expansão da nossa vida e do nosso prestígio através dos cruzamentos do mundo.

Chuvas

As chuvas, apesar de serem escassas nesta ilha, desabaram sobre a cidade do Mindelo, na noite de 23 de Outubro último, numa fúria dilúvica, sem precedentes, mesmo na lembrança dos velhos.

A água correu, impetuosa e selvagem, pela Ribeira Bota, o seu curso secular, e reduziu a nada os obstáculos naturais que se lhe antepunham. Investiu contra as paredes do Estádio da Fontinha, do Grémio Castilho, do Clube Mindelo, e derrubou-os numa destruição espectacular. Atravesou, de caminho, várias casas pobres da Rua do Coco, Rua Suburbana, Rua da Moeda, e alagou os prédios, deitando alguns a baixo, como se fôsem inconsistentes armações de um baralho de cartas. Pôs em destroços os poucos bens que os moradores possuíam e levou consigo mesas, camas, bancos, roupas, pequenos utensílios, deixando famílias ao desabrigo e ao desamparo.

Houve duas mortes, para complemento da tragédia. Uma velha, momentos depois de salva de afogamento, não pôde resistir ao colapso do coração já cansado da vida. Dias passados, um menino morreu afogado numa poça. Futuro pescador talvez, futuro marinheiro, o seu destino de náufrago tão cedo foi cumprido

A cidade, pouco tempo decorrido sobre o acontecimento, retomou a sua fisionomia alegre e optimista. O povo caboverdeano é todo assim, breve esquece as agruras. Não fosse assim, desde sempre, e seríamos um povo sorumbático, sem personalidade, de falas chorosas e luto constante dentro da alma (mas será que esse luto, de longe a longe, não faz a partidinha de transparecer, repentinamente, fugazmente, no meio de uma gargalhada, na fugidia nota de uma cantiga, no fundo da alegria mais transbordante?).

Os Nossos Barquinhos

Quando penso no mar – o que às vezes acontece –, quando penso nas suas tragédias, na sua poesia, nas suas viagens, quando penso no mar, lembro logo esses nossos minúsculos veleiros que não param no vai e vem pelas ilhas, cumprindo um dever que há anos sem conta o destino lhes impôs.

Eles lá vão, cruzando as distâncias marítimas do arquipélago, as velas remendadas e enfunadas, o dorso reclinado, ora lutando contra as ondas encapeladas, ora vencendo a força das correntes e os ventos contrários. Ou então, lá estão eles parados, dias a fio, no meio do mar, prisioneiros silenciosos de longas e enervantes calmarias.

Pequenos e frágeis, mas decididos e valentes, os nossos barquinhos quase não descansam. A demora nos portos tem que ser curta porque as ilhas estão sempre esperando por eles para lhes levarem ou trazerem as mercadorias.

Os nossos barquinhos não param. Há passageiros esperando.

Os seus marinheiros, sempre confiantes em Deus, são os mais otimistas das criaturas. Perigos, canseiras. Perigos, canseiras da vida árdua que levam sobre a imensidade oceânica, pobreza (nem vale a pena dizer quanto ganham) – nada os desanima. Faces queimadas pelo Sol, endurecidas pelo fustigar dos ventos, dir-se-ia que esmaltadas pelo salitre, corpo ágil e pronto para as manobras – os marinheiros dos nossos barquinhos são os melhores do mundo! São os heróis anónimos da nossa terra!

Esses nossos barquinhos têm longa história para contar. Algum dia, alguém a escreverá.

Uma Antologia, ou Talvez Não

De vez em quando fala-se na necessidade, senão na conveniência, de se publicar uma antologia da nossa poesia, ou, pelo menos dos nossos poetas, o que, na verdade, é algo diferente.

Desde Eugénio, José Lopes, e Januário Leite, aos poetas que surgiram com a revista *Claridade* ou depois dela, há certamente, material com possibilidades de fornecer uma expressiva selecção de poesia.

Se não nos falta, pois, material, não nos falta também quem possuía a qualidade para ser o seu seleccionador e para escrever o ensaio da apresentação que, forçosamente, haveria de acompanhar uma nossa antologação de poesia. Lembro os nomes de Jaime de Figueiredo, a quem, aliás, o assunto não tem deixado de merecer atenção, e de Baltasar Lopes.

Se se pretendesse uma antologia geral, digamos assim, isto é, abrangendo todos os poetas caboverdeanos com produções dignas de registo, ela teria de ser dividida em dois capítulos, queremos dizer, o que se refere aos poetas que estavam antes e o que se refere aos que apareceram depois de *Claridade*. Repiso o argumento *Claridade* porque ela é um marco ao meio de duas épocas, o ponto separatório de dois ciclos de poesia.

Se, ao contrário, se pretendesse uma antologia apenas dos nossos poetas modernos, por ser a sua poesia a mais viva e a mais significativa, a com mais audiência, portanto, teríamos ainda, mesmo assim, que separar em duas partes a projectada (vagamente projectada) antologia. De um lado a poesia propriamente ambiente. Do outro, a poesia sem ponto de partida local, respeitando-se embora, dentro de um critério que diremos de agrupamento, as naturais características e tendências que possam diferenciar uns dos outros.

Não sabemos se o antologador teria ou não dificuldades na sua tarefa. Se dificuldades existem, a principal seria a de convencer os nossos poetas modernos, os que voluntariamente se votaram ao silêncio, a despejarem os recantos das gavetas. Mas consegui-lo-ia alguém de prestígio que aceitasse a responsabilidade de formar a antologia. Insistimos: um Baltasar Lopes ou um Jaime de Figueiredo, ou os dois conjuntamente. Assim, talvez

assistíssemos ao ressurgimento dos nossos quase desconhecidos poetas, como o qualificado Arnaldo de Vasconcelos França, por exemplo, e como outros, cujos nomes não queremos citar para não esquecer algum.

Mas uma antologia de poetas de Cabo Verde traz logo o problema pecuniário da edição, que teria de ser resolvido pela Propaganda da Província. Como sucede em outras terras, cabe aos departamentos oficiais que tenham ao seu cuidado a expansão da cultura, a iniciativa de um projecto no género deste que estamos defendendo.

Uma antologia, quantas vezes repetimos esta expressão, de poetas caboverdeanos, seria a nossa melhor propaganda, porque seria a divulgação do melhor que possuímos.

Seria também fazer a propaganda da própria cultura lusíada.

V. CONTOS

Conversa Interrompida

Naquele jantar realizado no Hotel Internacional, nome pomposo cujo letreiro se estendia ao longo dos ripados da varanda e anunciava deste modo o aliás modesto e único hotel da ilha, naquele jantar é verdade que usei os álcoois um pouco à larga, desde o «cocktail» do aperitivo ao licor do café.

Não estava, entretanto, bêbado. Posso jurá-lo.

Tanto assim é que mesmo hoje recordo os pormenores da festa: pessoas, lugares ocupados pelos convivas, pratos servidos, brindes, até anedotas contadas pelos vizinhos da mesa.

Na lembrança conservo ainda minúcias do meu trajeto quando regressava à casa, as ruas por onde passei, a noute luarenta, o polícia espedaço ao meio do largo onde moro.

Lembro-me perfeitamente: entrei em casa, cerca já da meia noute, com cabeça dorida, o corpo amolengado. Por causa do calor, em vez de me dirigir logo para a cama, abri a janela da sala, tirei o casaco, aliviei-me do colarinho e da gravata, deixando-me cair, como peso morto, na cadeira de lona.

Se cheguei a adormecer é que não me lembro bem. Creio, porém, que não.

* * *

Pois surgiu repentinamente defronte de mim a figura de um homem!

Casaca impecável, chapéu alto sustido na mão enluvada, barba curta, ligeiramente em bico, monóculo luzindo. Alto, quase atlético, sorriso de amabilidade discreta, charuto de agradabilíssimo perfume no canto da boca, elegância sem esforço. Assim era *Ele*.

Puxou da cadeira mais próxima e colocou-a voltada para mim, ao lado da minha secretária, onde pousou o chapéu e luvas.



E conversou comigo, pausadamente, despreocupadamente, como se fôssemos conhecidos já de há longo tempo.

A minha estupefacção era cada vez maior. Aquele homem, àquela hora, vindo não sei como nem de onde, anulava em mim qualquer possibilidade de raciocinar.

* * *

Foi assim a conversa, mais ou menos assim (não exagero; posso é fazer omissões):

ELE (*focando logo o assunto*) – Venho comprar a sua alma. Você vai vender-me a alma. Quanto?

EU (*que tudo esperava menos aquilo*) – Não compreendo....

ELE – Você tem projectos na vida, sonhos a realizar. Precisa de dinheiro. Quanto?

EU – Não.

ELE – Quanto?

EU (*lembrando-me de Deus*) – Minha alma pertence a Deus!

ELE (*num momentâneo e leve estremecimento e num sorriso depois, rápido e frio, que me causou mal estar*) – Tem necessidade de um outro ambiente que Deus não lhe deu... Há muita coisa esperando por si, mais ao largo... Quanto quer?

EU (*firme*) – Não!

ELE – Eu sabe dos seus projectos, projectos literários ... Ouça-me bem: re-a-li-zar-se-ão! Será um construtor de obras de elevação e beleza.

EU (*sentindo-me enfraquecer*) – Não!

ELE – Será um grande poeta. As Academias disputá-lo-ão.

Pausa. Pausa que *Ele* me concede para o meu pensamento trabalhar.

Acomoda-se melhor na cadeira. Quebra outra vez a cinza do charuto no fundo do cinzeiro. A pausa contínua embaraçosa para mim. Como por encanto, aparece-lhe na mão um maço de notas novas, comprimidas, cintadas. É fácil reconhecê-las. Notas de mil, do Banco de Portugal.

Ele (que já esperou o tempo suficiente) – Precisar­á de dinheiro, aqui na sua terra, para as primeiras despesas. Cheque neste caso não convém. Meio pequeno, indiscrições ... Cem contos, parece que chegam.

(O maço cai-lhe da mão, espalmado sobre o tampo da secretária, num vap de surda ressonância) ...

EU (*aturdido primeiro, reagindo em seguida*). Não!

ELE (*sem fazer caso*) – Agora ... Você necessitará de fundos para fazer a sua vida lá fora. Lisboa, Paris, Londres, América...

Eu – Não.

ELE (*sacando da algibeira interior da casaca um pequeno livro de cheques, uma caneta de ouro*) – Terá que tratar da sua instalação, adquirir palácios, comprar automóveis. Dar-lhe-ei depois os meus conselhos. Necessário, evidentemente, um depósito num grande banco, o Chase National Bank de Nova Iorque, por exemplo. Julgo que para a primeira fase milhão e quinhentos mil dólares chegarão. (*Preenchendo e assinando o cheque*) Cerca de quarenta e cinco contos!

EU (*falando para mim*) – Cerca de quarenta e cinco mil contos! (*depois, num impulso*) não!

ELE (*que se levanta, sorrindo, estendendo-me o cheque*) – Você será o maior poeta do seu tempo, um dos maiores de todos os tempos. Haverá estátuas suas, ruas, estrelas, com o seu nome!

EU (*falando ainda comigo mesmo*) – o maior poeta do meu tempo! Quem sabe se o maior de todos os tempos? ...

(*Estendo a mão trémula*)

* * *

– Jorge!

Dou um salto da cadeira. *Ele* desapareceu, numa fracção de segundo, e com *Ele* desapareceram o maço de notas, o cheque...

Esfrego os olhos, Não há dúvida de que adormeci e sonhei.

Mas, atravessada ao lado da secretária, como *Ele* a deixou, encontrava-se a cadeira em que estive assentado...

– Jorge, continua lá dentro a voz de minha mulher, com quem conversas tu?

O eco da frase martela-me o cérebro: COM QUEM CONVERSAS TU!

Inventei a reposta, resposta necessária:

– Com o Figueiredo. Estava à janela e vi-o passar...

Mas a voz, lá dos fundos da casa, continua:

– Que cheiro a charuto tão agradável!

Sinto um arrepio. QUE CHEIRO A CHARUTO TÃO AGRADÁVEL!

Volto-me, instintivamente, para a secretária. Estavam ali, evidentes, visíveis, formando dois dedais brancos, as duas cinzas que *Ele* deixou no fundo do meu cinzeiro!

Tive ânimo apenas para me benzer...

5 Vidas num Escritório

Sr. Segismundo Lopes concentra-se sobre o livro «Razão» e os lançamentos fluem da sua letra floreada e bonita. O M grande do Sr. Segismundo é de inegável perfeição.

O S maiúsculo, porém, desenhando curvas em volteios rápidos de bailado aparatoso, é a maior expressão da sua arte caligráfica. Sérgio Martins, guarda-livros da Casa Moreira, possui também letra vistosa, mas, se lhe gabam a caligrafia exclama logo: «letra bonita quem tem é Segismundo».

– Menina Maria, um *memorandum* para Manuel Melo Neves, enviando a conta corrente e pedindo a liquidação do salto. Explique que estamos a reunir fundos. Não se esqueça da correspondência. Temos *Senador* amanhã para Fogo e Brava.

Veio rapaz para S. Vicente e entrou logo como praticante de Vieira Brito & C.^a. Depois passou para Santos & Cruz, depois para a Casa Freitas. Freitas faliu e desde então ali está, vai já para vinte anos. Afinal nunca teve situação económica que mesmo de longe se pudesse chamar risonha. Ordenado sempre minguido. Família sempre crescendo. Mãe velha na Boa Vista, filhos no Liceu. Margarida, a filha mais velha, adoentada. Vida difícil a de Segismundo Lopes, guarda-livros da importante firma Jerónimo José Ferreira, Ld.^a

Arsénio, o moço de recados, aborrece-se ali assentado num canto, ao lado da prensa. Esta já de há muito que não está em uso. Coisa antiga que por ali se encontra. A correspondência, as contas correntes, as facturas, são copiadas à máquina. Menina Maria pega da folha de papel com o nome da firma, ajusta o químico, põe por baixo a segunda via, rola o maço no tabulador da *Royal*, e dos seus dedos ágeis de unhas vermelhas, bailando velozes sobre o teclado, sai depois tudo pronto.

Quando está sozinho no escritório em serviço de limpeza, Arsénio entretém-se com a prensa. Dá com energia uma volta brusca no braço de rodízio e a chapa desce com rapidez, estacando de repente, num som gutural: *vap!*

Aborrece-se ali assentado. E não aparece qualquer recado que o leve para fora. Olha para a galera do calendário pendurado na parede. Já tanto a fixou que a tem de cor no fundo da retina. A imagem volta e meia surge-lhe na memória, de dia, de noite, à hora da comida, no «foot-ball», no cinema. Com velas enfunadas pela brisa do mar alto, o casaco adornado sobre as ondas encapeladas, o navio lá vai! Para que destino? Quando for mais crescido há-de embarcar também, correr mundo.

Pousa agora os olhos enfadados na prensa e as ideias extravagantes do costume voltam-lhe ao pensamento. A cabeça do Sr. Ferreira ali metida e ele a apertar. Os miolos do Sr. Ferreira, massa esbranquiçada, laivada de sangue, escorrendo para o chão, esguichando-se pela sala, enodoando as paredes, salpicando as velas pandas da galera, maculando as páginas do «Razão» que o Sr. Segismundo escritura com todo o esmero da sua caligrafia afamada, projectando-se por sob a mesa da menina Maria para lhe ir manchar os sapatos de pelica branca e as pernas sem meias.

Menina Maria, Maria Aleluia Mendes, martela vertiginosamente o teclado da máquina. De vez em quando, ao findar um período, para por instante, ajeita a cabeleira ondulada, consulta o relógio de pêndulo, espreita de relance para os lados onde Juca Monteiro trabalha. Mas Juca é um tímido. Parece que tem medo de lhe falar. Dizem que anda apaixonado por uma rapariga qualquer que nem faz caso dele. Não passa afinal de parvo, com aqueles ares sonhadores. Menina Maria martela vertiginosamente o teclado. Juca pouco repara nela. Ou será apenas por timidez?

– Sr. Segismundo, o *memorandum* para Manuel Melo Neves: «Serve o presente para capear a sua conta corrente, fechada nesta data. Rogamos a V. S.^a a finesa de mandar liquidar o saldo, por estarmos a reunir fundos ...» Não é preciso mais nada?

O guarda-livros volta-se para a dactilógrafa, inclina o rosto para ver melhor por cima dos óculos.

– «... por estarmos a reunir fundos ...» Espere, menina Maria. «... por estarmos a reunir fundos em virtude de brevemente seguir para Lisboa o nosso sócio gerente».

Labor complicado prende a atenção de Albertino Soares: acertar a conta sabão de 1.^a no livro de armazéns. Não há maneira. Três caixas a mais na contagem dos volumes. Ora bolas! Onde estará o engano? Já conferiu e reconferiu os talões, somou várias vezes as colunas de entrada e saída, já foi lá baixo contar e recontar os volumes. E nada! Desde manhã naquilo! Está vendo que tem de vir à noute para rever os lançamentos, um por um. Sr. Ferreira pede urgência no balanço aos armazéns, antes de partir, daqui a dias, para Lisboa. Não há dúvida, tem que vir à noute. Adeus cinema, adeus esperanças de se assentar ao lado de Marinha, as mãos apertadas no escuro...

– Sr. Segismundo, não há maneira de se encontrar o engano. Continuam três caixas de sabão a mais no armazém.

– Essa é boa, Sr. Soares! O sabão não poderia ter parido (a palavra soa em tom de graça, o que não é dos hábitos do Sr. Segismundo; Arsénio não contém um risinho que lhe aumenta a atrapalhação) ... sim, não poderia ter sobejado. Já viu bem?

– Já verifiquei tudo.

– Não pode ser. Procure o engano até aparecer. Vá outra vez ao armazém. Lembre-se de que o Sr. Ferreira tem pressa e o tempo é pouco.

E o silêncio volta de novo ao escritório. Silêncio? E o martelar da máquina? Silêncio mesmo assim. Todos se habituaram ao ruído da «Royal» que nem o sentem. Sentem sim é uma diferença nos ouvidos quando a máquina de escrever está parada. Podem ouvir a voz de alguém na rua, a queda de um lápis no soalho, o ranger de uma cadeira, mas as pancadas do teclado não perturbam o silêncio da sala.

Sr. Segismundo fica a pensar na asneira que disse, no risinho abafado de Arsénio. Mas, bem pesadas as coisas, que mal tem a palavra parido? Seja como for, na verdade é palavra ordinária, termo impróprio para se empregar na presença de meninas. Isto de meninas a trabalharem nos escritórios implica cuidado com a língua. Antes eram só homens. Agora todas as firmas têm empregadas. Sr. Segismundo pensa na Margarida, a filha mais velha. Se não fosse a doença estaria também empregada, ajudando os gastos da casa.

Soares pouco se demora; lá vem ele, galgando apressado a escada. Entra logo com a novidade:

– Encontrei, Sr. Segismundo: as três caixas de sobejo são umas vazias que estavam misturadas com as cheias e entravam portanto na contagem.

– Eu bem dizia que o sabão não podia ter (pronuncia a palavra com pausa) sobejado.

O encarregado do livro de armazéns retoma o serviço mas o seu desejo é cantar e saltar. Cinema à noute! Dentro das suas, no escuro da plateia, as mãos tímidas de Marinha... A vida é bela, Albertino Soares!

Juca Monteiro escritura o Diário Auxiliar, com caligrafia cuidada, bem traçada, embora sem os floreados do Sr. Segismundo. *Devedores e Credores a Mercadorias Gerais – Porfírio Martins, Brava. N/remessa pelo «Areias»: 2 sacos de açúcar c/ 198k...* Vai escrevendo e pensando na Bia Lúcia. A rapariga pouca atenção lhe dá. E ele a perder o tempo com esperanças vãs... a 6\$80... Idiota é que é apaixonando-se desta maneira. Bia Lúcia não se importa com aquele amor... 1.346\$40... Descalça, de condição social diferente da sua. Mas a verdade, seja como for, é que anda doido nela... *1 pacote c/ 3k. de colorau...* É capaz até de casar. Sim, de casar! Os amigos todos sabem daquela paixão e troçam. A morna que lhe dedicou anda na boca do povo. *António Silves – 1 fardo...* Foi feliz na morna. Música linda, versos bons. É capaz de casar. Mas, ele sempre tímido, nunca lhe disse nada. Olhares, só olhares, como os namorados de antigamente. Se calhar torna-se aborrecido. As moças gostam de rapazes decididos, com a palavra pronta ... *6 grosas de fósforos...* Bia Lúcia acaba por se tornar amante de qualquer um. Chico Lima, da Fazenda, anda muito à sua roda. Conquistador terrível o Chico Lima ... Isto até seria bom para ele Juca, para não cair nalguma asneira ... *arroz da Guiné ...* A morna Nha Tristeza acode-lhe à lembrança. Assobia-a por instante em pensamento. Há dias estando só no escritório com a menina Maria, ela disparou-lhe: «Dizem que você é poeta. Há de me dar a cópia dos versos da sua morna. Porque pôs de Nha Tristeza?» ... *Sabão azul de 1.^a* ... Respondeu atrapalhado: «Um título como outro qualquer» ... *c/ 42 metros de riscado...* Se em vez de Bia Lúcia tivesse apaixonado pela menina Maria? Era melhor. Bem percebe que a dactilógrafa gosta dele. Procura conversas

quando estão sós... *6 caixas de petróleo...* Mas seria perigoso o namoro ali no escritório. Sr. Ferreira poderia saber. Menina Maria é bem bonita também. Alta, elegante, as pernas torneadas, sem meias. Inteligente, instruída. Sexto ano do Liceu. Vestindo-se com gosto. Mas está longe de ser como a Bia Lúcia. ... *125 litros de azeite...* Bia Lúcia é mais bonita, mais garbosa. ... *Jesuíno da Conceição – n/remessa* ... A morna volta-lhe à lembrança.

Passos vagarosos e pesados fazem ranger os degraus da escada. Instintivamente, todos os olhos viram-se para as duas meias portas de mola que dão acesso ao escritório. E em rápidos segundos, todos aqueles olhos lêem às avessas, pela força do hábito, pelo sombreado no vidro fosco das batentes, o nome da firma pintado a preto do lado de fora:

JERÓNIMO JOSÉ FERREIRA, LDA

Rangem cada vez mais perto os degraus da escada. O pessoal inclina-se sobre o serviço.

As meias portas envidraçadas movem-se então, em sacudidela elástica, nas dobradiças de mola:

Sr. Jerónimo José Ferreira.

POSFÁCIO

ESCREVER SOBRE OS BANCOS DE AREIA¹

O símbolo da gente

Jorge Barbosa é hoje unanimemente considerado o mais importante poeta modernista de Cabo Verde. João Vário escreveu que foi ele o único que, em Cabo Verde, no seu tempo, alcançou a excelência poética; e para boa parte da crítica é sem dúvida Jorge Barbosa o poeta clássico de Cabo Verde. Ora clássico, neste sentido, designa também a possibilidade (ainda renascentista ou romântica) de ver na figura do poeta – como diz o autor de *Ambiente sobre Camões* – o “símbolo da gente” (p. 83).

Partindo desta hipótese, a habitual distinção entre clássicos (até 1936) e modernos (desde 1936), aliás corroborada por Jorge Barbosa, pode ser modalizada em favor da rutura entre *Claridade* e certa modernidade tardia, representada, desde 1966, pelos *Exemplos* de João Vário. Como Herberto Helder recusou ser “um símbolo da imaginação alheia” (Helder 1995, 32), José Luiz Tavares precisou de esclarecer que *Paraíso Apagado por Um Trovão* “não visou, jamais, dar expressão literária ao ‘nosso caso’” (Tavares 2008, 194). Entretanto, a épica contemporânea de José Luís Hopffer C. Almada, por um lado, e a reivindicação barbosiana de uma “poesia sem ponto de partida local” (p. 136), por outro, perturbam este exercício de fixação diacrónica. O princípio enunciado na crónica “Uma antologia, ou talvez não”, de 1953, propondo a distinção de dois *corpora* poéticos modernos – um local e outro não local –, não será adotado por Jaime de Figueiredo em 1961², mas está plasmado na organização de *Caderno de Um Ilhéu*: as suas partes I, V e VI reúnem, sem exceção, “poesia sem ponto de partida local” (p. 136).

¹ As páginas referidas no texto dizem respeito a esta antologia.

² Cf. *Modernos Poetas Cabo-Verdianos*.

Outro assunto que importa ponderar tem que ver com as opiniões políticas de Jorge Barbosa e, se se pode generalizar, dos restantes fundadores de *Claridade*. O que da crónica “Homenagem ao governador da Província” podemos inferir, aliás sem surpresa, é que a apreciação crítica da ação administrativa da Metrópole não compreende ainda, ou necessariamente, a discussão do regime ou do estatuto político do Arquipélago. Mas Jorge Barbosa sabe que existem restrições à liberdade de expressão; talvez por isso termine a sua crónica com uma locução – “ilhas infortunadas” (p. 89) – que contradiz a etimologia da Macaronésia.

O ambiente

O modernismo de Jorge Barbosa e de *Claridade* distingue-se também pela supervivência da noção de que a literatura pode e deve assumir uma função ou missão socialmente válida, conforme se lê no artigo “Escrever bem”. A clareza discursiva elogiada neste texto deve distinguir-se, no entanto, da coloquialidade própria do quotidiano menor, desinteressado e solipsista do T. S. Eliot de *Prufrock and Other Observations* (1917), do Manuel Bandeira de *Libertinagem* (1930) ou dos poemas inconjuntos de Álvaro de Campos ou de Alberto Caeiro.

Se em rigor este texto de 1934 se refere aos hábitos de escrita em geral, não definindo especificamente uma *ars poetica*, os seus princípios têm expressão exemplar no poema “Simplicidade”: “Seria sem gramática/ a minha poesia,/ feita toda de cor/ ao som do violão/ com palavras aprendidas na fala do povo” (Barbosa 2002, 155). O facto de nos ter deixado apenas cinco poemas escritos na língua cabo-verdiana atesta a natureza puramente teórica desta aspiração. Entretanto, a recensão crítica a *História Breve da Literatura Brasileira*, de José Osório de Oliveira, vincula as virtudes éticas e estéticas da simplicidade ao âmbito dos estudos monográficos: o “estilo todo claresa” (p. 57), garante Jorge Barbosa, “é um dos triunfos literários do autor” (*Idem*).

Numa carta a Manuel Lopes, datada de 1933, e publicada por Elsa Rodrigues dos Santos, Jorge Barbosa toma o partido de Quirino Spencer Salomão na polémica conhecida com Pedro Monteiro Cardoso. Os versos livres, sincopados, coloquiais e exclamativos de *Arquipélago* (1935) caucionam as opiniões do jovem polemista; por outro lado, a “Nota sobre Januário Leite” (p. 108) deste poeta menor e ultrapassado; e o retrato do artista quando jovem esboçado em “Poesia esquecida” entenece-se autobiograficamente com “a pureza inicial” (Barbosa 2002, 157) da velha poesia sentida, amorosa e heroica. Ora se os critérios da íntima comoção do autor ou da nobreza dos seus sentimentos não servem a valoração literária, são, porém, muito modernos os quatro versos da penúltima estrofe dessa “Poesia esquecida”: “As experiências depois/ insinuaram uma técnica/ de palavras ajustadas/ à voz da minha poesia” (*Idem*).

Tal não significa, contudo, que a possibilidade da poesia em Jorge Barbosa esteja estritamente ligada ao exercício da linguagem verbal. Na crónica “O transatlântico Vera Cruz”, escreve o autor de *Arquipélago*, referindo-se a Adolfo Simões Müller: “embora tenha esquecido os versos não esqueceu a poesia” (p. 78). Este poeta moderno não se concebe, portanto, como o *fabbro* que forja o objeto verbal de onde se desprende o poético – mas como a *antenna* (da raça ou de si) que deteta o poético anterior ao poema e que a rede dos versos deve apreender. Veja-se, a este propósito, o poema “Alfândega” e a conclusão de que “[a] poesia está é na sala de verificação/ no dia em que chegam passageiros à ilha” (Barbosa 2002, 106), etc.

O texto da “Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-Verdiano”, de 1956, interessa especialmente ao estudo da história das teses racialistas e da sua crítica e passamento pelos meados do século. Na sua intervenção, Jorge Barbosa atribui a suposta “indolência cabo-verdiana” a motivos apenas socioeconómicos, abandonando a hipótese do determinismo geográfico ou ambiental admitida em 1934 (p. 48-49). O assunto era delicado, conforme testemunha o confronto com as perspetivas de Almerindo Lessa. Teixeira de Sousa procura despistar o seu colega metropolitano invocando a complexidade compreendida pela *geografia humana*. Em 1956, ou ao longo

desta década, a Geografia abandonava as sínteses regionais que definiam distintos índices de desenvolvimento humano; e afirmava uma ciência do espaço de ambição positivista, talvez intuitivamente perseguida por Teixeira de Sousa.

Em 1954, no ensaio “Cabo-verdianidade e africanidade”, Manuel Duarte afirmava crer que “de cultura apenas um conceito se deve tomar para base e premissa: o conceito antropológico” (Duarte 1999, 24); assim a *situação geográfica* e, em particular, o *condicionamento climatérico* de Cabo Verde ajudavam a explicar, por exemplo, a poligamia ou a emigração. Ora no ano anterior, na crónica “O caboverdeano e a árvore”, Jorge Barbosa oferecera outro exemplo inequívoco desta *base e premissa*: “Ao caboverdeano não falta o amor á árvore, não! Ao caboverdeano o que lhe falta é o combustível” (p. 118). O materialismo límpido, todo económico, do católico Jorge Barbosa tem aqui a clareza que desejou também para os seus versos.

A quase-informação

Na apresentação de *Crónicas que A Vida Conta* (2011), de Daniel Medina, Manuel Brito-Semedo referia-se à tradição deste género em Cabo Verde, invocando os nomes exemplares de Eugénio Tavares, José Lopes, Pedro Monteiro Cardoso, Baltasar Lopes da Silva e João Cleofas Martins. Guilherme Delgado Oliveira estudou recentemente a cronística de Dina Salústio e (justamente) de Daniel Medina. Além de Jorge Barbosa, o já largo *corpus* da crónica cabo-verdiana inclui, entre muitos outros, os nomes de Jorge Miranda Alfama, Germano Almeida, Fátima Bettencourt, Valentinous Velinho, Filinto Elísio, João Branco ou Abraão Vicente.

O conjunto das crónicas de Jorge Barbosa, centrado nos anos de 1952 e 1953, dedica-se sobretudo aos problemas da cidade de São Vicente, de entre os quais avulta o do Porto Grande – título repetido de um “velho tema” (p. 74). Quando faz eco da discussão pública das obras necessárias, Jorge Barbosa oferece-nos um relato da vida na cidade, enumerando factos e opiniões, reproduzindo as falas das ruas e dos gabinetes, num estilo

que lembra (em certos momentos) o Fernão Lopes dos capítulos do Cerco de Lisboa. E hoje esta confluência genológica parece caucionada pela possibilidade de incluirmos estas crónicas na documentação histórica da cidade do Mindelo, do arquipélago de Cabo Verde e da política colonial portuguesa.

A representação dos habitantes da cidade como personagem coletiva, patente também nas crónicas “Ecos das chuvas” ou “Véspera do Natal”, tem expressão particular em “Ti Lopes”, espécie de retrato de uma personagem-tipo, como sucede em alguns poemas do autor³. Ti Lopes, o protagonista desta crónica, suposto parceiro do quotidiano do cronista, sugere uma série de assuntos prementes – o “custo da vida”, a “miséria do povo”, as “contribuições” e a “falta de trabalho”, a “emigração para S. Tomé” (p. 115) – que Jorge Barbosa garantia nem sempre poder aproveitar. Mas a enumeração dizia já o bastante: trata-se, afinal, de um caso exemplar de preterição retórica.

A crónica dedicada a “Ti Lopes” será também um bom exemplo da frequente hesitação, nestes textos de Jorge Barbosa, entre aquilo a que poderíamos chamar as suas pulsões artísticas e as concorrentes obrigações jornalísticas. E se parte desta tensão é inerente ao género literário em questão – a crónica –, ela terá que ver também com *A quase-informação na literatura de Cabo Verde em tempo de censura: 1926-1975*, conforme o estudo exemplar de Sandra Inês Cruz. Além das crónicas eminentemente literárias – ou mesmo poéticas, diria o seu autor –, como são os casos de “Os nossos barquinhos” ou de “Navegador solitário” (que talvez ecoe o “Poema de quem ficou”, de Manuel Lopes), veja-se ainda o exemplo de “Nota sobre a Instrução Primária em Cabo Verde”, onde alternam momentos propriamente narrativos, e portanto esteticamente elaborados, com momentos de reivindicação político-administrativa, numa prosa quase burocrática.

³ Cf. “Irmão”, “Moça-velha”, “A moça que foi ao batuque”, “Canção de embalar”, etc.

O anacronista

“Um poeta do quotidiano crioulo”, título de um ensaio de Jaime de Figueiredo sobre os *Poemas de Longe* (1945), de António Nunes, poderia nomear com justeza o cronista Jorge Barbosa. É muito evidente no autor de *Arquipélago* essa possibilidade da crónica como poema do quotidiano, quer dizer, como exercício que parte do real anódino, mesquinho ou miserável para exprimir o sonho, a imaginação, a evasão – ou a revolta social, entre os poemas que avisadamente conservou inéditos.

Tal como a personagem-tipo, a paisagem insular ou a literatura oral, a música do arquipélago crioulo foi um tema comum a António Nunes⁴ e a Jorge Barbosa (“A morna”, “O baile”, “Serenata”, etc.). Ora a preocupação etnográfica do registo das práticas culturais populares implica, de acordo com a *Weltanschauung* de *Claridade*, um sentido de pureza original que se opõe ao carácter espúrio da importação cultural. A crónica “Música & músicos de S. Vicente” toma o problema da influência da música brasileira na cidade do Mindelo. O cronista deplora a preocupação “unânime e obsidiante” de muitos jovens músicos: “imitar a música brasileira” (p. 94); as mornas são agora “executadas e acompanhadas” por instrumentos que considera “exóticos e sonoros” (*Idem*). A este propósito, deve recordar-se que, em *Cabo Verde: Renascença de Uma Civilização no Atlântico Médio* (1970), Luís Romano considera que os instrumentos primitivos de Cabo Verde são (apenas) o berimbau, o tambor, o pandeiro e a *catreba*. Entretanto, acrescenta Luís Romano, “[o] violão, o cavaquinho e demais variedades estrangeiras já têm difusão quase obrigatória nas «brincadeiras» de todo o arquipélago” (Romano 1970, 81). E não será afinal esta vocação para a importação cultural um dos esteios de todos os processos de criouliização?

Mas a discussão em torno da influência cultural do Brasil atingia também (ou em particular) a literatura, como testemunha a crónica “Nós e Gilberto Freyre”, de 1953. Antecipando (em alguns aspetos) o ensaio *Cabo*

⁴ Cf. “Morna”, “Baile”.

Verde Visto por Gilberto Freyre (1956), de Baltasar Lopes da Silva, Jorge Barbosa afirma que a visita do sociólogo pernambucano ao Arquipélago fora demasiado epidérmica para dele poder formar uma imagem justa. E assevera um facto ainda hoje marginalizado pela crítica: “nem sempre insistimos nos temas locais” (p. 112).

Tal como acontece com “Serviçais” (um título repetido) ou “Santa Cruz em Salamansa”, por exemplo, o interesse do texto “Nós e Gilberto Freyre” reside ainda na possibilidade de lermos nele algumas locuções recuperadas nos versos do autor. Precisando a motivação genérica de “Carta para Manuel Bandeira” e de “Carta para o Brasil”, o poema “Você, Brasil”, da sequência comum de *Caderno de Um Ilhéu*, enumera as mesmas coincidências históricas, étnicas, sociais, económicos, culturais e linguísticas que definem as ilhas de Cabo Verde e o grande Brasil.

Já os apontamentos intitulados “Serviçais” [I e II] (para Angola e, depois, para São Tomé), de 1952, terão expressão lírica no clandestino poeta panfletário que Jorge Barbosa “era para ser” (mas não pôde ser). O que não poderá dizer na poesia, sugere-o, porém, a crónica – mas com as devidas cautelas. O cronista regista, em particular, a renúncia em assistir à partida dos serviçais; a acusação, se existe, é performativa, não é verbal. O ciclo da censura fecha-se então na carta do poeta a José Osório de Oliveira, datada de 1960: “O que eu tenho escrito ultimamente (‘Memorial de São Tomé’, ‘Meio Milénio’, etc.), não poderá ser publicado; estou escrevendo, como já disse, poesia sobre a areia...” (p. 73).

Enfim, a crónica “Santa Cruz em Salamansa” deseja dar voz a um caso trágico que os *media* não reportaram: “A ilha toda sentiu o choque angustioso da tragédia que a telegrafia não transmitiu nem os diários anunciaram. Tragédia anónima, mais uma no mundo” (p. 80). De entre os muitos versos que (não) dizem o silêncio das ilhas, poderá citar-se este do poema “Casebre”: “Tão silenciosa a tragédia das secas nestas ilhas!” (Barbosa 2002, 111). Mas é no poema “Crianças”, publicado no penúltimo número de *Claridade*, em 1958, que o período citado de “Santa Cruz em Salamansa” se diz na fala chã, anafórica e sincopada de Jorge Barbosa: “Ninguém sabe/

ninguém dá por isso/ a rádio não fala/ os jornais não dizem/ ninguém telegrafa” (Barbosa 2002, 365).

O sono da razão

O conto “5 vidas num escritório”, que Baltasar Lopes da Silva incluiu na *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana Contemporânea* (1960), reúne anotações sobre as angústias ou os sonhos quotidianos dos empregados de uma pequena empresa comercial. Os modelos ocidentais desta narrativa poderiam remeter-nos para o *Bartleby* de Herman Melville ou o semi-heterónimo do *Livro do Desassossego*, Bernardo Soares. Quanto ao universo literário em que se move Jorge Barbosa, as melhores representações coevas das mudanças sociais, das preocupações éticas ou dos esboços de autopsicanálise da cidade do Mindelo encontram-se, como se sabe, nas “noveletas” de António Aurélio Gonçalves – que, como dirá José Vicente Lopes, deambulava por esta cidade como Joyce pela sua Dublin.

As vidas de Segismundo, Arsénio, Maria, Juca e Soares diluem-se contra o fantasma de Jerónimo José Ferreira, figura sem qualquer vida interior, mero nome burocrático, superfície ilusória e espelhada nas duas meias portas do escritório. O tédio que adormenta a razão gera monstros na imaginação de Arsénio – mas esta expressão do recalcado é negada pela aparição fantasmática do patrão (com que encerra o conto). Se a catarse não foi bem-sucedida para a criatura, talvez o tenha sido para o criador, que escrevia em carta a Manuel Lopes, datada de 1933: “De vez em quando escrevo, quando preciso normalizar o meu equilíbrio interior, desembaraçando-me de alguma ideia tormentadora [sic]” (Barbosa *apud* Santos 1989, 192).

Confirmando a tese de Gabriel Mariano expendida em *Inquietação e Serenidade: Aspetos da Insularidade na Poesia de Cabo Verde* (1959), a neurasténica quietude vivida neste escritório é amiúde perturbada por desassossegos provocados por impressões visuais e, sobretudo, acústicas – os “Rumores” já enumerados no inaugural *Arquipélago*. Para as primeiras, veja-se

a representação de uma galera, num calendário de parede, que desperta o exato desejo de evasão dos poemas “Navio” ou “Cinzeiro” (entre tantos outros); para as segundas, ouçam-se o teclado percutido por Maria, a “queda de um lápis no soalho” (p. 144) (como, em Cesário Verde, *um parafuso cai nas lajes*) ou o conclusivo ranger dos degraus sob os passos do patrão «Vasques».

No desfecho do conto, Juca, poeta lírico e autor de mornas, embala o seu monólogo interior no plano cruzado da contabilidade burocrática, à semelhança do Bartleby de António Ramos Rosa: “Sou um funcionário apagado/ um funcionário triste/ a minha alma não acompanha a minha mão/ Débito e Crédito Débito e Crédito/ a minha alma não dança com os números” (Rosa 2018, 14). Trata-se afinal do mesmo “jovem escriturário” do poema “Alfândega”, que “arruma as cifras/ com o seu cuidado meticoloso,/ erguendo os olhos de vez em quando em direção à janela/ para ver o panorama do porto” (Barbosa 2002, 106); ou do mesmo funcionário cansado do poema “Dia”: “Começou assim o dia/ burocrático/ – irremediável” (Barbosa 2002, 115). Então o «chefe» Jerónimo há de apanhar o poeta com o olho lírico no barco do porto em frente – e debitá-lo na sua conta de empregado.

Enfim, esta calma excessiva que desperta a imaginação delirante encontra ainda tradução cronística em “Aqui nada acontece”, um texto que, partindo da melancólica (e política) constatação da quietude do Arquipélago, termina numa aspiração cosmonauta que lembra o tédio aniversariante de Silvenius, com o seu “projeto de um foguetão apontado para a Lua/ que nunca chegou a partir” (Vieira 1998, 46).

A filiação literária de “Conversa interrompida”, mais ortodoxa do que a sugerida para “5 vidas num escritório”, justifica dois comentários preliminares. O primeiro tem que ver com o escrupuloso respeito pelo *coração do fantástico*, conforme a análise de Tzvetan Todorov: a explicação para determinada ocorrência deve hesitar – sem resolver a incerteza – entre o respeito pelas leis naturais, do mundo familiar, e a intervenção de outras leis, sobrenaturais, que nos são desconhecidas. O protagonista de “Conversa interrompida” começa por conceder na indefinição dos seus estados

mentais – algum álcool, talvez cansaço, sonolência decerto –, mas crê que não chegou a adormecer. Contudo, a explicação natural oferecida no desfecho do conto – “Não há dúvida de que adormeci e sonhei” – é imediatamente perturbada pelo inexplicável: uma cadeira desarrumada e o aroma e a cinza de um charuto (que surgem como a luva de Natália nas mãos do Príncipe de Homburgo, no drama exemplar de Heinrich von Kleist). Por outro lado, se o conto de Jorge Barbosa usa um tema caro ao Romantismo (e.g., Edgar Allan Poe) ou ao Expressionismo (e.g., Stellan Rye e Paul Wegener), o estilo parcimonioso e literalmente coloquial de Jorge Barbosa afasta-se da densidade conceptual e estilista normalmente associada aos velhos Faustos – como aos *Doppelgänger* que o exame exemplar de José Vicente Lopes associou também a este conto⁵.

Os diálogos com as figurações de Mefistófeles, que Arménio Vieira desenvolve prodigiosamente em *No Inferno*, quadram ainda com as “Histórias recuperadas” pelo mesmo criador de Silvenius, publicadas no *Voz di Povo* e na *Ponto & Vírgula*, não por acaso intituladas “A noite em que vi o Diabo” (1983) e “As coisas deste mundo e do outro” (1984), como encontram no volume *Desassossego* (1992), de Fernando Monteiro, um importante sucedâneo genológico.

Ao comentar este conto, em entrevista a Maria Helena Spencer, Jorge Barbosa reinveste extradiegeticamente na sua natureza fantástica, informando que alguns amigos lhe perguntaram se havia, de facto, conversado com o Diabo. E o que nos dizem as ambições confessadas a Maria Helena Spencer – afinal tão próximas daquilo que o Diabo lhe vem oferecer? Talvez que o sonho da personagem semiadormecida sirva o desvelamento do recalcado, ou seja, a grande e ególatra ambição literária; e que talvez esta entrevista (bastante ficcionada, reconheça-se) sirva calculadamente a encenação de Jorge Barbosa enquanto poeta insular cabo-verdiano. Será verosímil o facto de este colóquio ser interrompido pelos rumores de uma procissão – que o poeta imediatamente decide acompanhar?

⁵ Cf. “O sonho do senhor JB”.

Mas este “sonho do senhor JB”, como bem notou José Vicente Lopes, é também e ainda desejo de evasão, imprimindo uma nota do *ambiente* no universo fantástico de Jorge Barbosa. E a explicação do autor de *A Fortuna dos Dias* será justamente freudiana: “através do ‘processo primário’, livre de peias morais e outras, todo o ser humano realiza no sonho os seus desejos mais profundos e inconfessos, guardados, amiúde, a sete chaves no subconsciente” (Lopes 2007, 156). Nem viajante cosmopolita consagrado na literatura, nem vate panfletário reconhecido pelo contrapoder político – o poeta que fecha o conto de José Vicente Lopes toma a pena do “símbolo da gente” para, na idêntica ficção de Jorge de Sena, escrever o seu “Super flumina Babylonis”.

RUI GUILHERME SILVA

Centro de Literatura Portuguesa (Universidade de Coimbra); Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (Universidade da Madeira), Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0386-6750>. E-mail: rui.g.silva@staff.uma.pt

BIBLIOGRAFIA

TEXTOS DE JORGE BARBOSA

Artigos e uma Recensão Crítica

- Barbosa, Jorge. 1931. “Eugénio – Tópicos de uma monografia”. *Notícias de Cabo Verde*, no. 6, 31 de maio, 2.
- . 1934a. “Variações – Algumas Palavras sobre o nosso Problema Cultural”. *Ressurgimento*, no. 11, 1 de setembro, 5.
- . 1934b. “Variações – Escrever Bem”. *Ressurgimento*, no. 12, 29 de setembro, 2.
- . 1934c. “Variações – Imprensa Caboverdeana”. *Ressurgimento*, no. 14, 1 de dezembro, 1-2.
- . 1940. “Uma História da Literatura Brasileira”. *Diário de Lisboa*, no. 6173, 29 de janeiro, 3.
- . 1957a. “Indolência Caboverdeana”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 88, 1 de janeiro, 10-12.
- . 1957b. “Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 101, 1 de fevereiro, 6-10.

Entrevistas

- Barbosa, Jorge. 1953a. “A Propósito do Lugre – Motor ‘Senhor da Areias’ (Uma Entrevista com o Capitão dos Portos da Província)”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 48, 1 de setembro, 2-4.
- . 1954a. “O Ambiente Literário Cabo-Verdiano e a Influência Brasileira Segundo o Poeta Jorge Barbosa”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 61, 1 de outubro, 9-10.
- . 1954b. “Uma Tarde com Jorge Barbosa”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 57, 1 de junho, 10-12.

Cartas

- Barbosa, Jorge. 1932. “Uma Carta de Jorge Barbosa ao Augusto Miranda”. *Notícias de Cabo Verde*, no. 25, 6 de fevereiro, 4.
- . 1939. “Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira e a Baltasar Lopes”. In *Poemas do Livro Ambiente: para a leitura de José Osório de Oliveira e Baltasar Lopes*. Praia: J. Barbosa, [1].
- . 1989. “Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira”. *Colóquio Letras*, nos. 110-111, julho/outubro, 119-120.

Crônicas de S. Vicente

- Barbosa, Jorge. 1952a. “102 Mil Contos”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 37, 1 outubro, 2.
- . 1952b. “Acontecimento desportivo”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 34, 1 de julho, 11-12.
- . 1952c. “A Propósito de uma Carta”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 38, 1 de novembro, 21.
- . 1952d. “A Propósito de uma Notícia”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 34, 1 de julho, 12.



- . 1952e. “Ainda o Porto Grande”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 33, 1 de junho, 26-27.
- . 1952f. “Comemoração de Camões”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 34, 1 de julho, 11-12.
- . 1952g. “Ecos das Chuvas”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 39, 1 de dezembro, 4.
- . 1952h. “Homenagem ao Governador da Província”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 36, 21.
- . 1952i. “Inauguração de um Parque para Jogos”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 36, 1 de setembro, 22.
- . 1952j. “Mar Novo”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 39, 1 de dezembro, 4.
- . 1952k. “Música & Músicos de S. Vicente”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 37, 1 de outubro, 2.
- . 1952l. “Nada Aqui Acontece”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 38, 1 de novembro, 21-22.
- . 1952m. “Navegador Solitário”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 38, 1 de novembro, 21-22.
- . 1952n. “O Porto Grande e a Shell”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 35, 1 de agosto, 15.
- . 1952o. “O Transatlântico Vera Cruz”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 32, 1 de maio, 11-12.
- . 1952p. “Porto Grande – Velho Tema”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 31, 1 de abril, 9-10.
- . 1952q. “Radiodifusão em S. Vicente”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 36, 1 de setembro, 21-22.
- . 1952r. “Santa Cruz em Salamansa”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 33, 1 de junho, 26.
- . 1952s. “Serviçais” [I]. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 38, 1 de novembro, 22.
- . 1952t. “Serviçais” [II]. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 38, 1 de novembro, 21.
- . 1953b. “A Propósito de uma Palestra”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 47, 1 de agosto, 7-8.
- . 1953c. “Ainda a Propósito de uma Palestra”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 51, 1 de dezembro, 25-26.
- . 1953d. “Cabo Verde e o Plano do Fomento”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 50, 1 de novembro, 3-4.
- . 1953e. “Chuvas”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 51, 1 de dezembro, 27.
- . 1953f. “Depois da Chuva”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 40, 1 de janeiro 30.
- . 1953g. “Funcionários da Shell no Mindelo”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 43, 1 de abril, 12.
- . 1953h. “Nós e Gilberto Freyre”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 42, 1 de novembro, 23-24.
- . 1953i. “Nota sobre Januário Leite”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 40, 1 de janeiro, 29-30.
- . 1953j. “Nota sobre a Instrução Primária em Cabo Verde”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 51, 1 de dezembro, no. 51: 26-27.

- . 1953k. “O Caboverdeano e a Árvore”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 46, 1 de julho, 6-7.
- . 1953l. “O Caboverdeano e o Mar”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 46, 1 de julho, 6.
- . 1953m. “Os Nossos Barquinhos”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 51, 1 de janeiro, 31.
- . 1953n. “Registo”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 42, 1 de março, 24.
- . 1953o. “Resposta a um Artigo”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 49, 1 de outubro, 8.
- . 1953p. “Ti Lopes”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 43, 1 de abril, 12.
- . 1953q. “Transatlântico Santa Maria”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 51, 1 de dezembro, 27.
- . 1953r. “Uma Antologia, ou Talvez Não”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 51, 1 de janeiro, 31-32.
- . 1953s. “Véspera do Natal”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 40, 1 de janeiro, 29.
- Levy, Orlando. 1952. “Carta para Jorge Barbosa”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 37, 1 de outubro, 3-4.

Contos

- Barbosa, Jorge. 1952u. “Conversa Interrompida”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no. 32, 1 de maio, 24-26.
- . 1952v. “5 Vidas num Escritório”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e informação*, no. 34, 1 de julho, 5-7.

OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, Jorge. 2002. *Obra Poética*. Organização de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos, prefácio de Elsa Rodrigues dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Duarte, Manuel. 1999. *Caboverdianidade e Africanidade e Outros Textos*. Mindelo: Spleen Edições.
- Gomes, Simone Caputo. 1993. *Uma Recuperação de Raiz – Cabo Verde na Obra de Daniel Leite*. Praia: ICL.
- Helder, Herberto. 1995. *Photomaton & Vox*, 3.^a ed. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Lopes, José Vicente. 2006. “O Sonho do Senhor JB”. In *Tchuba na Desert. Antologia do Conto Inédito Caboverdiano*, organização de Francisco Fontes, 151-158. Coimbra: Saúde em Português.
- Lopes, José Vicente. 2007. *A Fortuna dos Dias*. Praia: Spleen.
- Luz, Hilarino Carlos Rodrigues da. 2013. *O Imaginário e o Quotidiano Cabo-verdianos na Produção Literária de Jorge Barbosa*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.
- Modernos Poetas cabo-verdianos. Antologia*. 1961. Selecção e apresentação de Jaime de Figueiredo. Praia: Edições Henriquinas / Achamento de Cabo Verde.
- Romano, Luís. 1970. *Cabo Verde – Renascença de uma Civilização no Atlântico Médio*, 2.^a ed. Lisboa: Revista Ocidente.
- Rosa, António Ramos. 2018. *Obra Poética I*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Santos, Elsa Rodrigues dos. 1989. *As Máscaras Poéticas de Jorge Barbosa e a Mundividência Cabo-verdiana*. Lisboa: Caminho.
- Silva, Baltasar Lopes. 1960. *Antologia da Ficção Cabo-verdiana Contemporânea*. Praia: Edições Henriquinas.

BIBLIOGRAFIA

- Spencer, Maria Helena. 2005. *Contos, Crónicas & Reportagens*, selecção de textos, notas e coordenação de Ondina Ferreira. Praia: Instituto da Biblioteca e do Livro.
- Tavares, José Luiz. 2008. "Infância(s) revisitada(s)". *Santa Barbara Portuguese Studies* X: 191-197.
- Vieira, Arménio. 1998. *Poemas*. Mindelo: Ilhéu Editora.

